

1826 - 2010

*184 anos*

BIBLIOTECA • Senado Federal



**Senado Federal**  
**Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho**

**Caderno Informativo**  
**da Biblioteca do Senado**

**Reforma política**  
**2005-2011**  
**(Revistas)**

**Brasília**  
**Fevereiro de 2011**

## SUMÁRIO

1. Como o Congresso se enxerga / Isabel Clemente...[et al].....	3
2. Pela transparência / Carlos Ayres Britto; entrevista [por] Diego Escosteguy.....	13
3. As reformas que o Brasil quer / Marcos Coimbra.....	16
4. O fim do troca-troca / Rudolfo Lago.....	22
5. Infidelidade punida / Ricardo Amaral.....	24
6. Fidelidade imposta / Ricardo Amaral.....	30
7. A caça aos infiéis / Ricardo Brito.....	32
8. "O crescimento de um país não se faz com pacotes" / Luis Paulo Rosenberg.....	34
9. "Reforma política é a prioridade" / Jarbas Vasconcelos.....	37
10. Vitória dos nanicos.....	40
11. O novo Plano Real / Nelito Fernandes.....	41
12. Dá para melhorar? / Ronald Freitas.....	44
13. Falta o voto distrital misto / Walter Fanganiello Maierovitch.....	49
14. Mudar resolve? / Ottoni Fernandes Jr.....	50
15. A reforma inadiável / Aziz Filho.....	58
16. Dinheiro e voto, relação promíscua / Mauricio Dias.....	66
17. A reforma embaçada / Ricardo Mendonça.....	68



# COMO O CONGRESSO SE ENXERGA

Pela primeira vez, deputados e senadores foram procurados para falar sobre o próprio parlamento.

A visão que eles têm do Congresso não é nada positiva

Isabel Clemente, Leandro Loyola, Murilo Ramos e Ricardo Mendonça (texto) e Adriano Machado (fotos)

**D**iversas pesquisas já mostraram o descrédito da população em relação ao Congresso Nacional. Parlamentares são majoritariamente vistos como improdutivos, corruptos e interessados apenas em seus projetos pessoais. A novidade é que, de maneira geral, os próprios deputados e senadores concordam com esse diagnóstico. Uma pesquisa inédita de ÉPOCA feita pelo Instituto FSB com 247 congressistas mostra que os parlamentares enxergam o Congresso como uma instituição enopada pela corrupção, pouco transparente, refém do governo, exposta aos lobistas e incapaz de cumprir com suas funções primordiais de representação e fiscalização. Um poder sem forças.

Um analista ouvido pela reportagem fez uma constatação curiosa sobre essa visão depreciativa: “Se há um aspecto positivo disso tudo, é a sinceridade dos parlamentares que responderam ao questionário”. A observação brinca com a conhecida tendência dos políticos de autoexaltação. Agora, aparentemente, ela não se manifestou. Alguns dos principais resultados da pesquisa, detalhados nas próximas páginas, são:

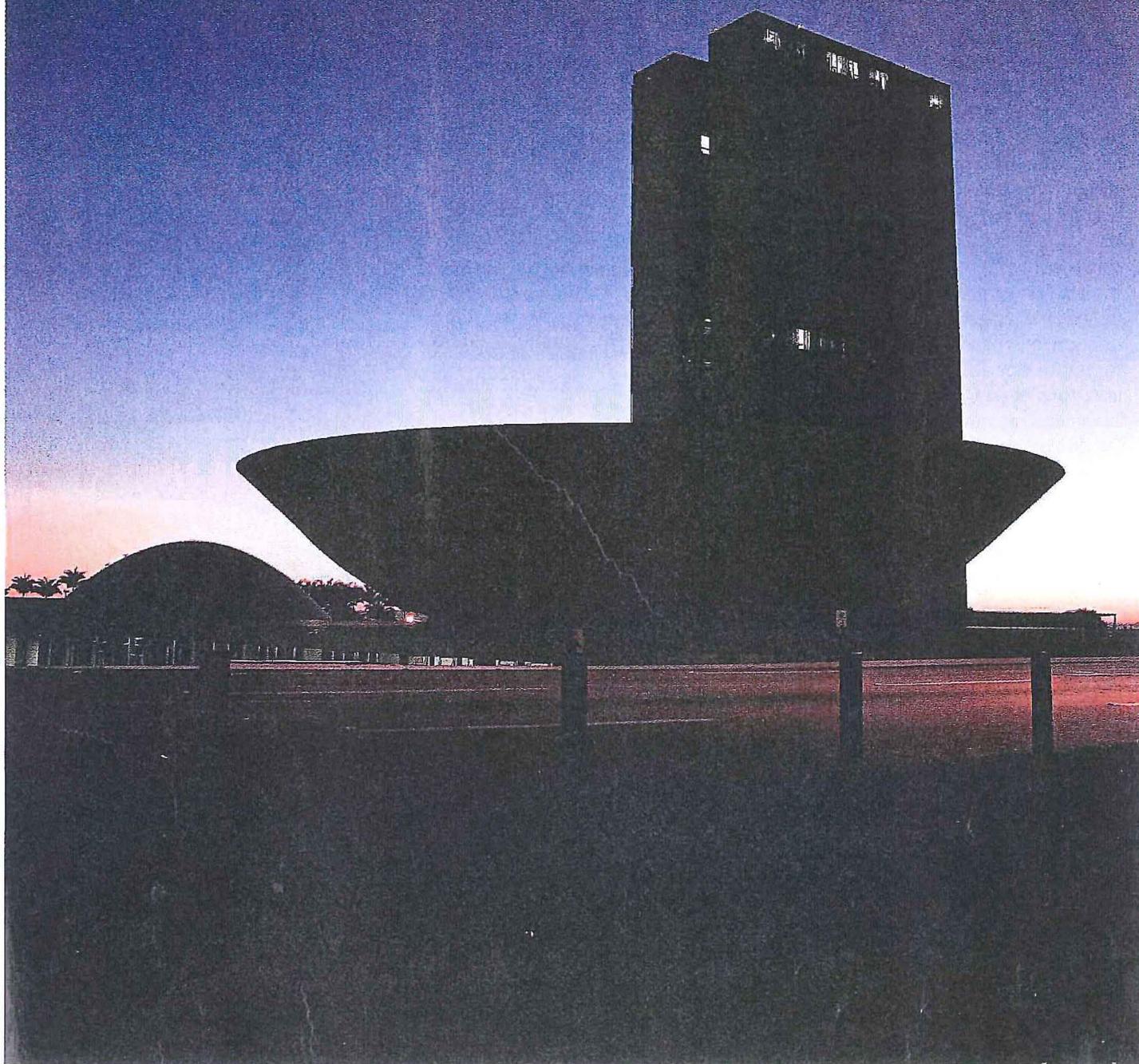
- para quase 70%, a corrupção tem presença marcante no Congresso, mas só 20% a classificam como alta;
- apenas 35% estão convencidos de que o Legislativo faz leis claras, concisas e inteligíveis;
- a maioria diz que a compreensão dos colegas sobre os temas importantes do país é apenas “mediana”;

- metade reclama que o salário é baixo;
- 80% afirmam que o negro está mal representado no Congresso; 74%, que a mulher está mal representada;
- a chance de um cidadão comum ser eleito sem apoio de empresas, igrejas ou sindicatos é irrisória.

“A conclusão preocupante é que os parlamentares assumem seus defeitos, mas demonstram incapacidade de organizar suas ações para mudar”, diz o cientista político Fernando Abrucio, colunista de ÉPOCA (*leia mais na página 58*). “Só cabe a eles mesmos mudar. Mas não há indícios dessa mobilização.” A pesquisa também ouviu os parlamentares sobre três temas específicos da reforma política. A conclusão é igualmente curiosa: eles querem financiamento público para as campanhas, mas não aceitam mexer nas regras da eleição.

As 32 perguntas da pesquisa Congresso no Espelho ÉPOCA-FSB foram inspiradas num documento de autoavaliação de congressistas da União Interparlamentar, uma organização internacional que promove o intercâmbio entre parlamentos. Os questionários foram respondidos pessoalmente por 214 deputados e 33 senadores (42% dos congressistas) entre os dias 8 e 25 de junho. Foram ouvidos representantes das 27 unidades da Federação e de 18 dos 19 partidos com assento no Congresso (só o PHS não foi entrevistado). A margem de erro é de 4,8 pontos percentuais. Aos resultados. ►

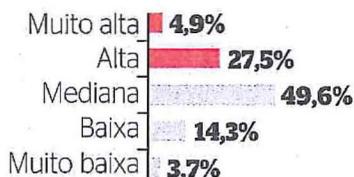
**SEM AÇÃO**  
Os edifícios do  
Congresso entre  
os plenários  
da Câmara  
e do Senado.  
Os parlamentares  
reconhecem seus  
problemas, mas  
não agem  
para resolver



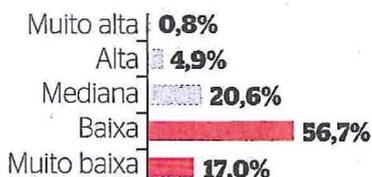
# 1. Representatividade

Os deputados e senadores reconhecem que a sociedade não está bem representada no Congresso

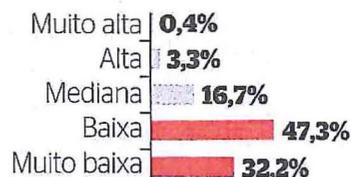
**Em sua opinião, qual é a representatividade dos diferentes grupos sociais do país no Congresso Nacional?**



**E a representatividade da mulher no Congresso Nacional?**



**E a representatividade do negro no Congresso Nacional?**



A proporção de parlamentares que atribuíram valores positivos à representatividade, 32%, pode ser considerada baixa. Quando a pergunta é específica, a situação piora: 80% concordam que o negro está mal representado, 74% acham que a mulher está mal representada. Isso combina com a baixa presença de mulheres no Congresso: elas são apenas 7% dos parlamentares, um dos índices mais baixos do mundo

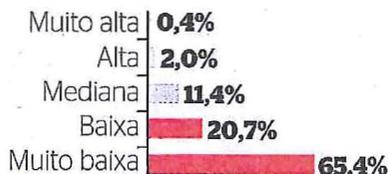
A pesquisa mostra que os deputados e senadores enxergam sérios problemas de representação no parlamento. Só 32% atribuem valores positivos à representatividade dos diferentes grupos sociais do país no Congresso. Quando a pergunta é mais específica, citando negros ou mulheres, a situação piora. De acordo com o cientista político Jairo Nicolau, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, a representatividade de diferentes segmentos da sociedade em parlamentos nunca é perfeita, mas, mesmo assim, as distorções no Congresso brasileiro são exageradas. As mulheres ocupam apenas 7% dos assentos. "Na América Latina, esse índice só é maior que no Equador", diz.

Além disso, deputados e senadores concordam que é muito difícil um cidadão comum chegar ao Congresso sem apoio de grupos econômicos, igrejas ou sindicatos. Na opinião do cientista político José Álvaro Moisés, da Universidade de São Paulo, esses dados comprovam que o Congresso é deficiente naquela que deveria ser sua mais nobre finalidade. "A função principal dos congressistas, que é representar a população, não é exercida", diz ele. "Esse diagnóstico está de acordo com a percepção geral da população, que não se vê representada. Isso é muito grave para a instituição." Para Moisés, a percepção de que o cidadão comum não chega ao parlamento sem apoio de grupos economicamente poderosos é igualmente preocupante. "Trata-se do reconhecimento de grave deficiência num dos princípios básicos da democracia, que é o da igualdade", afirma.

**Qual é a chance, em sua opinião, de um cidadão comum ser eleito para a Câmara dos Deputados sem o apoio de grupos econômicos, corporativos ou religiosos?**



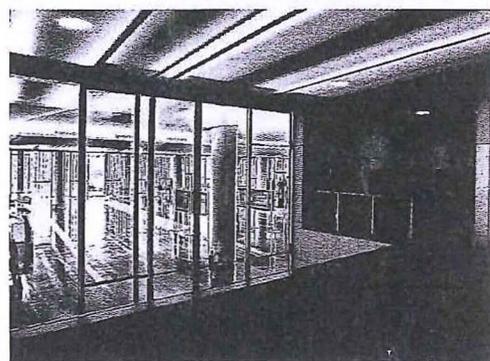
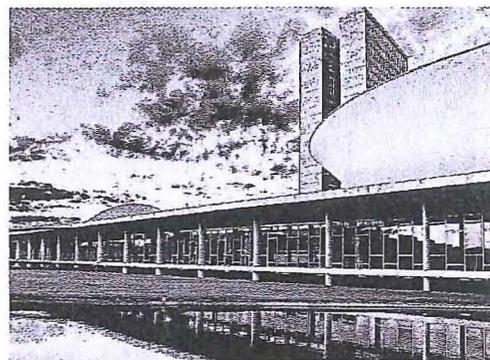
**E a chance de um cidadão comum sem esses apoios ser eleito para o Senado?**



Os parlamentares sabem que é muito difícil um cidadão comum ser eleito sem o apoio de grupos econômicos. O problema está no financiamento das campanhas eleitorais, que é caro. Para ganhar visibilidade, os candidatos precisam de dinheiro, obtido apenas se ele estiver comprometido com uma rede de apoio

## DEFEITOS

De cima para baixo, a visão do Congresso Nacional, um de seus salões por dentro e jornalistas entrevistando parlamentares. À direita, o reflexo numa parede com o brasão da República, o telão no salão do Senado e funcionários em seus corredores. Os parlamentares admitem que a sociedade não é bem representada e reconhecem que não fiscalizam bem o Executivo



## 2. Fiscalização

Os parlamentares reclamam das interferências e das limitações que sofrem para fiscalizar o governo

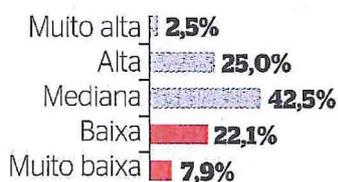
**U**m dos papéis fundamentais do Congresso é fiscalizar as ações do Executivo. Mas os parlamentares admitem que o Congresso não cumpre essa tarefa. Apenas 26% acham que têm mecanismos realmente eficazes para fiscalizar o Executivo. E 93% dos entrevistados reconhecem que o poder de influência do Executivo no Congresso é alto ou muito alto. “Os deputados têm consciência de que o Congresso não tem tanto poder”, diz o cientista político Jairo Nicolau, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Os parlamentares consideram que não fiscalizam bem o Executivo. Eles podem elaborar e fiscalizar o Orçamento, criar CPIs para investigar e têm a obrigação de sabatar os indicados para postos importantes, como diretorias de agências reguladoras. São todos instrumentos de fiscalização. Mas eles são pouco usados – e poucos parlamentares acreditam neles (leia os gráficos ao lado). Apenas 29% acham que o Congresso influencia e fiscaliza o Orçamento. No mês passado, a oposição se mobilizou no Senado para criar uma CPI destinada a investigar a Petrobras. Apenas 31% dos parlamentares consideram as CPIs instrumentos eficazes. Outros 34% acham que elas têm baixa eficácia. Talvez por isso, até agora, a nova CPI não tenha começado a trabalhar. ▶

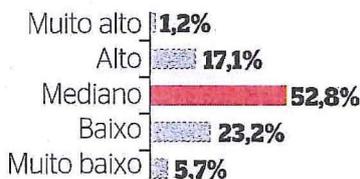
### Qual é a eficácia dos instrumentos disponíveis para deputados e senadores fiscalizarem o Executivo?



### Qual é a eficácia do Senado em fazer a sabatina das indicações do Executivo para postos importantes?



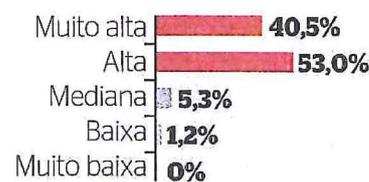
### Qual é o grau de influência dos partidos de oposição nas decisões do Congresso Nacional?



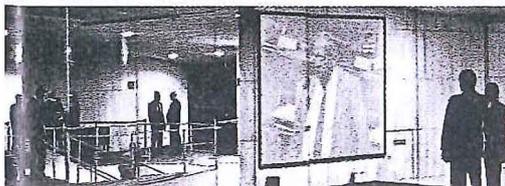
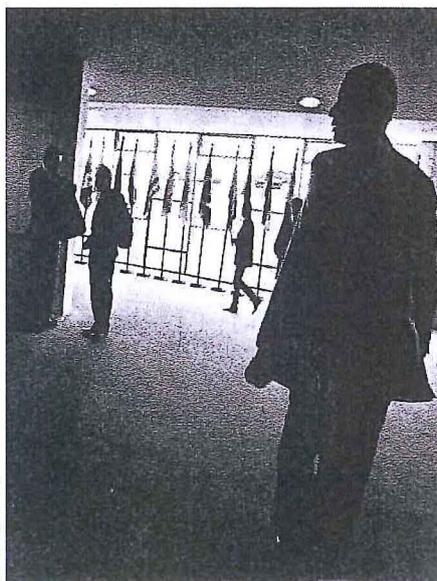
### Qual é o poder do Congresso em influenciar e fiscalizar o Orçamento-Geral da União em todas as suas etapas?



### Em sua opinião, a influência do Executivo sobre o Congresso é:



Os parlamentares afirmam que seus instrumentos para fiscalizar o Executivo são ineficazes. Mas mudar isso depende apenas deles. As sabatinas no Senado costumam ser sessões de elogios aos candidatos. Quase nenhum parlamentar se prepara para essas sessões e raramente algum questiona a competência do indicado pelo governo. Se fizesse isso, a fiscalização seria melhor



### Em sua opinião, qual é a eficácia das CPIs como instrumento de fiscalização?

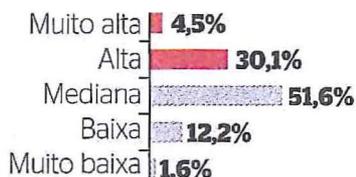


O resultado mostra que, em geral, as CPIs podem começar por boas razões, para realmente investigar. Mas boa parte dos parlamentares enxerga as CPIs apenas como instrumento do jogo político

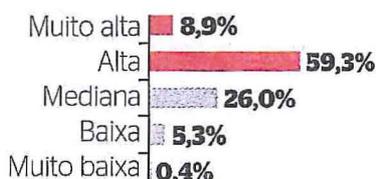
### 3. Capacidade legislativa

Congressistas confirmam forte influência dos lobbies e admitem que não conseguem fazer leis claras, concisas e inteligíveis

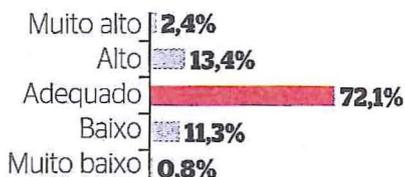
Qual é a eficácia do Congresso em garantir que a legislação aprovada seja clara, concisa e inteligível?



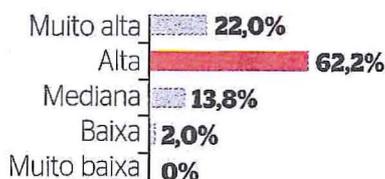
Qual é a eficácia do Congresso em assegurar que a legislação aprovada seja constitucional?



O número de assessores e os recursos materiais disponíveis para cada parlamentar no exercício de seu mandato é:



Qual é a capacidade técnica do corpo de assessores do Congresso Nacional?

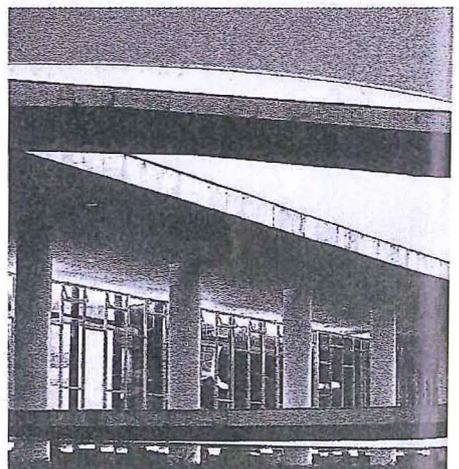
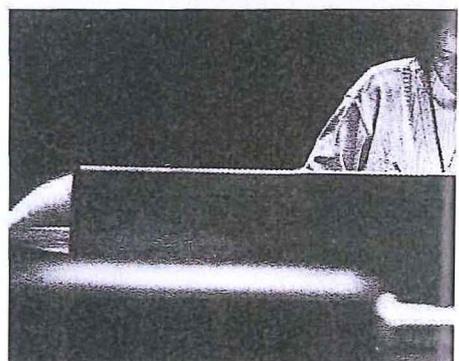
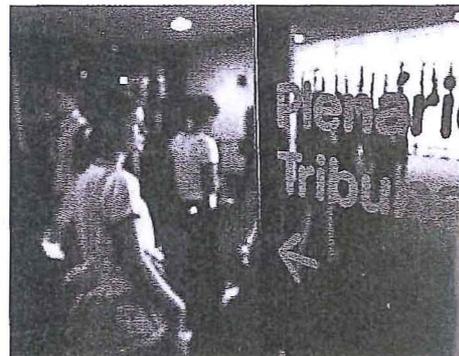


Os deputados e senadores se consideram bem aparelhados e assessorados dentro do Congresso. Apenas 12% consideram o material disponível e o número de assessores insuficientes. Mas nem por isso acreditam que seu trabalho legislativo seja tão bom. Apenas pouco mais de um terço deles (35%) considera alta ou muito alta a capacidade de aprovar leis claras, concisas e inteligíveis

**A**lém dos escândalos, o principal sinal de anomalia no Congresso nos últimos anos é a perda da capacidade de legislar. Elaborar leis é uma das principais razões para o Congresso existir. Mas, recentemente, o Executivo e o Judiciário têm se encarregado disso. O Supremo Tribunal Federal ocupou o vácuo deixado pelo Congresso ao decidir sobre temas como a fidelidade partidária e o direito de greve dos servidores públicos. O poder do Executivo se concretiza especialmente com as Medidas Provisórias. No governo Lula, o Congresso passou mais da metade de seu tempo votando Medidas Provisórias enviadas pelo Planalto. Para 81% dos parlamentares, as Medidas Provisórias limitam muito o trabalho do Congresso. “Os parlamentares reconhecem que o Congresso deixou de ser uma casa com a função de criar e aprovar leis”, afirma o cientista político Jairo Nicolau, professor do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj).

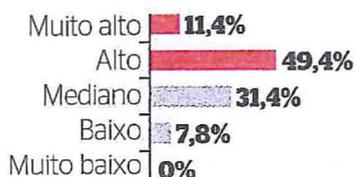
De acordo com o cientista político José Álvaro Moisés, da Universidade de São Paulo, as Medidas Provisórias são um problema estrutural que o Congresso precisa superar. “Um dos Poderes considera que está estruturalmente limitado em suas funções”, diz Moisés. “O Congresso deveria encarar essa limitação.” Há dois meses, graças a uma interpretação da Constituição, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), mudou o sistema. As Medidas Provisórias deixaram de trancar a pauta – ou seja, de impedir a votação de outras matérias – e o número de votações de projetos dos parlamentares cresceu. Mas a questão ainda precisa ser resolvida em definitivo.

Os parlamentares admitem que têm pouca capacidade para elaborar leis. Além das Medidas Provisórias, há uma questão de precedência entre eles mesmos. Apenas 5% dos parlamentares entrevistados acreditam que são altas as chances de um parlamentar que não ocupe uma posição

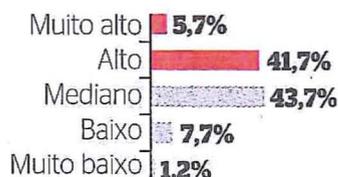


**LIMITES** Acima, cenas do dia a dia no Congresso Nacional. Na página ao lado, uma visão panorâmica do plenário do Senado. As MPs restringem o poder de legislar

### O poder de influência das empresas sobre o Congresso é:



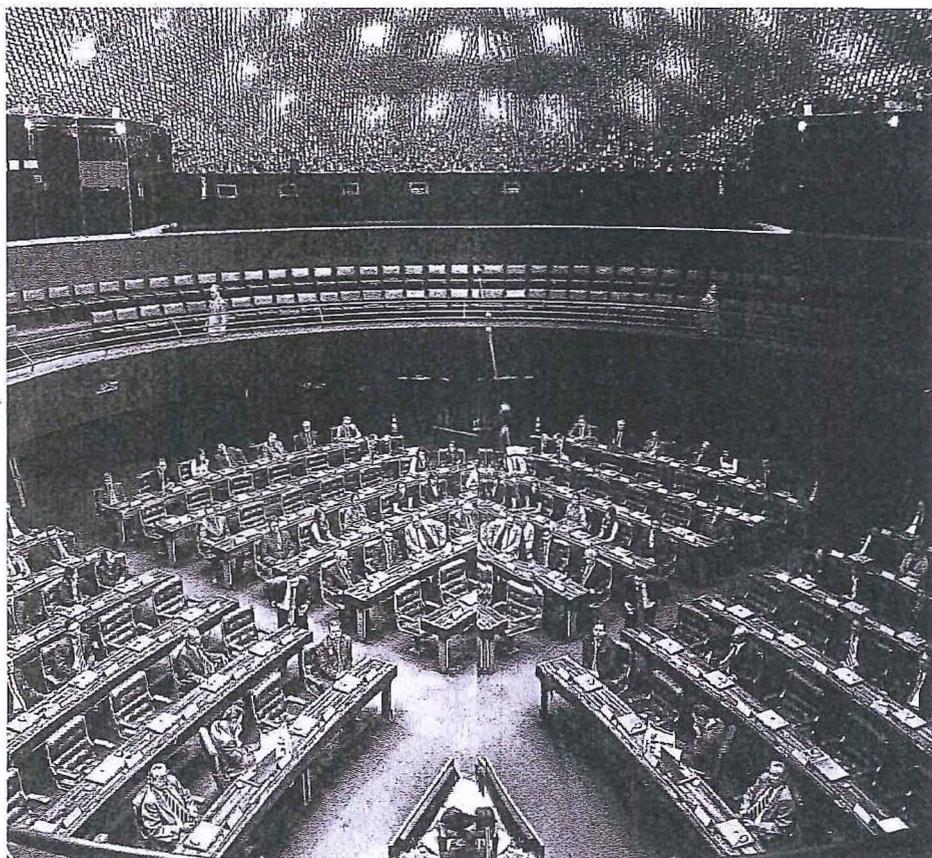
### O poder de influência dos sindicatos sobre o Congresso é:



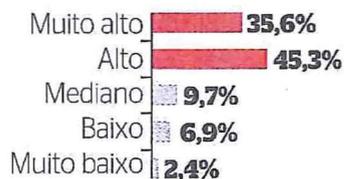
Empresas e sindicatos são citados como muito influentes no Congresso pelos deputados e senadores. A opinião sobre o grau de influência de uns e de outros varia de acordo com a tendência ideológica dos partidos. O PT, com forte base nos sindicatos, considera muito alto o poder de influência das empresas, mas baixo o poder de influência dos sindicatos. Já partidos como DEM e PSDB têm opinião exatamente oposta

de liderança conseguir aprovar um projeto de lei de sua autoria. Os parlamentares também acreditam que seu trabalho está sujeito a outras pressões. Para 60% deles, grandes corporações têm bastante influência no Congresso. Outros 47% acreditam que sindicatos e centrais sindicais também têm alto poder de influência.

Impressiona também como os parlamentares avaliam a qualidade de seu trabalho. Apenas 35% deles acham que as leis aprovadas por eles são claras e concisas. Eles admitem também que nem sempre os projetos de lei são submetidos a um amplo debate, capaz de melhorar ou simplesmente corrigir distorções. A conclusão é que a maioria dos projetos é feita por deputados ou senadores que ocupam cargos de liderança e seus pares, de menor expressão, têm poucas chances de trabalhar. "O congressista está se tornando, cada vez mais, um representante de seu eleitorado, de sua região", diz o cientista político Jairo Nicolau. "Como ele vai sobreviver, se o parlamento vota mais leis do Executivo e ele mesmo, se não for líder, tem menos espaço para propor leis?" ▶

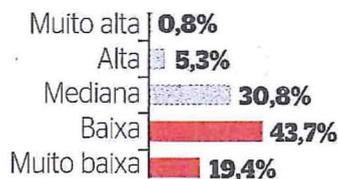


### Qual é o grau de limitação que as Medidas Provisórias impõem aos debates no Congresso Nacional?



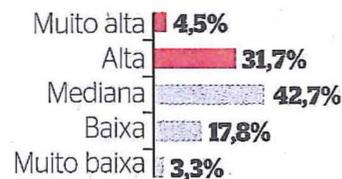
Os parlamentares se mostram incomodados com as Medidas Provisórias, que impedem o debate de projetos propostos por eles mesmos. A insatisfação com as MPs é um dos poucos pontos da pesquisa em que deputados e senadores têm opinião quase unânime

### Qual é a possibilidade de parlamentares que não são líderes aprovarem projetos de sua autoria?



A predominância dos líderes sobre seu pares é um fator que incomoda deputados e senadores. A maioria dos entrevistados acredita que, se não tiver posição de destaque, não conseguirá aprovar nenhum projeto. É um dado ruim para a democracia dentro do parlamento

### Em que medida os projetos de lei são submetidos a amplo e aberto debate parlamentar?



Os projetos aprovados no Congresso deveriam ser debatidos à exaustão, devido a seu impacto na vida das pessoas. Mas a pesquisa mostra que apenas 36% dos parlamentares consideram que o Congresso realmente discute os projetos como deveria antes de aprová-los. A maioria está insatisfeita com essa parte do trabalho

## 4. Desempenho

Para eles, a corrupção é um problema, mas só 20% dizem que é alta. Eles se dizem "medianos". Mesmo assim, metade acha que o salário é "baixo"

Quando olham para suas ações, os congressistas, em sua maioria, chegam às seguintes conclusões: têm um desempenho apenas "mediano", não compreendem bem os temas importantes que estão em discussão e reconhecem a presença marcante da corrupção. Em resumo, não cumprem com suas funções de forma satisfatória. Quando são instados a avaliar a própria remuneração, porém, metade entende que ganha mal.

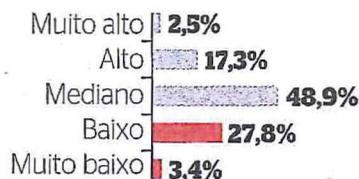
Deputados e senadores recebem R\$ 16.512,09 por mês, mais as verbas indenizatórias e outras ajudas mensais. Mesmo assim, 48,2% reclamam que esse salário é "baixo" ou "muito baixo". Satisfeitos ou não, os parlamentares estão no topo da pirâmide social brasileira, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, feita em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "O problema é o vício de se comparar com a elite de outros países, não com a realidade doméstica", diz o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.

A despeito da sequência de escândalos que assola o Congresso, 30% dos parlamentares consideram "baixo" ou "muito baixo" o nível de corrupção entre eles. Só 20% o classificam como "alto" ou "muito alto". Metade (48,9%) admite que esse é um problema "mediano" nas duas casas, quando deveria tender a zero.

Para o economista Cláudio Ferraz, da PUC-Rio, autor e coordenador de alguns estudos sobre corrupção e seu impacto nas urnas, não há motivo aparente para essa visão otimista dos 30% que acham a corrupção baixa nem para a tolerância com o que é classificado como nível "mediano" de corrupção. "O que se espera do legislador não é um comportamento mediano em relação à corrupção que permeia a sociedade, mas um comportamento exemplar", diz.

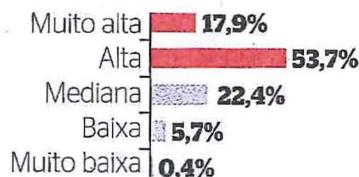
Esse comportamento acaba ficando longe disso por conta da sensação de impunidade que permeia todo o Congresso. Raramente alguém perde mandato – e nunca um congressista foi preso por crime de corrupção. "As punições brandas deixam, implicitamente, a impressão de que a sociedade aceita a corrupção", afirma Ferraz.

### Como o(a) sr.(sra.) classifica o nível de corrupção no Congresso Nacional?



O parlamento foi palco de alguns dos mais rumorosos casos de corrupção nos últimos anos. Ainda assim, 30% dos parlamentares entendem que o nível de corrupção no Congresso é pequeno. Para 70%, a corrupção tem presença marcante, mas só 20% a classificam como "alta" ou "muito alta". Como os parlamentares deveriam ser exemplo para a sociedade, não há motivo para a tolerância com um nível "mediano" de corrupção

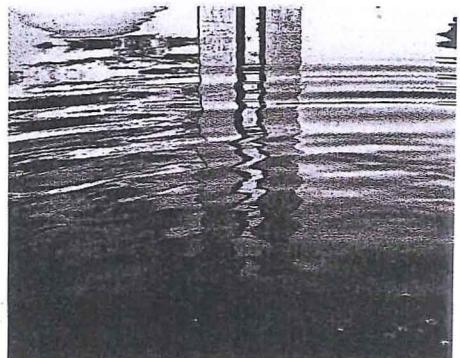
### Qual é a relevância do Congresso Nacional nas decisões de interesse nacional?



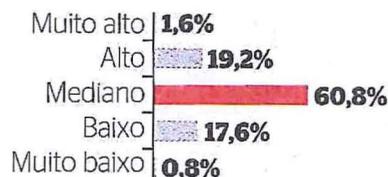
### Em sua opinião, a compreensão dos parlamentares sobre os principais temas em discussão no Congresso Nacional é:



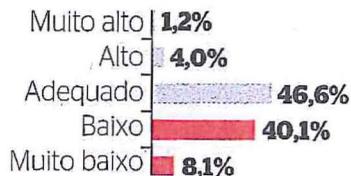
Os parlamentares entendem que o Congresso é importante, mas admitem que seu desempenho não é bom. A maioria diz que a compreensão dos colegas sobre os temas em discussão é apenas "mediana". Mesmo assim, praticamente metade dos deputados e senadores acha que ganha mal



### Como o(a) sr.(sra.) avalia o nível do desempenho do Congresso Nacional?



### Em sua opinião, o salário do parlamentar brasileiro é:



## 5. Transparência

A sociedade não tem como acompanhar o trabalho de seus representantes eleitos nem a atuação dos lobistas

**A** falta de transparência tem sido uma das principais deficiências do Congresso, como revelam os recentes escândalos em torno do uso de verbas indenizatórias e dos atos secretos. Apesar dos vários recursos disponíveis para comunicação com a sociedade. Para os parlamentares se abrirem para a sociedade, não bastam recursos como as TVs Câmara e Senado, verba para divulgação de atividades do gabinete, jornais e portais na internet. No Congresso, 41,5% reconhecem que são ineficazes em informar a população sobre seu trabalho. É o dobro do total de parlamentares que acham o contrário. Para o presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, essa reclamação pode fazer sentido: "O Congresso esquece de badalar o que faz de bom, como a lei seca, que reduziu em 35% os acidentes no país", diz.

Outro ponto que preocupa os congressistas é a desenvoltura de lobistas privados em Brasília. Para 60% dos congressistas, esse trabalho é feito de modo pouco transparente. A sociedade, dizem, tem poucos recursos para acompanhar a atuação dos lobistas. "A regulamentação do lobby seria uma forma de deixar claro o que cada um pode fazer e o que não pode fazer para defender seus interesses", diz o advogado Oscar Vilhena, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

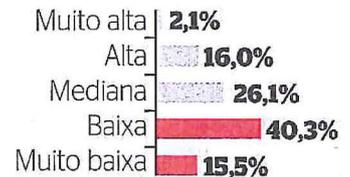
Embora os corredores do Congresso sejam frequentados por funcionários públicos, sindicalistas, estudantes e lideranças indígenas, a participação real da população na confecção de leis é apenas simbólica. Um projeto de iniciativa popular só tramita se tiver 1% das assinaturas do eleitorado, o que equivale a 1,3 milhão de eleitores. "O uso dessa ferramenta democrática tem sido mínimo", diz Vilhena. O único caso que se tem notícia foi o da criação da lei que cassa o mandato de políticos envolvidos com a compra de votos. Embora as iniciativas populares sejam um recurso empregado em países de democracia consolidada, em particular na Europa, a pesquisa mostra que, se depender de nossos parlamentares, tudo deve continuar como está.

**Qual é a eficácia do Congresso em informar a população sobre seu trabalho?**

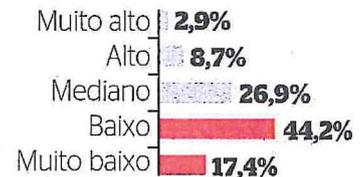


Os parlamentares acreditam que apenas a imagem negativa é transmitida ao eleitorado. Isso acontece apesar dos vários canais diretos de comunicação que o Congresso tem, como a TV Câmara e a TV Senado

**Qual é a eficácia do sistema eleitoral em assegurar que os eleitores acompanhem as ações do Congresso?**

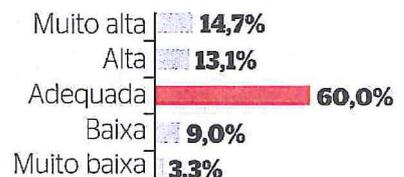


**Qual é o grau de transparência para a sociedade da atuação de grupos de interesse e lobbies dentro do Congresso?**

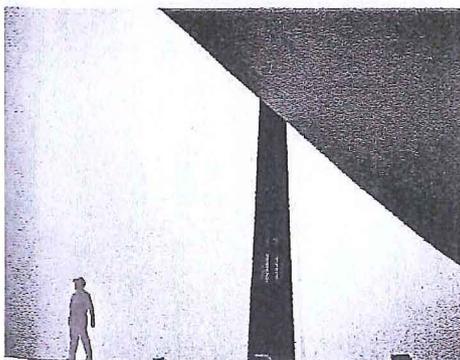
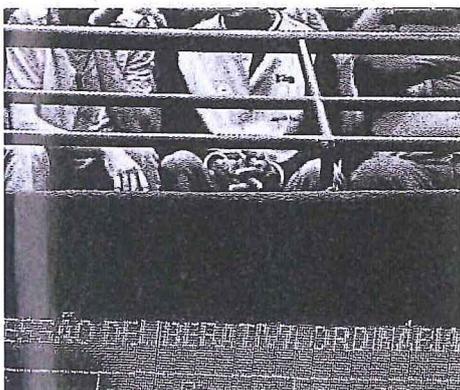


Os parlamentares reconhecem que muito do que se faz no Congresso é pouco transparente. É difícil para um eleitor comum acompanhar de perto as ações de deputados e senadores. Só recentemente, os gastos com verbas indenizatórias se tornaram públicos. A atividade dos lobistas, que não é regulamentada, é outro exemplo de como o jogo parlamentar tem pontos obscuros

**O requisito de 1% das assinaturas do eleitorado para que um projeto de iniciativa popular tramite no Congresso é uma exigência:**



Os parlamentares resistem à ideia do projeto de iniciativa popular. Os deputados e senadores não se mostram interessados em abrir mais espaço para iniciativas diretas dos eleitores



**EFICIÊNCIA** De cima para baixo, os corredores do Congresso, as edificações refletidas no espelho d'água, visitantes numa votação e um detalhe do plenário da Câmara. Os parlamentares reconhecem que seu desempenho é fraco

## 6. Reforma política

As opiniões contraditórias sobre o que precisa ser alterado mostram por que o debate não evolui no Congresso

**O(a) sr.(sra.) é a favor ou contra a adoção do financiamento público das campanhas eleitorais?**

A favor  **67,2%**  
Contra  **32,8%**

**O(a) sr.(sra.) é a favor ou contra a adoção das listas fechadas na eleição para a Câmara dos Deputados?**

A favor  **38,1%**  
Contra  **61,9%**

As respostas à pesquisa mostram por que é tão difícil fazer a reforma política. Os parlamentares querem o financiamento público para suas campanhas, mas rejeitam o voto em lista. O sistema eleitoral que defendem é de difícil aplicação, pois pode criar candidatos interessados só em obter recursos. Onde existe, o financiamento público é sempre dado aos partidos, não a candidatos individualmente

**A** reforma política é um tema que expõe as contradições do Congresso. Os parlamentares examinam a questão a partir de seus interesses corporativos e não pensam num modelo para melhorar o parlamento e a representação do eleitor. Isso fica claro na pesquisa: 67% dos entrevistados responderam ser favoráveis ao financiamento público de campanha. Mas 62% são contrários ao sistema em que o eleitor vota numa lista de candidatos elaborada pelo partido. “Os parlamentares não querem ter de correr atrás de dinheiro”, diz o cientista político Fernando Abrucio, da FGV. “Mas rejeitam o voto em lista para não depender das lideranças partidárias.” Um sistema assim é considerado difícil de aplicar, pois o governo teria de fornecer recursos diretamente aos candidatos. Poderia incentivar os candidatos que estão em busca não de vitória eleitoral, mas apenas de dinheiro.

**O(a) sr.(sra.) é a favor ou contra a aprovação de um terceiro mandato consecutivo para postos no Executivo?**

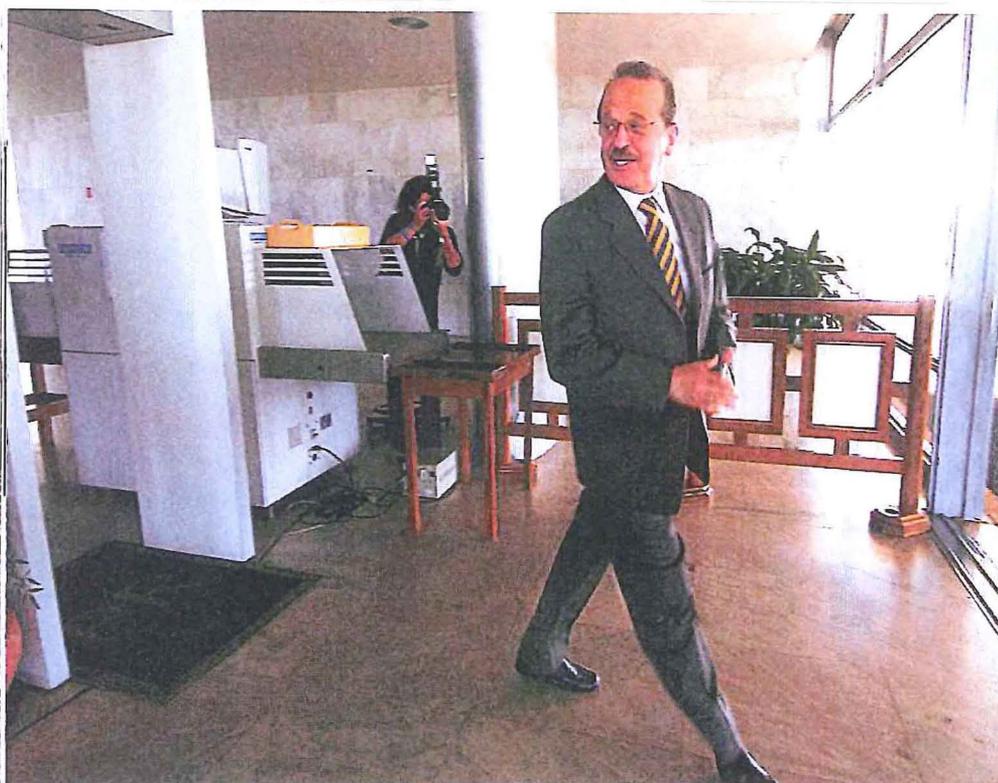
A favor  **10%**  
Contra  **90%**

A pesquisa mostra que a discussão sobre a permissão de um terceiro mandato é uma discussão vazia para os parlamentares. A maioria esmagadora votaria contra. A razão é prática. A maioria dos deputados e senadores gostaria de, um dia, eleger-se prefeito, governador ou até presidente da República. A reeleição já dificulta isso, pois favorece quem está no poder. A permissão para um terceiro mandato criaria uma dificuldade ainda maior. Atrasaria ainda mais o andamento da fila para quem quer entrar no Executivo

O argumento mais usado a favor do financiamento público é que ele ajudaria a enfrentar a força do poder econômico privado e reduziria a corrupção. “O financiamento público torna as eleições mais parelhas”, diz o cientista político e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Fábio Wanderley Reis. Mas não é uma garantia de que não haverá caixa dois feito com dinheiro privado. O voto em lista desagradava porque os partidos no Brasil são entidades frágeis, controladas por uns poucos líderes. Na prática, eles teriam grande poder para escolher quem seria candidato. Perguntou-se também aos parlamentares sobre a possibilidade de um terceiro mandato para o Executivo. Como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre diz que não pretende disputar uma segunda reeleição em 2010, a hipótese do terceiro mandato é uma discussão esvaziada para deputados e senadores. ◆



**MUDANÇA**  
Um funcionário caminha em corredor do Senado. Os parlamentares gostariam que o governo financiasse suas campanhas



**TRANSPARÊNCIA** Proposta do ministro Tarso Genro pode acabar com os partidos de aluguel

tese, trazer mais transparência ao processo eleitoral. Sugere ainda a eleição a partir de listas elaboradas pelos partidos, o que pode fortalecer as legendas e limitar a atuação dos chamados partidos de aluguel. A discussão de pontos como esses podem fazer o País avançar em seu sistema político eleitoral. Mas são questões que os líderes nem sequer consideraram no encontro. “Vinda assim, essa reforma é um perigo. Vira só uma porta para a manutenção da infidelidade partidária”, critica o deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC).

**Ainda que o consenso esteja longe para qualquer outro ponto da reforma, Genro está empenhado em aprová-la.** “Acreditamos que o atual modelo, especialmente para as eleições proporcionais (de vereador e deputado), está esgotado e precisa ser revisto”, diz o ministro. Para Genro, aspectos como o alto custo das campanhas políticas, a infidelidade partidária e a possibilidade de coligação nas eleições proporcionais desvirtuam a vontade do eleitor e favorecem o fisiologismo. Depois da reunião na casa de Negromonte, os líderes governistas resolveram criar uma comissão para tratar do assunto. Ao mesmo tempo, Genro promove discussões públicas sobre o tema. Na quarta-feira 5, por exemplo, recebeu a Ordem dos Advogados do Brasil. Qualquer cidadão pode também participar do debate pelo endereço do Ministério da Justiça na internet ([www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)). ■

Brasil

# PURO CASUÍSMO

## Debate sobre a reforma política começa com consenso que só atende conveniências eleitoreiras

Rudolfo Lago

**L**ogo no início da proposta de reforma política que o ministro da Justiça, Tarso Genro, encaminhou ao Congresso Nacional, há uma ressalva de que a discussão sobre o tema deveria evitar debates “eleitoralmente casuístas”. A sugestão de reforma de Tarso foi discutida pela primeira vez na terça-feira 4, em reunião dos líderes da base do governo, na casa do líder do PP, Mário Negromonte (BA). No encontro, o

único tema que obteve consenso tem um teor “eleitoralmente casuísta”. Trata-se da criação de uma “janela”, um ano antes das eleições, para burlar a regra da fidelidade partidária. No período dessa janela, de um mês, os políticos poderiam mudar de partido sem sofrer punições.

A reforma encaminhada pelo ministro propõe temas mais prementes, como por exemplo o financiamento público de campanhas, que pode, em

### PONTOS DE DESTAQUE

#### FIDELIDADE PARTIDÁRIA

**Como é**

Para o TSE, quem muda de partido pode perder o mandato, mas não há uma regra que defina isso

**Como ficaria**

Proibiria a mudança, mas deixaria uma janela no ano anterior à eleição para trocas sem punição

#### LISTA FECHADA

**Como é**

São eleitos deputados os candidatos mais votados

**Como ficaria**

Cada partido faria sua lista de candidatos. A eleição do deputado dependeria do número de cadeiras que o partido tivesse

#### FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

**Como é**

O financiamento é privado

**Como ficaria**

A União destinaria ao TSE uma verba, a ser distribuída de forma proporcional ao tamanho do partido

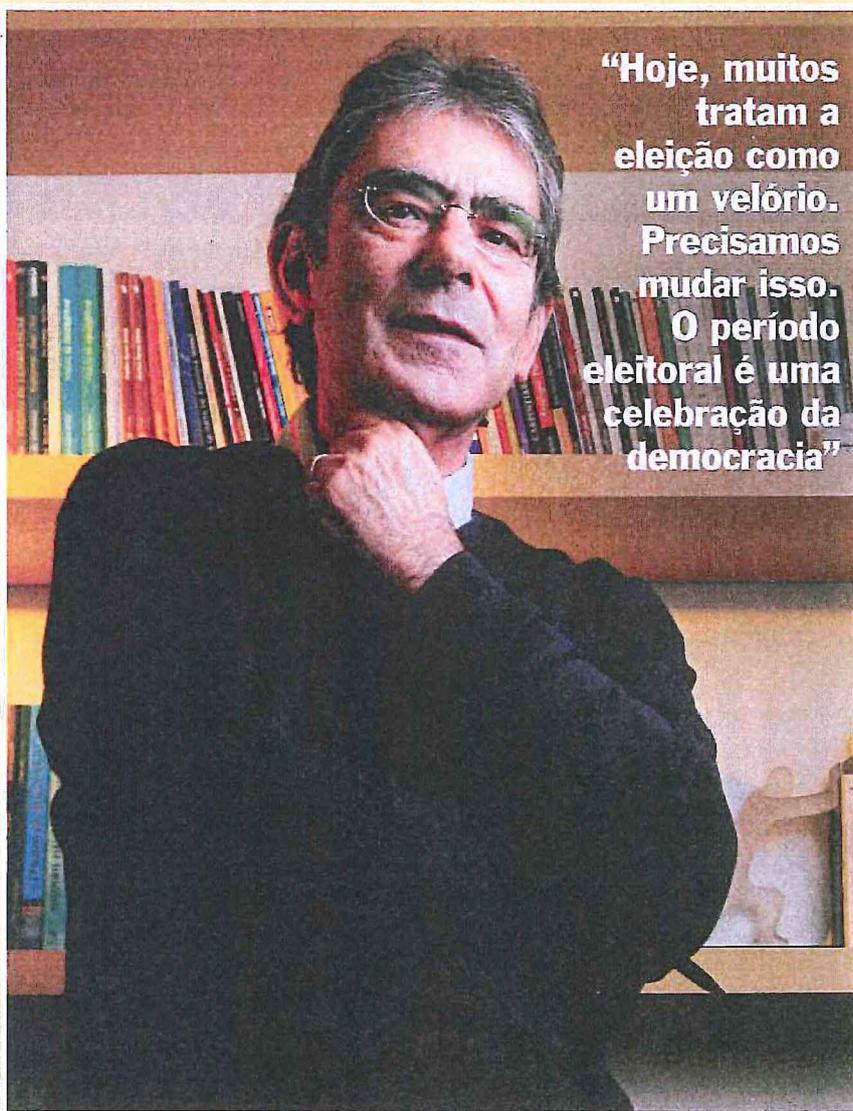
# Pela transparência

**O presidente do Tribunal Superior Eleitoral defende eleições sem restrição e diz que os políticos, com exceções, são epicuristas**

Diego Escosteguy

**O**novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Carlos Ayres Britto, tem enfrentado dias turbulentos. Desde que assumiu o posto, ele se envolveu em embates polêmicos, como a proposta de divulgação do nome dos candidatos “fichas-suja” e a inusitada restrição ao uso da internet como instrumento de propaganda política. Jurista com vasta experiência profissional e prolífica produção acadêmica, Ayres Britto foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal há cinco anos, por indicação do presidente Lula. Ex-militante petista em Sergipe, ele era uma espécie de cicerone do então sindicalista Lula sempre que este visitava Aracaju. Carlinhos, como era conhecido, tinha a tarefa de buscar Lula no aeroporto e conduzi-lo para cima e para baixo — o advogado era o único petista que tinha carro com ar-condicionado. Dessas caronas ocasionais, nasceu a amizade entre os dois. Cabe a Ayres Britto, agora, zelar para que as eleições municipais transcorram dentro da mais serena normalidade democrática. Se depender dele, assegura, a transparência será absoluta — o que inclui a polêmica divulgação na internet dos candidatos que enfrentam processos criminais, mesmo diante das pesadas críticas que a iniciativa já recebeu de colegas magistrados. Casado, pai de cinco filhos, poeta eventual e vegetariano inflexível, Britto recebeu VEJA em seu apartamento de Brasília.

**Veja** — É possível fazer uma eleição limpa no Brasil?



“Hoje, muitos tratam a eleição como um velório. Precisamos mudar isso. O período eleitoral é uma celebração da democracia”

**Britto** — Estamos trabalhando para que isso aconteça. A própria sociedade tem demonstrado que deseja isso. O Brasil quer eleições eticamente depuradas. Há uma espécie de água na boca das pessoas por um Brasil passado a limpo, um Brasil com políticos comprometidos com a causa pública. Percebe-se nitidamente uma santa curiosidade social pelas coisas do poder. Isso me encanta. Para que o voto seja consciente, a Justiça Eleitoral tem de providenciar o acesso desembaraçado às informações dos candidatos — inclusive quanto a sua biografia e eventuais processos criminais.

**Veja** — O senhor chegou a anunciar que o TSE iria divulgar a lista dos candidatos “fichas-suja”, aqueles que têm folha corrida, mas aparentemente voltou atrás.

**Britto** — Era minha intenção, mas esbarramos numa dificuldade operacional. Pela lei, as certidões criminais são anexadas em papel aos registros de cada candidato. Fui informado de que teríamos de digitar tudo isso. São mais de 3 000 cartórios no país e correríamos o risco de erros. Sugeri que escaneassem, mas não teríamos condições de realizar isso a tempo. Pretendemos fazer uma

resolução para as eleições de 2010, determinando que os partidos preencham eletronicamente o conteúdo dessas certidões. E depois divulgaremos esses dados na internet. Isso tem sido motivo de muitas incompreensões, como se eu estivesse recuando da minha convicção de que é dever da Justiça Eleitoral prestar o máximo de informações ao cidadão. Minha convicção persiste. De qualquer maneira, nossas peças de publicidade vão orientar o eleitor a buscar esses dados nos cartórios.

**Veja** — *O presidente do Supremo, Gilmar Mendes, disse que há um “ímpeto persecutório” contra os políticos. Chegou a classificar a idéia de divulgar a lista como “populismo”.*

**Britto** — Estamos vivendo uma época de afirmação democrática, na qual o pluralismo se apresenta com mais força. O dissenso surge em todas as áreas — e o Judiciário não é exceção. É claro que temos dissenso no Supremo. É saudável que seja assim. O presidente do Supremo pensa de um jeito. Eu penso de outro. Compreendo e respeito o receio do ministro, mas discordo dele. Cada um tem sua maneira de vocalizar suas idéias. É do estilo dele recorrer a adjetivos fortes. Mas eu vejo de modo diferente. Acho que os juízes estão ávidos por tirar a Constituição do papel e impedir a candidatura de políticos sobre os quais pesem graves crimes. O juiz contemporâneo é aquele que abre as janelas do direito para o mundo. Isso não significa um juiz vassalo da imprensa. Significa um juiz disposto a ouvir atentamente o que a opinião pública tem a dizer. Não há mais lugar para o juiz que se tranca numa torre de marfim ou paira numa esfera olímpica, como um semideus.

**Veja** — *A divulgação não seria uma condenação antecipada do candidato?*

**Britto** — Fui voto vencido no TSE sobre essa matéria. Meus colegas entenderam que o político multiprocessado pode se candidatar. Eu, não. Entendo que o processo penal, que trata do indivíduo, e o direito eleitoral, que trata da representação da coletividade, não se comunicam. Eles têm pressupostos filosóficos diferentes. A regra segundo a qual ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado protege o indivíduo. Acho

isso correto, claro. Mas também acredito que o indivíduo não pode usar essa regra em seu benefício quando pretende ocupar um cargo eletivo. No direito penal, em dúvida fica-se a favor do réu. No direito eleitoral, em dúvida fica-se a favor da sociedade. Quando um político exhibe um número de processos que evi-

**“A vida comprova que caixa dois é caixa-preta. No auge da campanha, a tentação de chegar ao poder é muito forte para a fragilidade humana. O fato é que os políticos, com exceções, são epicuristas. Eles cedem e vão atrás do dinheiro sujo”**

dencia um namoro aberto com a delitiosidade, esse político não pode representar a coletividade.

**Veja** — *A transparência, então, deve ser irrestrita?*

**Britto** — O escritor francês Victor Hugo tem uma frase que considero perfeita para ilustrar a dimensão do que está acontecendo no Brasil. Ele dizia que “nada é tão irresistível quanto a força de uma idéia cujo tempo chegou”. Chegou o tempo da transparência. Não podemos ignorar o anseio do país. Essa idéia tomou de assalto o espírito da coletividade. A transparência é a melhor arma no combate à corrupção. Neste momento, os juízes precisam perceber que não são ácaros de processo. Eles devem ter senso de realidade e sensibilidade suficiente para buscar informações na sociedade. Está entrando em curso uma nova era, de aproximação do Poder Judiciário com a sociedade, sem que isso signifique ímpeto persecutório ou estrelismo de alguns.

**Veja** — *Como é possível motivar a população a se interessar pelo processo eleitoral num momento de extremo desencanto com a política?*

**Britto** — Hoje, muitos tratam a eleição como um velório. Precisamos mudar isso. O período eleitoral é uma festa, uma celebração da democracia. Nossa idéia é transmitir aos eleitores uma mensagem leve, ressaltando a votação como um direito — e não como um fardo. O eleitor precisa perceber que essa depuração ética está nas mãos dele. Para ajudá-lo, vamos facilitar o acesso à biografia dos candidatos. Não conseguimos divulgar a lista dos “fichas-sujas”, mas há alternativas. É fundamental, por exemplo, que os eleitores conheçam a relação dos administradores que tiveram suas contas rejeitadas em decisão definitiva dos tribunais de contas. Essa lista está no site do Tribunal de Contas da União e deve entrar em breve no site do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais. Queremos assegurar que os eleitores tenham acesso ao máximo de informações sobre os candidatos.

**Veja** — *O TSE pode fazer alguma coisa para coibir a prática do caixa dois?*

**Britto** — Essa discussão atrai muitos extremos. A vida comprova que caixa dois é caixa-preta. No auge da campanha, a tentação de chegar ao poder é demasiadamente forte para a fragilidade humana. O fato é que a classe política, com exceções, segue a máxima epicurista. Epicuro (*de Samos, filósofo grego*) disse que, quando a tentação chegar, ceda logo antes que ela vá embora. Os políticos brasileiros são epicuristas. Eles cedem e vão atrás do dinheiro sujo. Das duas, uma: ou é dinheiro público obtido ilícitamente ou é privado — e neste caso vem acompanhado da cobrança de favores posteriores aos candidatos beneficiados. Há uma relação promíscua nas fontes de financiamento. O doador é um investidor. Ele quer o retorno de seu dinheiro. Diante dessa cultura enraizada da promiscuidade, eu adotaria uma solução radical: exclusivo financiamento público. Esse é um campo em que a opção é entre o ruim e o menos ruim. Dizem que seria uma violência para as pessoas que queiram contribuir. Que seja. Se se transigir, cai-se na promiscuidade.

**Veja** — *Nesta eleição, espera-se que o presidente Lula seja um personagem*

*onipresente nos palanques dos candidatos da base aliada. Não há abuso de poder nessa atitude?*

**Britto** — Na minha visão, não há problema em o presidente subir no palanque dos aliados. Faz parte do jogo político. Não vejo sentido em cercear isso, desde que, como determina a lei, ele não vincule diretamente seu governo às ações do candidato no palanque. A Justiça Eleitoral não pode agir como um feitor, com chicote na mão e esporas no pé. Se dependesse de mim, seria tudo na base do liberou geral — claro que sempre dentro da lei. Mas preciso admitir que minha visão não é dominante no TSE.

**Veja** — *Liberou geral?*

**Britto** — É claro que não estou convidando os políticos a cometer desvios. Não vamos fechar os olhos para as ilegalidades. Digo isso como princípio orientador, no sentido de que estou mais preocupado em estimular o envolvimento do eleitor do que em restringir essa participação política. Esse estímulo é especialmente importante na internet. Acabamos de discutir essa questão no TSE. Pela lei, o candidato só pode fazer propaganda na sua página. Meu ponto de vista, que acabou não prevalecendo, é que deveríamos deixar a internet em paz. É um erro meter o bedelho nisso. A internet talvez seja hoje o maior espaço de liberdade individual, um espaço naturalmente interdito ao poder regulador do estado. Além disso, é impossível controlar a internet. Quanto aos excessos, vamos decidir caso a caso.

**Veja** — *O Supremo decidiu recentemente que o mandato pertence ao partido, estrangulando a prática do velho troca-troca partidário. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou um projeto que restabelece a farra.*

**Britto** — Esse projeto me preocupa. Fui relator desse caso no Supremo. Nós demos um passo largo para o saneamento dos costumes políticos do país. As urnas têm uma voz ideológica. A cada quatro anos, elas apresentam um desenho ideológico do país, por meio do mapa de quantos votos recebeu cada partido. Esse desenho, que resulta da vontade do eleitor, deve prevalecer por quatro anos. Não cabe ao candidato alterá-lo por conta própria. Nós estamos acabando com uma das

maiores distorções da vida política brasileira: a cooptação do Congresso pelo governo. Com a nossa decisão, sair de um partido de oposição e ir para uma legenda do governo ficou mais difícil.

**Veja** — *Mas, mesmo sem a troca de partido, essa cooptação continua, por meio*

**“Meus colegas entenderam que o político multiprocessado pode se candidatar. Eu não. Quando um político exhibe processos que evidenciam um namoro com a delituosidade, ele não pode representar a coletividade”**

*de cargos, emendas parlamentares, os métodos de sempre.*

**Britto** — É verdade. Não vou exagerar. Realmente não eliminamos o problema, mas demos um tranco nessa permissividade. Esse projeto da Câmara é a prova de que incomodamos. É bom lembrar que essa idéia está surgindo num projeto de lei. Quando decidimos a favor da fidelidade, nós nos embasamos na Constituição. Então, se o projeto for aprovado, vamos averiguar até que ponto ele colide com a Constituição.

**Veja** — *O Supremo vai julgar a constitucionalidade da Lei de Imprensa. Afinal, é preciso haver uma lei para regular a imprensa?*

**Britto** — O Supremo já se manifestou no sentido de que a atual Lei de Imprensa é incompatível com a Constituição. O debate se transfere agora para outra arena. Discutiremos se a generosidade dispensada pela Constituição à liberdade de expressão e à imprensa é compatível com a existência de uma lei. O fa-

to é que uma lei significa restrição, exceções. Não posso antecipar voto, mas acredito que imprensa e democracia sejam irmãs siamesas. Nesse ponto, pelo que já foi manifestado dentro da corte, creio que os ministros do Supremo não tenham discordâncias expressivas. Certamente iremos analisar o assunto tendo em perspectiva o espírito da Constituição.

**Veja** — *Nos últimos anos, multiplicaram-se os casos de corrupção envolvendo magistrados. Entretanto, houve poucas punições. O Judiciário faz vista grossa a suas ervas daninhas?*

**Britto** — É um assunto gravíssimo. Uma eventual corrupção no Judiciário produz um estrago na democracia maior do que em qualquer outro setor. O juiz que faz de sua caneta um pé-de-cabra é o pior dos bandidos. Para mim, é triste descobrir que alguns juízes são corruptos e ladrões. Não se pode tapar o sol com a peneira. Aqui e ali irrompem evidências de corrupção. Mas é preciso ter em vista que, historicamente, os focos de defecção são poucos. A criação do Conselho Nacional de Justiça é uma resposta a isso.

**Veja** — *Não é pouco?*

**Britto** — É um começo. Está clara, na cúpula do Judiciário, a compreensão de que a corrupção é intolerável. Ela produz um abalo sísmico na credibilidade do nosso poder. Os processos que envolvem corrupção no Judiciário devem receber tratamento célere. Devemos ter também uma predisposição mais forte para investigá-los a fundo. A regra tem de ser tolerância zero. Não podemos usar como punição somente aposentadorias compulsórias. Nosso desafio é explodir os diques do corporativismo.

**Veja** — *O senhor foi filiado durante dezoto anos ao PT. É possível despir-se da ideologia num dia e vestir a toga no outro?*

**Britto** — É possível, sim. Meu temperamento e meu caráter ajudam. Eu sei virar páginas. Vivi intensamente minha filiação partidária. Mas, quando fui indicado para o STF, virei a página. Eu sou um magistrado. Não sou mais um filiado, um petista. Tenho proibição até de professar credo partidário. Agora sou um militante da Constituição. Se vou desagradar ao PT ou ao PSDB, não estou nem aí. ■

# AS REFORMAS QU

PESQUISA  
**VOX POPULI** / CartaCapital / **BAND**

A maioria entende que mudar o sistema político é a prioridade. Logo atrás ficaram as alterações na Previdência Social, nos tributos e na estrutura sindical

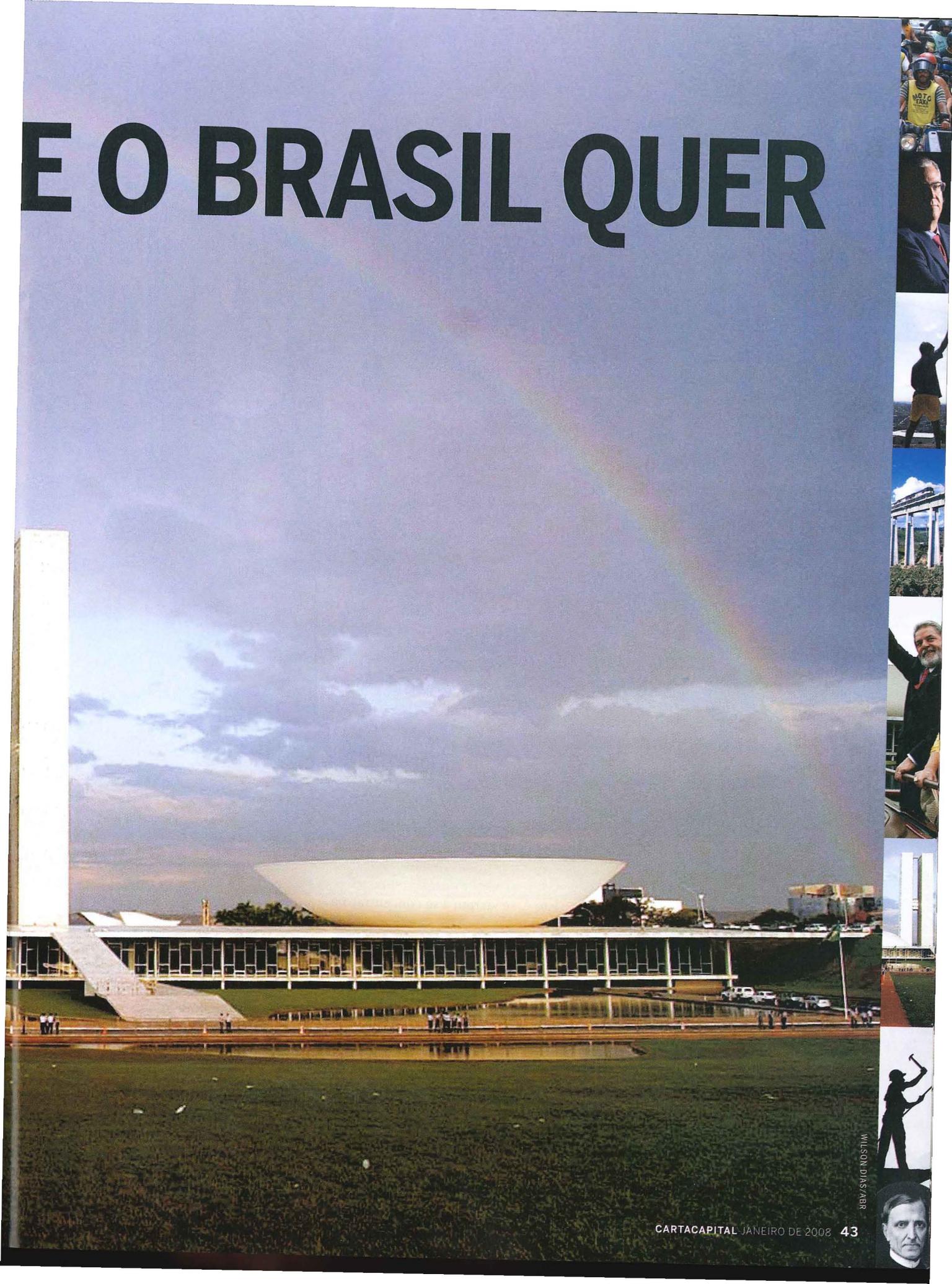
POR MARCOS COIMBRA\*

**A** parte mais substancial do questionário da terceira rodada da pesquisa Carta Capital/Rede Bandeirantes/Vox Populi foi dedicada a um assunto que, normalmente, recebe atenção menor em trabalhos do gênero. Pesquisas de opinião tendem a se concentrar no acompanhamento de sentimentos conjunturais: como está a popularidade de um governo, quem está na frente em uma corrida eleitoral, o que as pessoas pensam de coisas que aconteceram em determinado momento.

Ao contrário disso, nossa pesquisa de dezembro voltou-se para um conjunto de temas que poderíamos considerar estruturais. Sobre eles as opiniões não mudam muito a curto prazo e, às vezes, só se modificam de fato se considerarmos períodos mais longos, de anos ou mesmo décadas. ▶

\*É diretor do Vox Populi

# E O BRASIL QUER



WILSON DIAS/ABR

► Nosso interesse foi identificar opiniões da população brasileira sobre as diversas reformas que constam da agenda legislativa e política que temos pela frente. Não tratamos de todas, mas daquelas cuja necessidade é mais consensual. Foram quatro: a reforma política, a sindical, a previdenciária e a tributária.

Vistos em conjunto, o que mais chama atenção nos resultados é quão elevado é o sentimento da sociedade brasileira sobre a necessidade e a urgência de fazer essas reformas. Claro que há muitas dúvidas e ainda muita desinformação sobre aspectos específicos de uma ou outra. Mas, quanto à tese de reformas, em si, poucas pessoas discordam.

**Na tabela no pé da página**, onde as quatro são comparadas, em termos das proporções de respostas sobre se são “necessárias e urgentes”, “necessárias, mas não urgentes” ou “nem necessárias nem urgentes”.

O quadro que emerge da tabela é claro: as quatro reformas são consideradas necessárias pela grande maioria das pessoas, e três delas são vistas também como urgentes. A única que não tem esse segundo atributo é a reforma sindical, mas à qual se opõem apenas 11% dos entrevistados, quase a mesma proporção de rejeição que enfrentam as demais.

É igualmente relevante constatar que as taxas de não-respostas são muito baixas: somente um em cada cinco entrevistados não sabe ou não responde às perguntas. Ou seja, cerca de 80% se manifesta sobre as reformas nos termos propostos pela pesquisa. Para concordar ou discordar, todos têm uma opinião a dar.

Embora a reforma da Previdência tenha os maiores índices de endosso, ela fica em segundo lugar quando a pergun-

## QUAL DESTAS REFORMAS DEVERIA SER FEITA EM PRIMEIRO LUGAR?

Política	<b>35</b>
Previdenciária	<b>33</b>
Tributária	<b>17</b>
Sindical	<b>4</b>
NS/NR	<b>11</b>

ta pede que “a mais importante” seja identificada. Neste caso, as respostas são as da tabela do alto da página.

A maioria, ainda que pequena, que aponta a reforma política como a mais premente é muito sugestiva. Ela mostra, em primeiro lugar, quão convencida ficou a opinião pública a partir do que ouviu nos últimos anos sobre a origem de vários de nossos males, na vida política e em outros aspectos da sociedade. Especialmente depois de 2005, a idéia de que é preciso reformar o nosso sistema político passou a ter amplo apoio até entre os que pouco se preocupam com ele.

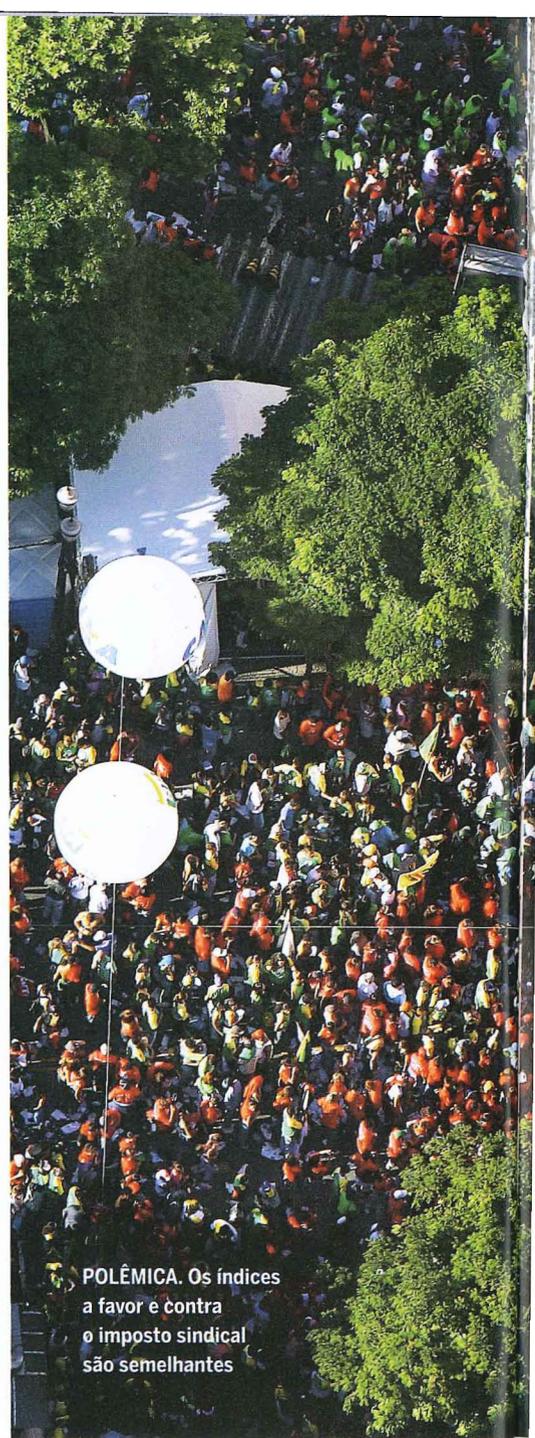
Em segundo lugar, essa primazia do tema da reforma política mostra uma sabedoria quase instintiva de muitas pessoas. Para elas, é como se todas as outras reformas, mesmo a previdenciária, que

seria mais “urgente e necessária”, só poderiam ser adequadamente discutidas depois que o sistema de representação fosse oxigenado, aumentando a proximidade entre eleitores e eleitos, e assegurando aos primeiros melhores instrumentos de controle dos segundos.

Isto é, se vierem a se concentrar na elaboração de duas dessas reformas, a política e a previdenciária, nossos políticos, no Legislativo e no Executivo, estarão indo ao encontro dos sentimentos de quase 70% da população. Dos restantes,

apenas 11% não sabem dizer algo sobre a questão.

No caso da reforma política, pelo que a pesquisa constatou, há nas propostas que estão sendo debatidas no Congresso coisas que a população cla-



**POLÊMICA.** Os índices a favor e contra o imposto sindical são semelhantes

ramente aprova, coisas que ela desaprova e outras sobre as quais não tem opinião.

Das primeiras, uma que tem apoio popular é a fidelidade partidária. O eleitor típico não vota nos partidos, mas nos candidatos, procurando identificar aquele que mais merece o seu voto. Pode fazê-lo baseado nas suas opiniões pessoais ou ouvir a recomendação de alguém, mas é quase sempre na pessoa em que vota.

**Apesar disso, o chamado** troca-troca partidário tem ampla rejeição. A frase que diz que “políticos trocam de partido como quem troca de camisa” é ouvida no País inteiro e serve de metáfora para toda a

## NECESSIDADE E URGÊNCIA DE ALGUMAS REFORMAS

	Política	Previdência	Sindical	Tributária
Necessária e urgente	<b>58</b>	<b>62</b>	<b>42</b>	<b>55</b>
Necessária, mas não urgente	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>24</b>	<b>16</b>
Nem necessária, nem urgente	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>9</b>
NS/NR	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>20</b>



MARLENE BERGAMO/FOLHA IMAGEM

**NOTA METODOLÓGICA:**

Pesquisa realizada entre os dias 11 e 13 de dezembro de 2007. Foram ouvidas 2 mil pessoas, em 121 municípios, distribuídas proporcionalmente entre as regiões Centro-Oeste/Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

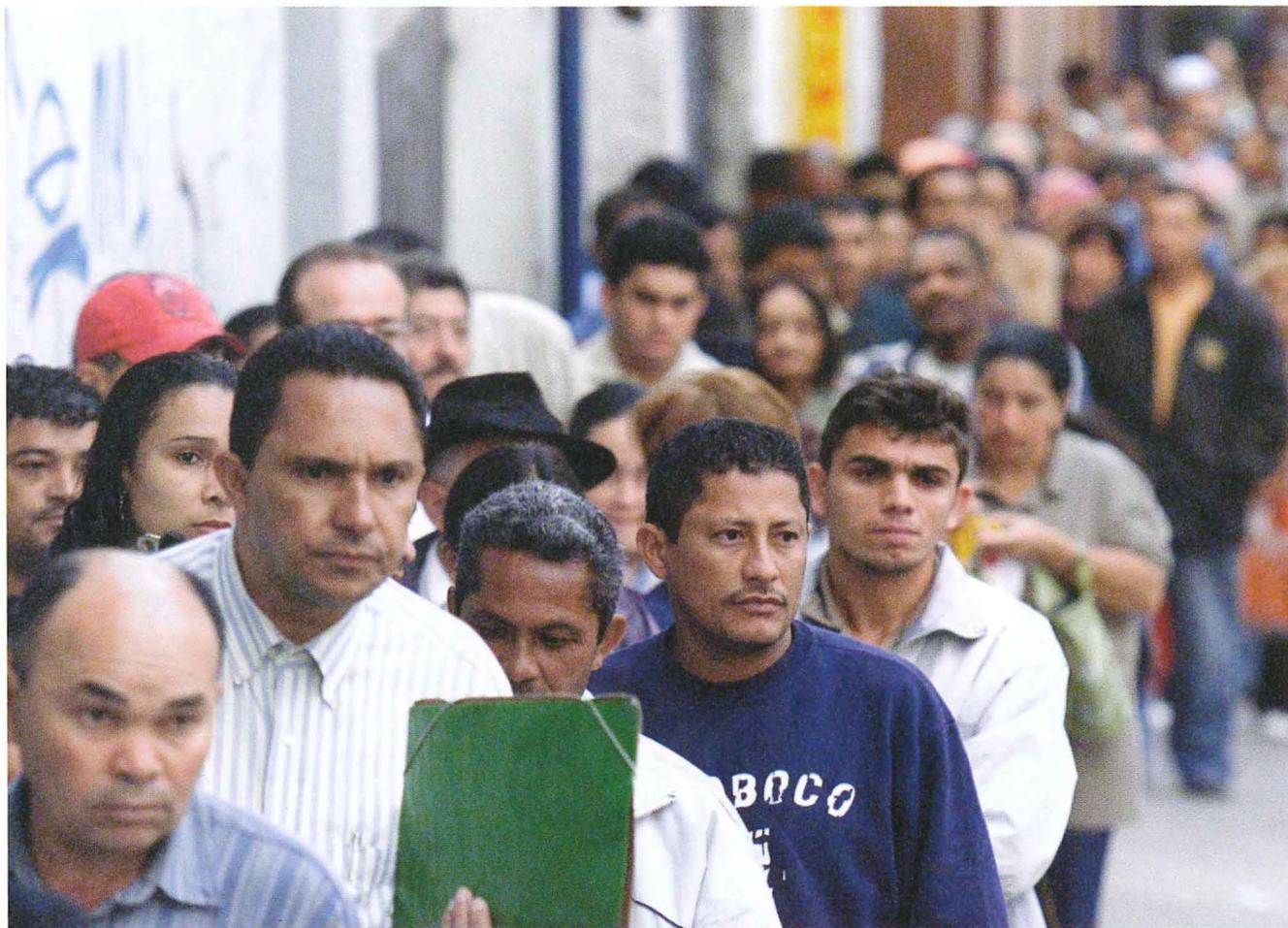
**REJEIÇÃO AO AUMENTO DA IDADE MÍNIMA**

Uma das propostas que estão em discussão é o aumento da idade mínima de 67 anos para se aposentar. Você é a favor ou contra essa proposta?

		Cruzamento por região					Total
		Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste		
A favor	11%						
Contra	85%	A favor 7%	12%	14%	13%	11%	
NS/NR	4%	Contra 88%	83%	84%	84%	85%	
		NS/NR 4%	4%	2%	3%	4%	

**Cruzamento por gênero, idade, escolaridade e renda familiar**

	GÊNERO		IDADE					ESCOLARIDADE				RENDA FAMILIAR				TOTAL
	Masc.	Fem.	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais	Até a 4ª série do ens.	De 5ª a 8ª série do ens. fund.	Ensino médio	Superior	Até 1 SM	De 1 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	
A favor	11%	11%	13%	9%	14%	13%	9%	9%	12%	11%	17%	9%	10%	16%	21%	11%
Contra	85%	84%	84%	87%	84%	84%	86%	87%	84%	85%	79%	87%	86%	82%	76%	85%
NS/NR	3%	5%	4%	4%	2%	4%	5%	4%	4%	3%	4%	4%	4%	3%	3%	4%



## PREVIDÊNCIA. Apoio à vinculação do benefício ao salário mínimo

falta de coerência e de compromissos de muitos políticos. Disciplinar, coibir, limitar, tornar menos fácil essa prática tem largo apoio da população: 46% disseram aprovar a fidelidade.

Entre as mudanças institucionais que ocorreram nos últimos anos, há uma que tem maioria em seu favor, ainda que tenha perdido apoio recentemente, hoje se situando em 46%. Trata-se da reeleição, que poucos querem mudar, a não ser os mesmos políticos que a criaram outro dia.

**Há, também,** uma mudança que tem apoio significativo, parecia que ia acontecer e foi interrompida por ato do Judiciário. Embora pouco conhecida, pois 55% dos entrevistados não souberam se pronunciar a respeito dela, a cláusula de barreira vinha para cor-

rigir uma distorção que a população enxerga em nosso sistema político, a proliferação de partidos sem qualquer expressão. Foi adiada por alguns anos.

O rol das coisas que a população não aprova, entre as que estão sendo discutidas na reforma, é grande. Uma delas é o financiamento público das campanhas, que a maioria imagina ser apenas uma forma de aumentar os gastos nas

eleições. Por isso, 61% dos entrevistados se disseram contra a proposta.

A reforma previdenciária é a que tem mais pessoas dizendo que é necessária e urgente. Sobre o que deveria ser feito para levá-la adiante, porém, o que se vê é que o sentimento da sociedade é o oposto do que pensam os especialistas e as autoridades.

## Das respostas sobre aspectos específicos

de uma reforma da Previdência Social, o que se percebe é que as pessoas desejam que ela sempre avance no volume e na qualidade da cobertura. Aumentar a idade de aposentadoria (85% são contra), desvincular as correções de pensões e aposentadorias das correções do mínimo (84% não a desejam) são idéias amplamente rejeitadas.

Resta um consolo para quem sabe que tem de ser feita: 58% dos entrevistados admitem que regras novas

## CONTRA DINHEIRO PÚBLICO EM CAMPANHA

Em relação ao financiamento público de campanha, você diria que é a favor ou contra?

A favor 19%  
Contra 61%  
NS/NR 19%

### Cruzamento por região

	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
A favor	15%	25%	15%	15%	19%
Contra	63%	55%	67%	71%	61%
NS/NR	22%	20%	18%	14%	19%



OLGA VILANOVA

poderiam valer para contribuintes antigos, contra 28% que entendem que qualquer mudança só se aplicaria aos novos.

As reformas sindical e tributária, embora contando com apoio largamente maior que a reprovação, são as duas sobre as quais os sentimentos são menos claros. Nas opiniões a respeito de mudanças na legislação sindical, por exemplo, percebe-se a difusão de certo liberalismo, que convive com as tradições que herdamos do Estado Novo: 55% se dizem contrários à contribuição sindical, mas 31% são favoráveis; 38% rejeitam a sindicalização compulsória, mas 30% a apóiam; 47% consideram adequada a fórmula de unicidade sindical que temos, enquanto 28% dos entrevistados dizem ser contrários a ela. Ou seja, em nenhuma das questões tratadas encontramos os quase consensos das reformas anteriores.

**Quanto à tributária,** fica apenas a larga proporção de pessoas que tendem a apoiá-la, sem saber exatamente o que deveria ser feito. Sobre o assunto tributos,

## O que todos desejam é que haja menos impostos. E que eles sejam mais simples

o que todos desejam é apenas que sejam menores e mais simples.

O governo Lula está encerrando seu quinto ano com um saldo modesto nes-

**SALÁRIO MÍNIMO E APOSENTADORIA**

**Na sua opinião, o aumento do salário mínimo deve ser desvinculado dos aumentos das pensões e aposentadorias ou cada vez que aumentar o salário mínimo também devem aumentar as pensões e aposentadorias?**

Cada vez que aumentar o salário mínimo deve aumentar as pensões e aposentadorias	<b>84%</b>
Deve ser desvinculado	<b>10%</b>
NS/NR	<b>6%</b>

se front e o tempo que lhe resta não é dos mais favoráveis para consertá-lo. As eleições municipais vão limitar a duração do próximo ano legislativo e dificultar o ritmo, já tão claudicante, de votações. Mas ainda é tempo de agir, especialmente se raciocinarmos com a ampla maioria da população que concorda com a tese das reformas.

**Não houve, talvez** em toda a nossa história, um governo com melhores condições para enfrentar os estrangulamentos institucionais e jurídicos que temos, fazendo as reformas que precisam ser feitas para acelerar o progresso. As condições políticas em que opera, seu amplo apoio popular, um quadro objetivo na economia, interno e externo, muito propício, tudo torna mais possível o sucesso nessa empreitada.

Lula, quando sair da Presidência, vai deixar uma herança que tem tudo para ser positiva. Está nas suas mãos fazer com que ela marque de maneira definitiva a nossa trajetória como país. ■



# O FIM DO TROCA

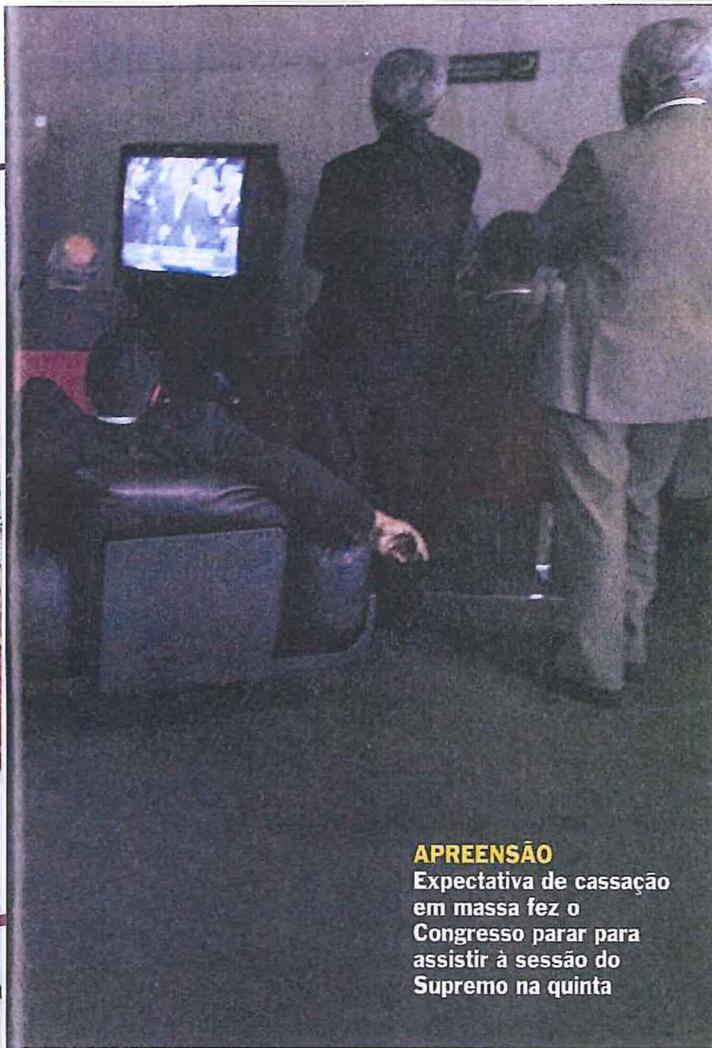
RUDOLFO LAGO

**P**or enquanto, sobrou só para a baiana Jusmari Oliveira. Ela foi a única deputada diretamente atingida no primeiro momento pela decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal na noite de quinta-feira 4, quando determinou que os mandatos parlamentares pertencem aos partidos, e não aos políticos. Com isso, o parlamentar que trocar de agremiação terá de devolver o mandato à legenda que o elegeu. Da decisão tomada pelo STF, porém, importa menos o tamanho da sua extensão imediata, mas o que ela representa para o futuro da vida política a partir de agora. Os ministros do Supremo deram o primeiro passo da reforma política que o Congresso adiava indefinidamente. A decisão de quinta-feira representa um freio importante numa das piores práticas adotadas na

política brasileira após a redemocratização do País: o troca-troca que emagrece os partidos de oposição e incha os governistas, estimulados pelo tomalá-dá-cá da liberação de verbas orçamentárias e nomeação de cargos. Pela decisão do STF, o parlamentar não fica proibido de mudar de partido. Mas a sua legenda anterior ganha o direito de reclamar na Justiça e recuperar o seu mandato de volta. Jusmari é a candidata número 1 dessa regra.

Para compreender por que a punição inicial restringiu-se a Jusmari é preciso entender o que o Supremo julgava. Desde as eleições de 2006, 47 deputados trocaram de partido na Câmara. No dia 27

**AO INICIAR A REFORMA POLÍTICA QUE O CONGRESSO NÃO DETERMINA QUE DEPUTADO QUE TROCAR DE PARTIDO PER**



**APREENSÃO**  
Expectativa de cassação em massa fez o Congresso parar para assistir à sessão do Supremo na quinta

LULA MARQUES/FOLHA MAGEM

A lista agora, porém, pode ser engrossada por outros partidos que perderam deputados depois dessa data. Caso do PTC, que tomou o estilista Clodovil Hernandez o deputado federal mais votado do Brasil. Há duas semanas, Clodovil trocou seu antigo partido pelo PR. Na quarta-feira 3, quando o STF começou seu julgamento, o PTC entrou com uma ação para reaver o mandato. Como Clodovil, há outros 13 deputados que não são do DEM, PSDB e PPS que trocaram de partido depois de 27 de março. Para obter os mandatos de volta, seus partidos originais terão que ingressar com ações na Justiça. O presidente do PTB, Roberto

partido original mudou de convicção ideológica, poderão ser absolvidos. Jusmari já prepara a sua defesa nessa linha. "Fui perseguida no PFL (o nome antigo do DEM)", garante ela. "Não me indicaram para nenhuma comissão da Câmara", prossegue. Jusmari também assegura que saiu do PFL em fevereiro, antes da data de corte imposta pelo STF. "O que aconteceu, na verdade, é que eu fiquei um tempo sem partido antes de entrar no PR."

**A garantia de uma posição mais branda do Supremo quanto a produzir uma decisão que provocasse uma enxurrada de cassações foi negociada ao longo da semana pela Câmara e pelo governo.** O ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi acionado para convencer seus antigos colegas de Supremo nesse sentido. O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), contratou como advogado para amenizar a decisão o ex-ministro do TSE Fernando Neves. Enquanto a sessão do STF desenrolava-se, na Câmara discutia-se mesmo a possibilidade de se elaborar um projeto de anistia para os deputados que fossem punidos, se a lista fosse muito grande.

Se a solução não provoca maiores efeitos imediatos, ela é, porém, histórica para o futuro das práticas políticas. Diante da possibilidade da cassação, deputados e partidos ficarão inibidos de continuar com a prática de atrair bancadas atraindo-as com verbas e cargos. Em média, cada parlamentar que trocou de partido e engrossou a base governista conseguiu liberar R\$ 500 mil. O senador César Borges, aliado fiel do ex-senador Antônio Carlos Magalhães e até outro dia um empedernido opositor do

governo, por exemplo, conseguiu liberar R\$ 1,5 milhão depois que trocou o DEM pelo PR. ■

# TROCA

de março, o Tribunal Superior Eleitoral julgou que, nas eleições proporcionais (de vereador, deputado estadual e deputado federal), o voto é dado à legenda, não ao candidato. **Com base nessa decisão do TSE, três dos partidos que foram prejudicados com o troca-troca - PPS, DEM e PSDB - ingressaram com uma ação no Supremo pedindo de volta os 23 mandatos que perderam.** O Supremo lhes deu razão, mas estabeleceu que só poderiam ser retomados os mandatos daqueles que trocaram depois da decisão do TSE. Dos 23, só havia um caso: o de Jusmari, que deixou o DEM e foi para o PR uma semana depois daquela sessão do tribunal eleitoral.

Jefferson, já anunciou que pedirá de volta as cadeiras dos deputados que perdeu, como Jackson Barreto (SE), que foi para o PMDB.

Mesmo Jusmari, porém, não fica cassada imediatamente. O Supremo resolveu dar a todos os ameaçados direito de defesa. Se eles forem capazes de provar que sofreram algum tipo de perseguição ou que seu

## MANDATOS AMEAÇADOS



**JUSMARI**  
A primeira na lista de cassação



**CLODOVIL**  
O PTC já pediu o cargo de volta



**JACKSON BARRETO**  
Trocou o PTB e foi para o PMDB

**FAZ, STF DE O MANDATO**

A DECISÃO DO SUPREMO DE CASTIGAR OS DEPUTADOS QUE TROCAM DE PARTIDO É UM MARCO PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA – E PARA OS ELEITORES

RICARDO AMARAL

# Infidelidade Punida



## Uma decisão histórica

O STF, ao decidir que o mandato obtido em eleições proporcionais pertence ao partido e não ao candidato, deu um instrumento para fortalecer os partidos no Brasil. É uma pequena reforma política, feita pelo Judiciário

## Como era

A Constituição dá autonomia aos partidos políticos para punir infiéis, mas não com a perda do mandato. No PT, deputado que vota contra a orientação do partido pode ser expulso. No DEM, quem troca de legenda tem de pagar multa de R\$ 50 mil. Só neste ano, 46 dos 513 deputados federais trocaram de partido impunemente

## Como fica

Deputado federal, estadual ou vereador que trocar de partido pode perder o mandato por decisão da Justiça Eleitoral. Cada caso tem de ser julgado individualmente, com direito de defesa, como nos processos por crime eleitoral. A Justiça poderá dar razão ao deputado infiel ou não. Se não der, ele terá de dar a vaga ao suplente

## Por que mudou

A Lei Eleitoral diz que o número de vagas na Câmara é distribuído de acordo com o número total de votos recebidos por partido na eleição. Em março, respondendo a uma consulta do DEM, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que, por esse motivo, as vagas pertencem aos partidos. O STF confirmou esse entendimento



O

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) tomou na quinta-feira 4 uma decisão histórica, que pode ser um forte impulso para melhorar a prática da política no Brasil.

Por 8 votos contra 3, os ministros do Supremo declararam que os mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores pertencem aos partidos pelos quais os políticos foram eleitos. Pela nova regra, os partidos passaram a ter o direito de cobrar de volta, na Justiça, o mandato de deputados e vereadores que trocam de legenda por conveniência pessoal, um péssimo costume que distorce a representação em Brasília, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

A principal virtude da decisão do Supremo é mostrar que as coisas podem — e devem — melhorar no processo político brasileiro. Ao tomá-la, o STF também chamou a atenção para a necessidade de uma reforma política. Ela serviria para resolver outros problemas como:

- a influência do poder econômico nas eleições;
- a existência de senadores suplentes que fazem leis sem ter recebido um único voto;
- o uso da máquina pública em favor de governantes que disputam a reeleição;
- o abuso do poder por parte de políticos que prometem uma coisa e fazem o contrário;
- as distorções na distribuição das bancadas dos Estados na Câmara.

São problemas antigos, que o Congresso não tem mostrado interesse ou ►

**NA FRENTE**

O plenário do STF na quinta-feira 4, no julgamento sobre a fidelidade partidária. O Congresso ficou para trás

de

**Quando vale**

Na prática, passa a valer a partir de agora. O STF disse que o novo entendimento **está em vigor desde o pronunciamento do TSE, em 27 de março deste ano.** Houve 15 trocas na Câmara dos Deputados de lá para cá, mas esses parlamentares que trocaram de legenda devem se beneficiar de um projeto de anistia que já está no Senado

**Quem troca**

Presidente, governadores, prefeitos e seus vices, além de senadores e seus suplentes, não foram alcançados pela mudança. Eles disputam eleições em que o vencedor é quem tem mais votos. **A nova regra vale para cargos obtidos em eleições proporcionais,** onde a Justiça conta primeiro o voto no partido, não no candidato

**Quem ganha**

**Os partidos políticos ficam mais fortes** para impor sua linha aos deputados e vereadores. O instrumento para isso é conhecido como "fechamento de questão". Por meio dele, o partido determina como os parlamentares devem se comportar em votações importantes. Quem desobedecer ficará sujeito a ser expulso

**Quem perde**

**O Congresso Nacional** perdeu mais uma oportunidade de legislar sobre uma matéria de interesse direto dos partidos e dos políticos. **Cedeu espaço ao Poder Judiciário,** como já havia ocorrido em 2002, quando o TSE decidiu que as coligações de partidos devem ser iguais em todo o país, prática chamada de verticalização

capacidade de enfrentar. A ação do STF demonstrou que as coisas não precisam ser assim indefinidamente. O julgamento da quinta-feira confirmou o entendimento adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em março e pôs fim a um problema que se arrastava havia anos sem solução no Congresso. Para ter uma idéia do abuso que vinha ocorrendo, basta lembrar que, dos 513 deputados eleitos em outubro de 2002, 193 – mais de um terço do total – chegaram ao fim do mandato, em fevereiro deste ano, filiados a partidos diferentes daqueles pelos quais disputaram o voto.

**Esse troca-troca** vai acabar, e as mudanças positivas podem ser ainda maiores. Tudo vai depender da maneira como os partidos políticos empregarão o poder e a responsabilidade que o STF lhes conferiu. Até então, os chefes das legendas podiam fazer pouco além de reclamar da infidelidade partidária, nem sempre de forma sincera. Agora, têm instrumentos legais para atuar na Câmara como representantes de setores e pensamentos da sociedade, cobrando coerência de seus deputados. Se perceberem o recado da sociedade por trás da decisão do Supremo, os partidos se empenharão com urgência para fazer a reforma política que vinham adiando.

“A sociedade anseia por fidelidade partidária e por medidas que andam na direção da moralidade e criam a consciência partidária”, diz o presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Flávio Pansieri. “A decisão do Supremo pode ser o primeiro passo para levar a política brasileira a outro nível moral.” Ao agir, a Justiça preencheu um vácuo deixado pelo próprio Congresso, cujos parlamentares têm demorado demais a tomar decisões necessárias e a cumprir seu papel de fazer leis. Muitos se preocupam com a intromissão do Judiciário na esfera do Legislativo. “Sob a ótica de que o sistema democrático prevê equilíbrio entre os Poderes, a democracia perde, porque o Judiciário invadiu um assunto do Legislativo, que é quem faz leis. Nosso Judiciário acha que tem poder para legislar”, diz o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília.

## Eles podem perder o mandato

Desde as eleições de outubro, 45 parlamentares trocaram de partido. Com a decisão do STF, que só atinge quem mudou depois de 27 de março, 16 correm o risco de perder o mandato

**Jusmari Oliveira** (BA)

DEM → PR

**Carlos Souza** (AM)

PP → PRB

**Damião Feliciano** (PB)

PR → PDT

**Dr. Paulo Cesar** (RJ)

PTB → PR

**Jackson Barreto** (SE)

PTB → PMDB

**Sérgio Brito** (BA)

PDT → PMDB

**Silas Câmara** (AM)

PTB → PSC

**Takayama** (PR)

PMDB → PSC





**Clodovil Hernandes** (SP)

**PTC** → **PR**



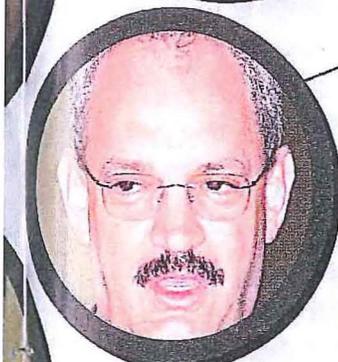
**Cleber Verde** (MA)

**PTB** → **PRB**



**Davi Alves Silva Júnior** (MA)

**PDT** → **PSC**



**Geraldo Resende** (MS)

**PPS** → **PMDB**



**Gervásio Silva** (SC)

**DEM** → **PSDB**



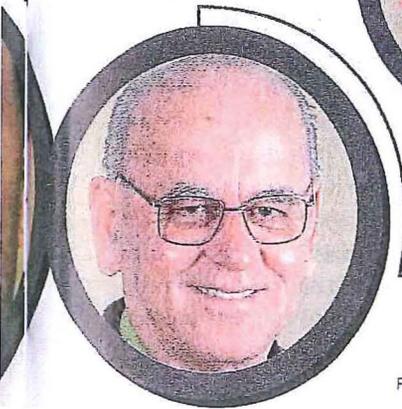
**Marcos Antonio** (PE)

**PSC** → **PAN** → **PRB**



**Lindomar Garçon** (RO)

**PR** → **PV**



**Jurandy Loureiro** (ES)

**PTB** → **PSC**

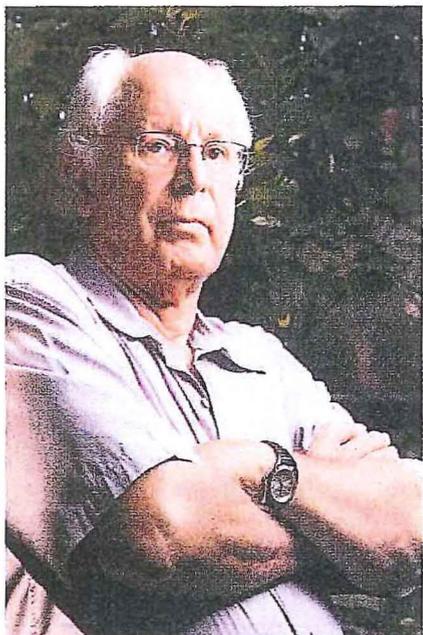
Espera-se que, agora, o Congresso reaja, volte a cumprir seu papel de legislador e faça a tão esperada reforma política. O ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), um dos mais influentes parlamentares em atividade no Congresso, percebeu a mensagem do Supremo e alertou seus colegas em um artigo: "Façam a reforma política; se não fizerem, nós a faremos", escreveu Sarney. O líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), anunciou a formação de um grupo para analisar todas as propostas de reforma política em tramitação e unificá-las. Uma iniciativa semelhante fracassou em maio, antes de o STF entrar no caminho.

**A nova regra** imposta pelo Judiciário deixa o jogo político mais claro, mas é uma ilusão pensar que os partidos e seus parlamentares vão melhorar da noite para o dia. "Desconheço país desenvolvido onde a fidelidade partidária seja compulsória; se o sujeito na França ou na Itália muda de partido, ele será punido pelo eleitor, que costuma ser fiel a seu partido", diz Claudio Weber Abramo, diretor da ONG Transparência Brasil. "Temos dois problemas fundamentais: o político, que guarda pouco compromisso com o eleitor, e o eleitor, que não cobra do político. Isso não muda com uma decisão judicial."

A decisão do Supremo reforça e fortalece o partido político. "Isso é bom, especialmente numa época em que grupos de interesse e grupos econômicos tendem a ser muito mais fortes que os partidos", diz o ex-ministro do TSE Torquato Jardim. Ao se filiar a uma legenda, o deputado terá de confiar e se identificar com o partido para não se ver obrigado a votar de acordo com interesses negociados a sua revelia. Tal problema pode surgir, especialmente se a regulamentação da fidelidade partidária não ficar clara. "A decisão ainda é cheia de ambigüidade e exige regulamentação. Mesmo assim, ela é importante, porque agora o Congresso tem que acordar para a pauta", diz o cientista político e colunista de ÉPOCA Fernando Abrucio. "Por causa das ambigüidades, o Congresso tende a aprovar uma proposta que permitirá a ▶

# Como entender a decisão do STF

A opinião de cientistas e estudiosos



**“Acho positivo do ponto de vista ético. Mas não acredito que o efeito seja tão grande a ponto de alterar o sistema político brasileiro”**

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES,  
cientista político

troca de partido no último ano do mandato. Aliás, fidelidade estrita não existe em nenhum lugar do mundo.”

O julgamento do Supremo já havia produzido uma reação contrária nos políticos. No primeiro semestre, quando o destino dos parlamentares infiéis já era examinado pelo Judiciário, a Câmara aprovou um projeto do deputado Luciano Castro (RR), líder do PR, que criou regras, mas não proibiu o troca-troca. O texto, agora no Senado, traz embutida uma anistia para todos os que tenham trocado de partido até 30 de setembro. Se aprovada, essa anistia livrará da degola 16 deputados que trocaram de partido depois do dia 27 de março, quando o TSE deu a primeira decisão sobre o assunto (*leia o quadro sobre os deputados atingidos à pág. 42*).

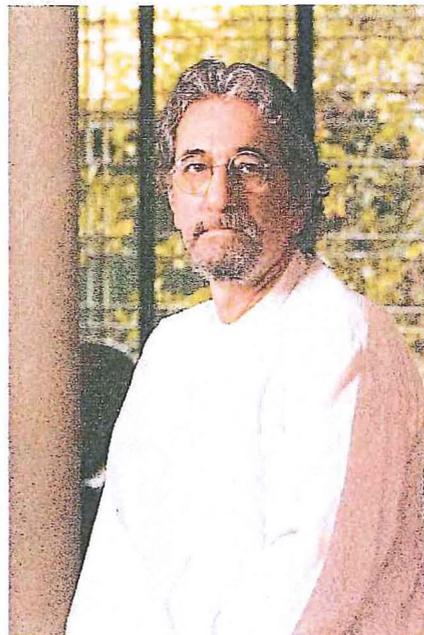
O caso dos infiéis foi parar no STF porque o presidente da Câmara, Ar-



**“É uma decisão importante para o sistema partidário brasileiro porque os ministros decidiram, em sua maioria, que a primeira escolha do eleitor não é mais o político em si, mas a agremiação da qual ele faz parte”**

TORQUATO JARDIM, jurista, ex-ministro do TSE

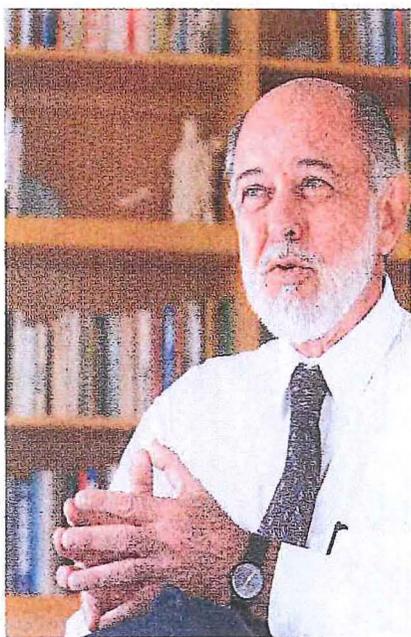
lindo Chinaglia (PT-SP), se recusou a atender aos pedidos de DEM, PSDB e PPS para cassar os mandatos de 46 deputados que haviam se bandeado para partidos do governo e dar posse a seus suplentes. Numa sessão que durou nove horas, foram debatidas três diferentes interpretações da lei. Ao final, a maioria fixou uma regra que fortalece os partidos, respeita os eleitores e preserva o direito individual dos deputados. Quem trocou de partido antes de março está livre de punição. Quem trocou depois poderá ser processado pelo partido no TSE, que ainda terá de editar uma resolução, garantindo o direito de defesa do acusado. Quem quer trocar de partido terá de pensar bem antes de se arriscar a perder o mandato.



**“Desconheço país desenvolvido onde a fidelidade partidária seja compulsória. Se o sujeito na França ou na Itália muda de partido, ele será punido pelo eleitor, porque os eleitores europeus costumam ser fiéis aos partidos. Como no Brasil é um esculacho, acho difícil afirmar se há ganhos para a democracia”**

CLAUDIO ABRAMO, diretor-executivo da ONG  
Transparência Brasil

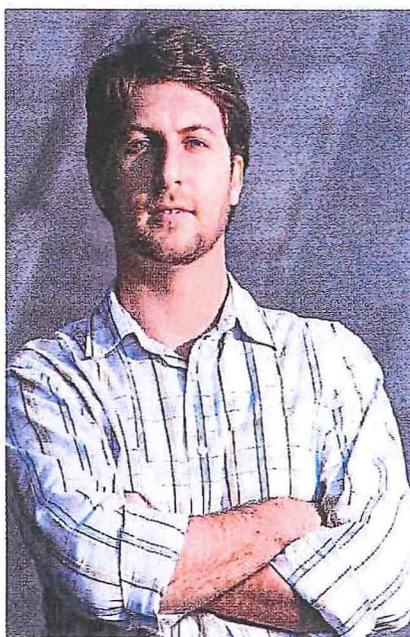
“Qualquer mudança (de partido) significa fraudar o interesse do povo e lesar o interesse da democracia representativa”, disse o ministro Celso de Mello, o mais antigo do tribunal e autor do voto que serviu de guia para a decisão final. Ao decidir que cada caso de infidelidade deve ser julgado isoladamente, o Supremo buscou preservar o direito do deputado que diverge da direção partidária, alegando questões programáticas ou de princípio. O histórico de decepções com mudanças que ficam apenas nas intenções autoriza reações de ceticismo diante da decisão do Supremo. É o caso do cientista político



**“Não há dúvidas de que o Supremo refletiu o sentimento da sociedade, que não agüenta mais tanta desfaçatez e impunidade. Ninguém tolera mais esse jogo de ‘só voto isso se ganhar tais e tais cargos’. Ninguém está aqui para pagar impostos e sustentar políticos com comportamentos tão descarados, que tratam da coisa pública como se fossem donos”**

**AMAURY DE SOUZA**, *cientista político*

Leônicio Martins Rodrigues, que desfiou um rosário de incertezas no dia seguinte ao julgamento: “Qual vai ser o efeito disso? Vai reduzir o número de partidos? Vai expulsar os aventureiros? Vai evitar alianças interesseiras? Acho positivo do ponto de vista ético. Mas não acredito que o efeito seja tão grande a ponto de alterar o sistema político brasileiro”. As dúvidas de Rodrigues são proporcionais ao desafio de tornar o sistema político brasileiro melhor, onde ele apresenta maiores problemas. As reformas em

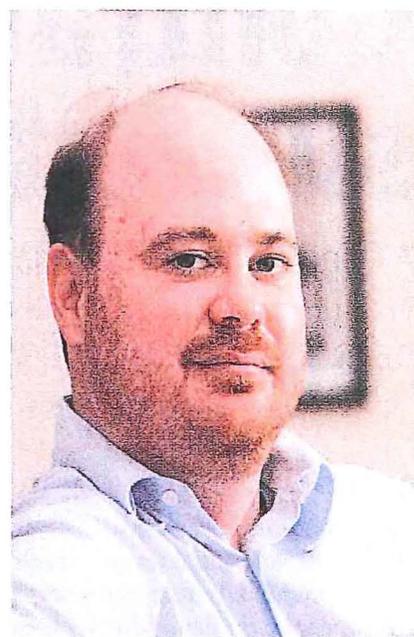


**“O mensalão, para quem acredita que ele existiu, foi justamente a compra de apoio político para partidos pequenos e nanicos que, coincidentemente, foram os que mais inflaram nos últimos anos. A disciplina partidária levaria à redução desse tipo de incentivo à corrupção política”**

**CLAUDIO FERRAZ**, *do Ipea, autor de pesquisas sobre a reeleição e suas repercussões na corrupção política*

discussão no Congresso incluem ainda os seguintes temas:

- fim da reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos;
- fim da substituição de senadores por suplentes sem votos;
- redução nos mandatos de senadores de oito para quatro ou cinco anos;
- redução nos mandatos do Executivo de quatro para cinco anos;
- proibição do financiamento de campanhas eleitorais por empresas;
- proibição das coligações provisórias, que só funcionam nas eleições;
- possibilidade de eleitores revogarem mandatos por um mecanismo chamado “recall”;



**“A decisão ainda é cheia de ambigüidade e exige regulamentação. Mesmo assim, ela é importante. Agora o Congresso tem de acordar para a pauta. Será obrigado a fazer uma lei sobre fidelidade partidária, pois todos vão criticar o Congresso. Aliás, fidelidade estrita não existe em nenhum lugar do mundo”**

**FERNANDO ABRUCIO**, *cientista político e colunista de EPOCA*

- mudança na eleição, tornando cada deputado representante de um distrito geográfico no Congresso (voto distrital).

O debate dessas propostas vai demonstrar que algumas mudanças são imprescindíveis, outras nem tanto, e que algumas, mesmo bem-intencionadas, podem piorar as coisas em vez de fazer a democracia avançar. O que a decisão do Supremo ensina ao Congresso, aos partidos e a todos os interessados no aperfeiçoamento da democracia é que o pior caminho é não enfrentar os desafios. ◆

COM ISABEL CLEMENTE E MATHEUS LEITÃO

# Fidelidade imposta

O Congresso não baixou regras para inibir a facilidade com que os políticos trocam de partido. Agora, o Supremo Tribunal Federal deve fazê-lo

RICARDO AMARAL

**H**Á MAIS DE DEZ ANOS, O CONGRESSO Nacional discute projetos de lei que querem impor a fidelidade partidária e acabar com uma das imperfeições crônicas da política brasileira: a facilidade com que os políticos trocam de partido, segundo suas conveniências eleitorais. A Constituição deu aos partidos autonomia para fixar as próprias regras de fidelidade. O PT e o DEM podem expulsar parlamentares que votam contra a orientação do partido. Aconteceu com a deputada Luciana Genro (RS), em 2005, que foi para o P-SOL. Pode acontecer com os três deputados do DEM que votaram pela prorrogação da CPMF, o imposto do cheque, há duas semanas.

Nem a Constituição nem a legislação partidária dizem o que acontece com a vaga do deputado que deixa o partido, seja por expulsão, seja por vontade própria, como ocorre na maioria das vezes. A Câmara aprovou neste ano um projeto do deputado Luciano Castro (PR-RO). Ele na verdade é quase uma regulamentação da "infidelidade partidária" ao abrir um intervalo de 30 dias, a cada dois anos, para a realização do troca-troca de partidos. A proposta estacionou no Senado. O que o Congresso podia ter feito e não fez, o Poder Judiciário deve agora fazer.

Nesta quarta-feira, 3 de outubro, os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) se reunirão para uma sessão histórica. Apesar das lacunas da lei partidária e da Constituição, a lei eleitoral diz que o número de vagas de cada partido ou coligação na Câmara é proporcional à soma dos votos recebidos por seus candidatos e pela legenda. Com base nisso, o DEM

(ex-PFL) provocou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em março, com a seguinte pergunta: quando um deputado (ou vereador) troca de legenda, a quem pertence a vaga na Câmara: ao deputado ou ao partido? A resposta, apresentada pelo TSE em julho, foi que a vaga pertence ao partido, e não ao deputado. Os juízes do TSE têm competência para interpretar a lei eleitoral, mas não podem impor essa interpretação. Os ministros do STF vão decidir se a interpretação do TSE é constitucional. Em caso afirmativo, vão decidir também os limites da vigência da nova regra: para punir os deputados que já trocaram de partido ou apenas os que vierem a trocar de legenda depois do julgamento. Em tese, a aplicação com rigor da decisão do TSE pode implicar a cassação de 42 deputados federais, eleitos em 2006 e que trocaram de mandato depois disso.

**Dos 11 ministros** do STF, quatro já indicaram que votarão favoravelmente à mudança: Cezar Peluso, Ayres Britto e Marco Aurélio de Mello (que participaram da decisão do TSE) e Celso de Mello (que votou a favor da fidelidade quando o tema foi debatido pela primeira vez no STF, em 1989). É um forte sinal de que a nova regra deverá ser adotada. A principal dúvida em relação ao julgamento é sobre sua vigência. ÉPOCA conversou com dois ministros do STF e advogados experientes nos meandros do tribunal. Há uma inclinação para que a decisão do tribunal seja aplicar a nova regra, mas só aos deputados que vierem a trocar de partido depois do julgamento. Há boas razões políticas para que isso aconteça. Uma decisão mais drástica, com a perda

## A atração do

Os governos aproveitam a infidelida

Partidos alinhados com



Bancadas eleitas em 1994

PFL  
PSDB  
PMDB  
PP+PPR  
PT  
PDT  
PTB  
Outros



Bancadas eleitas em 2002

PT  
PMDB  
PFL  
PSDB  
PP  
PL  
PTB  
PDT  
PPS  
PCdoB  
Prona  
PV  
PSC  
PMN

(\* O partido do presidente perdeu deputados para o P-SOL, após o escândalo Waldomiro, e para o PSB, depois do mensalão

# Planalto

...ária para engordar suas bancadas. Foi assim com FHC, é assim com Lula

## no federal

Término do 1º mandato  
(dezembro de 2002)

PFL	111
PSDB	94
PMDB	88
PP	78
PT	50
PDT	23
PTB	22
Outros	47

Término do 1º mandato  
(dezembro de 2006)

PT(*)	81
PMDB	79
PFL	65
PSDB	57
PP	50
PL	37
PTB	43
PSB	27
PPS	15
PCdoB	12
PV	7
PSC	7
P-SOL	7
Prona	2
PTC	1

## O troca-troca continua

Bancadas eleitas em outubro de 2006

PT	83
PMDB-PST-PTC	105
PFL	65
PSDB	66
PP	41
PSB-PDT-PCdoB-PHS-PMN-PRB	69
PL	23
PTB	22
PPS	22
PV	13
Outros	7

As bancadas um ano depois

PT	81
PMDB-PST-PTC	106
DEM (ex-PFL)	59
PSDB	58
PSB-PDT-PCdoB-PHS-PMN-PRB	75
PR (ex-PL)	42
PP	40
PTB	20
PPS	13
PV	14
Outros	7

Por que os parlamentares trocam de partido

- 1 Para aderir ao governo. Assim, é mais fácil conseguir cargos e verbas
- 2 Para conseguir apoio nas eleições estaduais e municipais
- 3 Quando rompem com o governo por não ter seus interesses atendidos

# 193

deputados trocaram de partido na legislatura que durou de 2003 a 2007

# 28

deputados entraram para o PTB e PR (atual PL), envolvidos no mensalão na última legislatura

# 23

deputados deixaram os partidos de oposição (DEM, PSDB e PPS) depois da reeleição de Lula

## “Quando o Legislativo não enfrenta questões fundamentais, comete suicídio coletivo”

DEPUTADO RONALDO CAIADO, (DEM-GO)

de mandato dos deputados que trocaram de legenda na atual legislatura, significaria a maior leva de cassações na história do parlamento, com mudanças importantes na correlação de forças vigente na Câmara dos Deputados. Os dois principais partidos de oposição, PSDB e DEM, hoje com 117 deputados, voltariam a ter as 131 vagas conquistadas em outubro de 2006. Partidos aliados ao governo, que engordaram depois do início da legislatura, passariam por uma lipoaspiração. O PR, ex-PL, hoje com 42 deputados, voltaria a ter apenas 20 (leia o quadro).

“O Supremo vai tomar uma decisão fundamental para a democracia brasileira e é uma pena que o Congresso não tenha ele mesmo feito antes uma legislação de fidelidade partidária”, diz o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), relator do projeto de reforma política rejeitado pela Câmara neste ano. “Quando o Legislativo se recusa a enfrentar questões fundamentais, cede poder ao Judiciário e vai cometendo um suicídio coletivo.”

Mesmo que a aplicação da nova regra sobre a troca de partido não implique a cassação do mandato de deputados, a decisão do STF deverá ter um forte impacto na forma como os governos constroem suas maiorias no Congresso Nacional. A tradição brasileira mostra que os deputados federais e senadores costumam ceder ao poder de atração exercido pelo Palácio do Planalto – que os governos se beneficiam da falta de regras para cooptar aliados e aumentar sua base de sustentação parlamentar. Isso aconteceu tanto nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso como no primeiro de Luiz Inácio Lula da Silva. Pode ser que a história seja diferente daqui para a frente. ◆

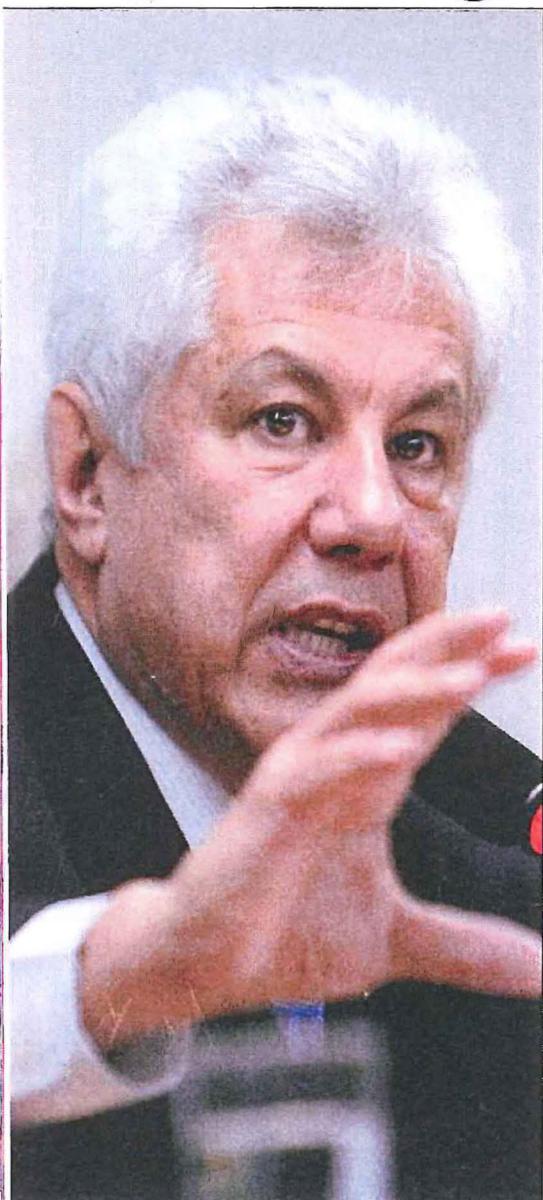
@ [www.epoca.com.br](http://www.epoca.com.br)

Leia sobre o julgamento do STF



# A CAÇA AOS INFIÉIS

A decisão do TSE de que o mandato é do partido aprimora a democracia



Arlindo Chinaglia (acima) e a deputada Jusmari Oliveira: incentivo à balbúrdia partidária

Ricardo Brito

**A** deputada baiana Jusmari Oliveira está em seu primeiro mandato. Empossada há dois meses, ela ainda não apresentou um único projeto de lei, mas foi festejada na semana passada como a 37ª parlamentar a trocar de partido na atual legislatura. Jusmari deixou o partido dos Democratas (ex-PFL), pelo qual se elegeu, e assinou a ficha de filiação do Partido da República (ex-PL). A deputada pode ser a última infiel da história do Parlamento brasileiro. O Tribunal Superior Eleitoral, respondendo a uma consulta, decidiu na última terça-feira que o mandato de deputados federais, estaduais e vereadores pertence aos partidos, e não aos políticos. A prevalecer esse entendimento, os parlamentares não poderão

mais trocar de legenda depois de eleitos — prática mais que comum observada nas últimas legislaturas do Congresso. A proibição marcaria o fim de um dos costumes mais degradantes da política brasileira, que tem servido apenas para alimentar o fisiologismo, desmoralizar o Parlamento e fragilizar o sistema político.

A exigência da fidelidade partidária é discutida há duas décadas, mas nunca houve disposição para implantá-la. Por uma razão simples: ela não interessa à maioria dos políticos. Sem a regra, parlamentares podem migrar à vontade da oposição para a situação, ou vice-versa, dependendo da conveniência do momento. Dos 37 deputados que mudaram de partido recentemente, 23 foram procurar abrigo em legendas comandadas pelo governo. "Não há como negar que, na base do governo,

meus pleitos podem ser atendidos", explica a novilha republicana Jusmari Oliveira. Nas democracias tradicionais, a fidelidade partidária nem sequer é regulamentada por lei. Mudar de partido é algo incomum e danoso para a carreira de um político. É quase sinônimo de suicídio. No Brasil, não. Apenas na legislatura passada, 193 deputados



FOTOS ANDRIE DUSEK/AL

## BOM PARA A OPOSIÇÃO

Com a decisão do TSE, a oposição pode ganhar de volta 23 deputados, ficando com 160, contra 353 da base governista. Nesse caso, os aliados terão folga de apenas 46 deputados em relação ao mínimo necessário para aprovar emendas constitucionais. Confira as principais mudanças que podem ocorrer

## DE VOLTA AO INÍCIO

O PR é resultado da fusão de dois partidos, o PL e o Prona. Além disso, cooptou dezesseis deputados de outras legendas. Será, se mantida a decisão do



Está com ..... **41** deputados

Ficará com ..... **25** deputados

## RETOMANDO OS MÚSCULOS

Os dois principais partidos de oposição, o DEM e o PSDB, tinham juntos 130 deputados e perderam quinze parlamentares. Poderiam ficar sem as prerrogativas e os privilégios do processo legislativo. Caso os infiéis retornem, a ameaça ficará afastada



Está com ..... **58** deputados

Voltará a ter ... **65** deputados



Está com ..... **57** deputados

Voltará a ter ... **65** deputados

migraram de uma legenda para outra sem maiores conseqüências. Existem casos espantosos como o de um deputado que mudou de partido nada menos que oito vezes. Para a grande maioria, a exemplo da deputada Jusmari, a infidelidade é questão de sobrevivência.

Estar alinhado com o poderoso do momento significa possibilidade de acesso a poder e dinheiro, através de cargos e emendas. Por isso, é comum as mudanças ocorrerem logo depois da eleição do presidente da República — e sempre em direção ao grupo dominante. A decisão do TSE ainda não é definitiva, mas é uma sinalização importante em direção à moralização do Parlamento. Em tese, os deputados que mudaram de legenda seriam obrigados a retornar ao antigo partido ou teriam o mandato cassado. O presidente da Câmara, o petista Arlindo Chinaglia, que poderia decretar a perda de mandato dos infiéis, já rechaçou a possibilidade de mudanças. Segundo ele, a decisão do tribunal não tem aplicação imediata. Os partidos prejudicados, por sua vez, já anunciaram que irão ao Supremo Tribunal Federal pedir a cassação dos infiéis e a posse dos respectivos suplentes. “Será uma longa batalha judicial”, disse Chinaglia, tranquilizando os traidores ameaçados. Para anular os prováveis efeitos da interpretação do TSE, a turma do troca-troca já articula a votação de uma emenda constitucional que regulamenta a fidelidade partidária. A idéia em discussão é obrigar os parlamentares — valendo apenas para os eleitos a partir de 2010 — a permanecer no partido no mínimo por três anos. No último ano de mandato, eles poderiam trair uma vezinha só. Afinal, ninguém é de ferro. Muitos são até caras-de-pau. ■

#### RESPIRANDO ALIVIADO

Na farra das trocas partidárias, o PPS, que elegeu 22 deputados, estava entre os mais esvaziados — perdeu mais de 30% de seus quadros. Com o retorno dos infiéis, pode voltar a figurar entre os oito maiores partidos da Câmara



Está com ..... 14 deputados  
Ficará com ..... 22 deputados

## ANDRÉ PETRY

### O que é isso, Matilde?



O governo Lula acaba de brindar a sociedade com mais uma pérola inesperada: descobriu-se que a ministra da Igualdade Racial, que vem a ser a maior autoridade oficial em questões raciais, não sabe o que é racismo. Ou, dito de outro modo, tem uma visão exoticamente peculiar sobre racismo. Em entrevista à BBC, por ocasião dos 200 anos da proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra, a ministra Matilde Ribeiro foi indagada se no Brasil, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos, também havia racismo de negro contra branco. A ministra saiu-se com a declaração que há de lhe ficar encravada na biografia e merece ser reproduzida na íntegra: “Eu acho natural que tenha”, começou a ministra, referindo-se ao racismo de negro contra branco no Brasil. “Mas não é na mesma dimensão que nos Estados Unidos. Não é racismo quando um negro se insurge contra um branco. Racismo é quando uma maioria econômica, política ou numérica coíbe ou veta direitos de outros. A reação de um negro de não querer conviver com um branco, ou não gostar de um branco, eu acho uma reação natural, embora eu não esteja incitando a isso. Não acho que seja uma coisa boa. Mas é natural que aconteça porque quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou.”

Então, para ficar claro: a ministra da Igualdade Racial disse que “não é racismo quando um negro se insurge contra um branco”.

O mundo deveria ter desabado, mas nada aconteceu: a ministra continua solidamente no cargo. Pelo seu raciocínio, o racismo, esse crime inafiançável no Brasil mestiço e miscigenado,

é uma discriminação de mão única. Se um negro hostiliza um branco não é uma coisa boa, mas é uma vingança compreensível pelo açoite de séculos — já branco hostilizando negro é racismo. Se um negro despreza um branco também não é uma coisa boa, mas ele estará expressando um repúdio natural a uma agressão histórica — e branco desprezando negro é racismo. Se um negro se insurge contra um branco é um desabafo compreensível, embora indesejável, diante da opressão. O contrário é racismo.

Em que categoria a ministra Matilde colocaria os descendentes daqueles negros que, uma vez livres, tornaram-se eles próprios donos de escravos igualmente negros? São negros contra os quais outros negros podem naturalmente se insurgir, embora isso não seja uma coisa boa? E em que categoria a ministra incluiria a imensa massa brasileira de pardos, filhos da miscigenação entre açoitados e açoitadores?

A visão da ministra Matilde sobre racismo é um descalabro monumental, mas, no fundo, dá para compreender. Porque tudo se integra perfeitamente no projeto racial do governo Lula. Com seus estatutos de igualdade racial escandalosamente discriminadores, com suas pesquisas raciais em escolas, com suas políticas de cotas raciais em universidades e no serviço público, o projeto do governo é forçar o Brasil a renunciar ao orgulho da mestiçagem — fonte de toda a nossa originalidade — para adotar uma versão americanizada de país bicolor, preto e branco.

Com todo o orgulho, claro.

*“O projeto do governo Lula é forçar o Brasil a renunciar ao orgulho da mestiçagem — fonte de toda a nossa originalidade — para adotar uma versão americanizada de país bicolor, preto e branco”*

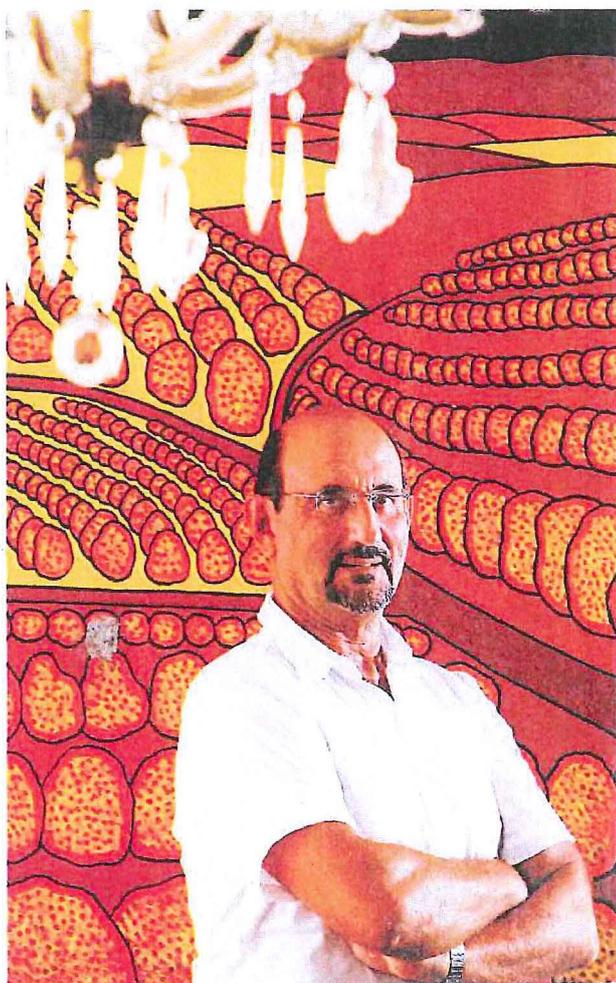
# “O CRESCIMENTO DE UM PAÍS NÃO SE FAZ COM PACOTES”

O economista alerta que o PAC não bastará para o Brasil decolar e que o progresso depende da reforma política

Por MILTON GAMEZ

O telefone toca – a melodia, nervosa, é o tema do filme *Pulp fiction* – e Luís Paulo Rosenberg atende a chamada de mais um investidor estrangeiro. Como tantos outros, quer investir no Brasil, mas não entende por que os juros aqui são tão elevados (a taxa básica está em 12,75% ao ano) e inibem o crescimento econômico. “Por causa desses juros, somos motivo de chacota lá fora”, reclama o economista, que assessorou os governos Figueiredo e Sarney, nos anos 70 e 80 do século passado, e hoje tem uma empresa de consultoria econômica, a Rosenberg & Associados. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado este ano pelo governo Lula, não será suficiente para fazer o PIB voltar a crescer a taxas mais vigorosas que os medíocres 3,5% ao ano (segundo a nova metodologia do IBGE), alerta. “Crescimento é uma coisa muito mais grandiosa

do que somar 20 programas de governo”, diz. Se quiser avançar, o Brasil precisa definir aonde quer chegar – como fizeram a China, a Coreia do Sul e o Chile – e fazer urgentemente uma reforma política, receita Rosenberg.



IBGE precisa atualizar o cálculo do PIB. O importante é manter, por algum tempo, as duas séries, para dar comparabilidade.

**ISTOÉ** – Com o novo PIB, o Banco Central pode sofrer mais pressão pela queda dos juros?

**Rosenberg** – O BC é totalmente imune à pressão. Não há justificativa econômica nem teórica para esse nível de juros. Pode ter justificativa subjetiva: o concubinato do Brasil com a inflação foi tão prolongado e perverso que pagamos um preço excessivo até hoje. A sociedade se submete a um exercício de autoflagelação para ter certeza de que aquela praga não volta mais. O juro alto é como uma faixa na porta de entrada do Brasil: “Abominamos investidores, consumidores e exportadores.” Não é o sinal correto numa sociedade com déficit de

**ISTOÉ** – O IBGE refez o cálculo do PIB e o Brasil cresceu 11% a mais no ano passado. Crescemos por decreto?

**Luís Paulo Rosenberg** – Nada mudou. O País não cresceu mais, os indicadores não melhoraram. Mas a mudança de metodologia é correta. O

crescimento como a nossa. O resultado final é esse. A Argentina cresce mais, nós crescemos quase nada.

**ISTOÉ** – Esta comparação não é injusta? A Argentina teve uma recessão muito grave antes de voltar a crescer.

## ENTREVISTA

**Rosenberg** – A Argentina está crescendo (8,5% ao ano) e ultrapassou todos os níveis de renda que teve no passado. É muito complicado quando o banco central tem como única missão segurar a inflação. Nos Estados Unidos, a missão do Fed (banco central) é maximizar o crescimento sem permitir o descontrole de preços. Aqui, o BC age como se estivesse tratando um ex-viciado em cocaína: não permite que se aproxime nem de um cigarro. Não é sadismo, é trauma pela leviandade com que o problema de preços foi tratado no Brasil, principalmente pela esquerda.

**ISTOÉ** – *O ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci revelou que o presidente Lula é mais conservador com a inflação do que a própria equipe econômica. Qual é o problema em reduzir os juros de forma mais acelerada?*

**Rosenberg** – O presidente é solitário nessa decisão. Sofre pressões de todos os lados e decide. Nesse debate, quem recomenda juros mais baixos fala o que ele quer ouvir. Só que o presidente do BC diz: “Se eu estiver errado e fizermos o que estou recomendando, vamos postergar o crescimento, mas estaremos com inflação menor, credibilidade alta, respeito internacional. Mas se eles estiverem errados e o senhor forçar a baixa dos juros, a inflação vai voltar, o câmbio vai disparar, vamos perder a credibilidade e entraremos em crise. Qual dos dois cenários o senhor prefere?” A tendência natural do leigo é jogar na retranca. O Fernando Henrique caiu na mesma arapuca. O presidente Lula manda recados (ao presidente do Banco Central Henrique Meirelles) pelo ministro da Fazenda, mas não peita a decisão de derrubar os juros.

**ISTOÉ** – *O Brasil está fadado a crescer a taxas medíocres, de 3% ao ano?*

**Rosenberg** – Não está fadado, está subjugado. Não tenha dúvida: o que está impedindo o crescimento no curto prazo é a taxa de juros. Por causa desses juros, somos motivo de chacota lá fora. Temos uma complacência muito brasi-

leira em relação às medidas estruturais necessárias. A discussão fica focada em juros e câmbio. Não fazemos nada em relação à carga tributária que não pára de crescer, ao peso da Previdência, à morosidade do Judiciário, à insuficiência de infra-estrutura, à necessidade de entrar com PPPs (parcerias público-privadas) para valer. São cascas de banana que jogamos para a frente e irão provocar quedas com fraturas expostas. Estamos deixando um período paradisíaco do cenário internacional, sem fazer os ajustes e sacrificando o crescimento.

**ISTOÉ** – *A ministra Dilma Rousseff vetou a PPP das rodovias. Por que essas parcerias não vingam no Brasil?*

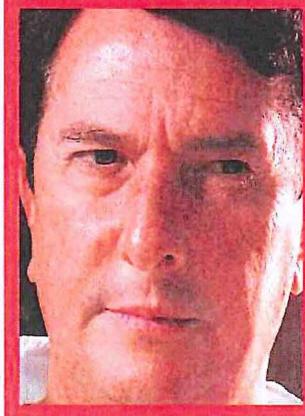
**Rosenberg** – Nosso drama é estrutural. Não temos um projeto de país. Não colocamos claramente para a sociedade quais são as opções existentes. Se quisermos um Brasil com a cara da China, com aquele nível de crescimento, industrialização, comércio internacional, competitividade, temos que mostrar os custos para a sociedade.

**ISTOÉ** – *Quais custos são esses?*

**Rosenberg** – Uma taxa cambial mais vantajosa para o exportador. Um maior direcionamento da política econômica. Um esforço para diminuir a carga tributária, os encargos trabalhistas e o ônus da Previdência. E uma transferência de poder para o setor privado. Quando o governo faz uma concessão, uma PPP ou uma privatização, encolhe o setor público e sacrifica cargos, tira a possibilidade de um político interferir numa concorrência. Mas não temos um projeto



**Precisamos de um projeto nacional, como a China e o Chile. O Collor tinha um, pensado e meditado”**



nacional, ninguém sabe aonde o Brasil quer chegar. Não existe comprometimento.

**ISTOÉ** – *Qual país faz isso?*

**Rosenberg** – O Chile, a mais liberal das economias. O processo de amadurecimento político permitiu o descarte de uma ditadura sangüinária por um governo de esquerda que manteve as virtudes da política econômica. A China também sabe aonde quer chegar. A Coreia do Sul tem um projeto de país há 50 anos. Em 1980, tinha metade do grau de industrialização do Brasil. Olha o que é hoje.

**ISTOÉ** – *Como emplacar um projeto nacional no Brasil, um país com um sistema político fragmentado, alto grau de fisiologismo e partidos sem identidade?*

**Rosenberg** – Tudo começa realmente com a reforma política. Com o voto distrital, o eleitor sabe em quem votou, quem o representa e o que fez. Pode cobrar na eleição seguinte e demitir o político que não cumpre a promessa. A proliferação de partidos tem um caráter democrático, mas por outro lado abastarda, mercantiliza a atuação política.

**ISTOÉ** – *Como fazer a reforma política com esse Congresso?*

**Rosenberg** – Precisamos ter uma liderança muito firme, corajosa. Como foi o caso do (ex-presidente Fernando) Collor. O Collor tinha um projeto de Brasil, pensado e meditado, que implementou por completo. Tudo o que estamos fazendo recentemente começou em seu governo: abertura da economia, fim de subsídios, fim de proibição de importação. Fez, mas acabou impedido.

**ISTOÉ** – *Quem pode ser esse líder?*

**Rosenberg** – Até a próxima eleição, o (governador de Minas Gerais) Aécio Neves pode ser uma grata revelação. Tem uma interessante experiência executiva e parlamentar. Sempre foi muito ousado na ação, sem perder a habilidade política. Tem os traços positivos do Collor, junto com a maturidade política do avô (o presidente eleito Tancredo Neves). Se o sistema político não privilegiar o novo, o criativo, o próximo presidente vai acabar refém dos PMDBs da vida. Este Ministério é um dos mais medíocres que já tivemos.

**ISTOÉ** – *É mais uma tentativa de fortalecer a figura do Lula ou mera incapacidade de atrair bons nomes?*

**Rosenberg** – É o resultado de ter que fazer uma grande maioria política. Fica esse varejão. A última coisa que discutimos é qual o país que queremos construir. É engraçado, pois nossa tradição é oposta. O Getúlio Vargas tinha um plano de governo muito claro. O Juscelino Kubitschek fez um que contemplou todos os setores. Até o demagogo do Jango (João Goulart) tinha um plano trienal de excelente qualidade. A ditadura militar sempre teve um planejamento de longo prazo. Com o (Ernesto) Geisel esse movimento caiu. De lá para cá, não fizemos mais isso a sério. O Fernando Henrique fez o Avanço Brasil, o Lula fez o PAC.

**ISTOÉ** – *Esse pacote vai funcionar?*

**Rosenberg** – O crescimento de um país não se faz com pacotes. Como o Avanço Brasil, o PAC é uma tentativa tímida de juntar gastos públicos a gastos privados. Crescimento é uma coisa muito mais grandiosa do que somar 20 programas de governo inteligentes e bem concebidos. Se queremos ser a maior nação agropecuária do mundo, limitados a minérios e produtos da terra, estamos no caminho correto. Com esse câmbio e esses juros, temos grandes produtores de *commodities* e inviabilizamos totalmente o resto da indústria. Se isso nos contenta, ficaremos sujeitos às flutuações dos mercados internacionais. Se

queremos ser uma China, temos condições para isso. Na pauta de exportações, 75% dos produtos brasileiros não chegam a 1% cada um. Fazemos de tudo, de insumos a bens de consumo. Somos competitivos, temos uma classe empresarial fortalecida em todos os ramos da economia. Não somos um país que se especializou em kiwi e cobre.

**ISTOÉ** – *Com tantos entraves ao crescimento, por que o capital estrangeiro continua vindo para o Brasil e as empresas continuam investindo?*

**Rosenberg** – Se não tivéssemos todos esses problemas, estaríamos crescendo a taxas de 10% ao ano. A receita é não inventar. A essência da globalização é a seguinte: siga os mesmos parâmetros econômicos do resto do mundo. O preço do petróleo tem que ser parecido. O preço da energia e a carga tributária, também. A taxa real de juros não pode ser muito diferente. O governo brasileiro só atrapalha a vida da sociedade. Mas o que temos de positivo – criatividade, ousadia, qualidade de mão de obra e disponibilidade de recursos naturais – é tão forte que mesmo assim conseguimos ficar na fronteira do capitalismo.

**ISTOÉ** – *Que medidas práticas o governo precisa tomar?*

**Rosenberg** – O mais importante é a política. Se você acredita em democracia, precisa que ela funcione. A democracia funciona quando distribui prêmios e castigos. Essa nossa democracia está um desastre. A reforma política é a mais importante e difícil de todas. Como trazer de vol-

ta a proporcionalidade da representação de São Paulo e do Piauí? Essa é a questão. O Congresso nunca deixou de fazer o que a sociedade demandou explicitamente. É um dos Congressos mais dóceis do mundo. Se ninguém manda recado, começa mensalão, essas coisas.

**ISTOÉ** – *O povo está mais preocupado com o crediário do que com a política.*

**Rosenberg** – Ninguém está mostrando quais são as opções. O eleitor mostrou com muita clareza a avidez que tem pela estabilidade de preços. O primeiro a perceber isso foi o Sarney. De lá para cá, esta é a bandeira vitoriosa, a ponto de o Lula sacrificar crescimento por inflação mais baixa. O eleitor não é burro. O que

precisamos é ir para a rua, fazer a campanha. Fizemos campanha pelas eleições diretas. Precisamos empunhar essas bandeiras.

**ISTOÉ** – *E se nada mudar?*

**Rosenberg** – Isso vai estourar lá na frente. Ou sob a forma de crise econômica ou, se passar da conta, de crise política. Nunca devemos perder a lição de 1964. Se tivéssemos feito uma pesquisa em 31 de março se o povo queria ou não a ditadura para tirar o presidente, é claro que os militares iam ganhar. Evitar a instabilidade política é uma das boas razões para não deixarmos o quadro econômico acumular contradições a ponto de não encontrarmos mais uma saída – e isso acontece quando o mundo entra em crise. Parece que ninguém leu a fábula da cigarra e a formiga! ■



**“O Lula manda recados ao Henrique Meirelles, mas não peita a decisão de derrubar as taxas de juros”**



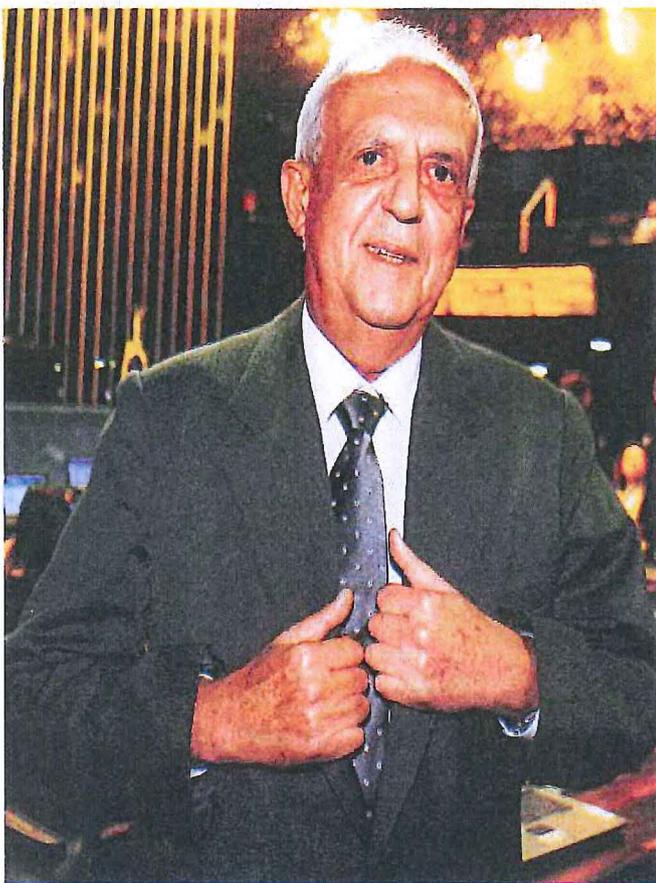
# “REFORMA POLÍTICA É A PRIORIDADE”

Com mais de 30 anos de política, senador diz que o Congresso chegou ao fundo do poço e não acredita no governo Lula

Por RUDOLFO LAGO E RODRIGO RANGEL

**E**m dois mandatos nas décadas de 70 e 80, o hoje senador pernambucano Jarbas Vasconcelos foi um dos expoentes do chamado MDB (e, depois, PMDB) autêntico. Era o grupo que conduzia a ferro e fogo os princípios do partido, de luta contra o regime militar, a favor da democracia e de uma sociedade mais igualitária. Vinte anos depois do seu último mandato parlamentar, Jarbas volta ao Congresso vivendo uma situação de quase total exclusão do pensamento da maioria do seu partido. Enquanto praticamente todo mundo aderiu ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele faz oposição ferrenha. Apesar de tudo isso, Jarbas preser-

va autoridade moral suficiente para, mesmo na sua condição de minoria, fazer com que seu partido, por unanimidade, abrace como prioridade a discussão no Congresso da reforma política. Na semana passada, ele, na prática, já assumiu a primeira tarefa concreta nesse sentido, ao ser escolhido, na Comissão de Constituição e Justiça, o relator da emen-



processo de corrupção e fisiologismo que produziu os escândalos do ano passado e levou o Congresso a uma forte degradação. Para o senador, ela é a “mãe de todas as reformas”. Sem ela, “parte substancial do dinheiro que constrói casas populares, que compra cestas básicas, tapa os buracos das estradas se dissipa no meio do caminho financiando esquemas de corrupção”, alerta o senador nesta entrevista a ISTOÉ.

**ISTOÉ** – O sr. retorna ao Congresso no momento em que a imagem do Legislativo está muito desgastada. Qual a sua expectativa?

**Jarbas Vasconcelos** – Essa é uma constatação geral nos meios formadores da opinião pública. A população

percebe a degradação do Parlamento, dos partidos. A verdade é que o Brasil nunca teve uma tradição de partidos políticos fortes. A imagem que nós tínhamos de partido forte, consolidado, com perfil claro, era o PT. Até uns dez anos atrás, o PT era o dono da ética, era o dono da correção, da boa conduta. Eles eram éticos e nós não éramos. Mas, com a chegada ao po-

da que pretende estabelecer definitivamente a cláusula de barreira (o conjunto de regras que dificulta o funcionamento dos partidos que não atingirem um desempenho eleitoral mínimo). Jarbas faz um diagnóstico duro. Na sua opinião, se as regras da política brasileira não sofrerem uma profunda modificação, o País continuará encerrado no mesmo

ALTON DE FREITAS/AG. O GLOBO

der, o PT perdeu essa característica. Dentro desse quadro que se configura agora, ou se parte para uma renovação ampla dos partidos e das formas de conduta da nossa política ou nós vamos ficar marcando posição aí, dentro dessa desmoralização da classe política.

**ISTOÉ** – Não é exagero responsabilizar o PT pelas mazelas do Congresso?

**Jarbas** – Se o governo e o PT não são os responsáveis totais por essa situação, por esse ciclo de escândalos que se iniciou na legislatura passada, eles permitiram isso. A mudança na conduta do PT facilitou essa sucessão de escândalos. Na proporção em que o PT começou a fazer coisas que não fazia, que antes condenava, os outros aprofundaram os seus maus hábitos.

**ISTOÉ** – O sr. acha, então, que são o PT e o governo que estabelecem o padrão de conduta da classe política hoje?

**Jarbas** – Estabelecem. Na medida em que eram eles o padrão ético anterior. O que isso gerou? Por passividade da população brasileira, a corrupção e o fisiologismo estão se incorporando à paisagem. Isso já não causa mais indignação. Há alguns anos, Collor caiu porque ganhou um Fiat. Comparado com o que acontece hoje, o caso de Collor seria julgado por um tribunal de pequenas causas. O que ficou realmente provado contra Collor não foi utilização de dinheiro público. Era dinheiro privado. Foi caixa 2. Dinheiro de campanha não devolvido. Sobra de campanha. Exatamente o que se descobriu no caso do mensalão. Só que, agora, isso passou a ser um deslize menor, que todo partido político comete e que se entendeu que não merecia punição.

**ISTOÉ** – O que fazer, então, para se retornar ao padrão ético anterior?

**Jarbas** – A única forma de se evitar isso e restabelecer o padrão é com uma reforma política. Ela, hoje, é a mãe de todas as demais reformas.

**ISTOÉ** – Como assim?

**Jarbas** – A reforma tributária é importante. Nós precisamos redistribuir a divisão dos recursos entre União, Estados e municípios – eu, que fui governador, sei bem o prejuízo dessa concentração hoje no governo federal – e, principalmente, diminuir a carga tributária. A complementação da reforma da Previdência. A reforma trabalhista. Agora, se antes nós não dermos prioridade à reforma política, como é que nós vamos ter credibilidade e condições de fazer todas essas outras? Como é que nós vamos mexer em coisas que envolvem direitos, interesses vários na sociedade, com um Congresso desmoralizado?

**ISTOÉ** – Quais são os problemas que uma reforma poderia atacar?

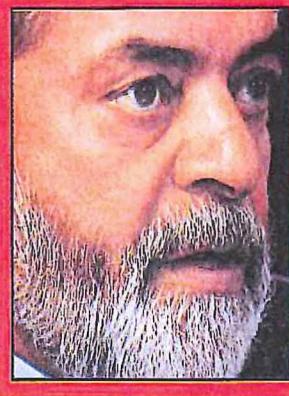
**Jarbas** – Hoje, você não tem fidelidade partidária, que define um padrão de princípios e valores que o político tenha de seguir. Em contrapartida, você tem legendas de aluguel. Você tem coligações proporcionais estabelecidas em um sistema altamente discutível, que permite, por exemplo, que um deputado como Paulo Maluf faça quase um milhão de votos e arraste um monte de deputados desconhecidos e mal votados que, às vezes, nem do seu partido são. Ou se enfrenta essa coisa toda ou você continuará tendo sempre presidentes da República prisioneiros desse mesmo esquema de toma-lá-dá-cá. Pode ser Lula ou qualquer outro.

**ISTOÉ** – O sr. quer dizer que Lula é apenas refém de uma situação?

**Jarbas** – Também não é assim. Quando o atual governo não se es-



Lula disse que discutiria uma agenda de mudanças com os governadores. No final, fez apenas duas reuniões com eles”



forçou em estabelecer um padrão diferente é que propiciou isso tudo. Vou dar um exemplo. No começo do primeiro governo, quando o PMDB estava de fato rachado, parte do partido queria aderir ao governo. Na ocasião, eu falei que, por ter me posicionado muito claramente em favor da candidatura de José Serra, do PSDB, não poderia simplesmente aderir ao governo. Mas, se nós propuséssemos uma agenda de reformas importantes para o País, nem eu nem ninguém ficaríamos contra elas. Começou o governo, Lula disse que iria governar junto com os governadores. Discutiria uma agenda de mudanças. No final, fez duas reuniões com eles. Fez uma reforma

da Previdência pela metade. A reforma tributária encalhou. E o governo não governou. Começou a ser aparelhado pelo PT. E quem aderiu não aderiu por conta de idéias ou propostas de mudança.

**ISTOÉ** – O PMDB também sucumbiu ao toma-lá-dá-cá?

**Jarbas** – Eu dizer isso seria uma falta de cuidado. Há aqueles que apoiaram Lula porque acreditaram nele desde o início. O senador José Sarney é um exemplo. E existem aqueles que estão aderindo agora apenas em troca de cargos e poder. Esses, eu, sem dúvida, condeno.

**ISTOÉ** – Mas agora o partido majoritariamente está com o governo. Por que o sr. permanece contra?

**Jarbas** – Quais os motivos que eu te-

nho para acreditar neste governo? O governo anuncia um Programa de Aceleração do Crescimento que nada mais é que a reunião de projetos e medidas já existentes. Por que eu não deveria ter dúvidas sobre se esse PAC é real ou mera maquiagem?

**ISTOÉ** – *Como o sr. poderá sobreviver dentro do PMDB com uma posição hoje mais do que minoritária?*

**Jarbas** – Não é uma situação confortável. Mas eu não pretendo sair do partido. A não ser dentro dessa profunda modificação política que eu proponho. Numa discussão maior, que estabeleça a criação de novos partidos com um novo perfil, eu poderia me integrar, então, a uma nova legenda. Mas, apesar desse desconforto, estão me respeitando muito.

**ISTOÉ** – *Não é só um respeito de fachada?*

**Jarbas** – Fizemos uma reunião da bancada do PMDB. E vamos ser sinceros. O PMDB é um partido inteiramente pragmático. Hoje, não dá nem mais para falar em PMDB dividido. O partido está praticamente todo agora engajado no governo. Hoje, é uma extravagância dizer que eu integro uma banda do partido. Hoje, eu sou mesmo uma exceção. Mas, mesmo assim, na reunião, eu propus que o partido encampasse a reforma política como prioridade. O PMDB é majoritário na Câmara e no Senado. Se nós resolvermos acelerar essa discussão, ela acontece. E a prioridade à reforma política foi aprovada por unanimidade.

**ISTOÉ** – *O sr. não está nadando contra a corrente também no Congresso?*

**Jarbas** – A sociedade acaba mudando isso caso se conscientize mesmo dessa necessidade. É a necessidade de se ter coragem de fazer as discussões necessárias. A questão salarial, por exemplo.

**ISTOÉ** – *O sr. é a favor de um aumento salarial para os parlamentares?*

**Jarbas** – Não é questão de ser a fa-

vor. Mas é questão de se discutir se é válido manter o salário baixo e, ao mesmo tempo, criar uma verba indenizatória de R\$ 15 mil para compensar esse fato. Como é que eu, com a minha formação, vou inventar uma nota fiscal para aumentar o que eu ganho? Mas cria uma situação em que tem gente que faz.

**ISTOÉ** – *O ministro Tarso Genro diz que a reforma política não seria mais a prioridade da agenda do País.*

**Jarbas** – É uma coisa contraditória. Porque o presidente, na mensagem de abertura do Congresso, apontou a reforma política como prioridade. Aí, 15 dias depois, vem o seu ministro e declara outra coisa.

**ISTOÉ** – *No Brasil, dificilmente as coisas avançam se o governo também não comprar a idéia.*

**Jarbas** – Reforma política não é iniciativa do governo. Independentemente dele, nós podemos no Congresso definir as nossas prioridades. Agora, sem dúvida, se o governo declara que isso não está incluído entre as suas maiores preocupações, isso é uma desmotivação. Por isso, é importante mobilizar a opinião pública sobre essa necessidade.

**ISTOÉ** – *Que retrato o sr. traçaria do Congresso hoje?*

**Jarbas** – O Congresso é o retrato do País. Só que hoje o Congresso é um retrato extravagante. Por causa das distorções que os erros do sistema provocam. Tenho minhas dúvidas se essa Câmara será me-

lhor. Pouco mais de uma semana depois da posse, 17 parlamentares já trocaram de partido. Então, qual é a perspectiva que você tem? Não é boa. Mas por isso nós vamos ficar de braços cruzados? Vamos continuar fingindo que não vemos a total desmoralização? O ministro do Superior Tribunal Eleitoral (Marco Aurélio Mello) hoje emite pareceres e votos como se fosse um político. Por que chegamos a um quadro desses? O Congresso chegou ao fundo do poço.

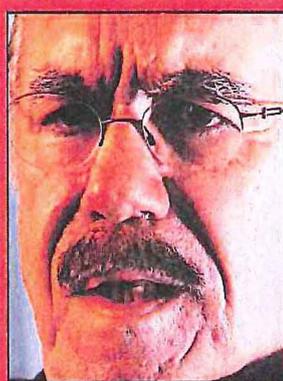
**ISTOÉ** – *O presidente do TSE alterou os critérios de distribuição dos recursos do fundo partidário para viabilizar os partidos menores. Será que,*

*no ponto específico dessa decisão do presidente do TSE, ele não tinha razão?*

**Jarbas** – A cláusula de barreira não extingue os partidos sérios e ideológicos. Eu vi de perto, numa visita que fiz à Alemanha no início da década de 80. Lá existe cláusula de barreira, que dificulta a vida dos partidos pequenos. Mesmo assim, o Partido Verde lá conseguiu crescer e hoje é uma das principais legendas do país. Mas o bom é que isso provocou uma reação do Congresso e eu fui escolhido na Comissão de Constituição e Justiça para relatar uma emenda do senador Marco Maciel corrigindo isso.

**ISTOÉ** – *O que diz a emenda?*

**Jarbas** – Ela coloca a cláusula de barreira na Constituição. Para não haver mais dúvida sobre ela. ■



**“Há no PMDB aqueles que acreditaram neste governo desde o início. O senador José Sarney é um deles”**





Festa no plenário do STF: 22 siglas escaparam da guilhotina

Brasil

ANA MIFALDO

# VITÓRIA DOS NANICOS

STF enterra lei que forçava os partidos a ter um patamar mínimo de votos

A fragilidade dos partidos sempre foi um dos principais entraves do sistema político brasileiro. Para começar a saná-la, previa-se, a partir das eleições de outubro, a aplicação de uma lei que ganhou o nome de “cláusula de barreira”. A medida estabelecia um desempenho mínimo nas urnas, para que as agremiações pudessem ter representação efetiva na Câmara e no Senado. Esse mínimo consistia em 5% do total de votos válidos na eleição para deputado federal e pelo menos 2% em nove estados. Tratava-se de uma forma de depurar o Congresso, acabando com as legendas de aluguel que sobrevivem à base da troca de favores e à custa dos milhões de reais do fundo partidário. Computados os resultados das últimas eleições,

apenas sete dos 29 partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral conseguiram ultrapassar a cláusula de barreira. Os outros 22 estariam fadados, assim, a perder recursos do fundo e ter drasticamente reduzido seu tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão. Além disso, não poderiam integrar as mesas diretoras e as comissões do Congresso. Na quinta-feira passada, contudo, uma decisão unânime do Supremo Tribunal Federal transformou a lei em letra morta — e restituiu todos esses direitos aos partidos que não obtiveram desempenho mínimo.

O ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo que pôs fim à cláusula

de barreira, acolheu os argumentos de um grupo de agremiações que questionou a constitucionalidade da medida. A alegação era que ela feria o direito de manifestação política das minorias. “Não há nada de inconstitucional”, diz o jurista Walter Costa Porto, especialista em legislação eleitoral. “A lei, agora questionada, foi aprovada pelos próprios políticos”, afirma. Há duas questões graves na decisão do STF. A primeira é uma constante mudança nas regras do jogo. “O sistema político brasileiro é sempre alterado de acordo com a conveniência dos parlamentares, e isso tornou-se um fator de permanente instabilidade”, diz

o cientista político Rubens Figueiredo. A segunda é a manutenção de privilégios para partidos sem representatividade. “Há parlamentares que só se elegem para poder viver de dinheiro do partido, e isso continuará ocorrendo”, diz o senador Tasso Jereissati, presidente do PSDB. A decisão do STF garantiu a perpetuação dessa e de outras práticas nocivas à democracia. ■



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Segu Educ Sa REFORMA POLÍTICA Eza brego

# O novo Plano Real

A moeda estável derrubou a inflação. O que é preciso fazer para derrotar a corrupção?

NELITO FERNANDES



Deu nos jornais: o Conselho Político do presidente da República decidiu enviar ao Congresso uma proposta de reforma política, com a adoção do voto distrital misto já nas próximas eleições. Na avaliação do Conselho, só a reforma permitirá o andamento para destravar o nó do crescimento. Parece que foi nesta semana, mas a notícia é do dia 5 de maio de 1982. O presidente era o general João Batista de Oliveira Figueiredo. De lá para cá, os generais deixaram o poder, a ditadura acabou, a economia passou por profundas transformações e um ex-operário chegou à Presidência da República. A reforma política, porém, continua no mesmo estágio de 24 anos atrás: parada.

Com a sucessão de escândalos de corrupção, aconteceu algo até pouco tempo atrás impensável: esse assunto árduo, complexo e delicado entrou no centro da agenda nacional. Criou-se uma unanimidade em torno do tema, e a reforma política é considerada a prioridade do próximo governo. Do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a seu adversário Geraldo Alckmin; do presidente do PFL, Jorge Bornhausen, ao comunista e presidente da Câmara, Aldo Rebelo, todos julgam que mudanças nas regras eleitorais e de funcionamento do Congresso são necessárias. Quem melhor definiu a urgência da reforma política foi um americano, o economista e professor da Universidade de Colúmbia Albert Fishlow, estudioso do Brasil desde 1965. Semanas atrás, Fishlow cunhou uma frase emblemática: "O Brasil precisa de um Plano Real para a política".

Mas o que significa isso? De acordo com Fishlow, o país necessita de uma mobilização pela reforma política semelhante à que existiu pelo fim da inflação. Assim como a crise da hiperinflação foi necessária para criar o senso de urgência necessário à estabilização monetária,

os sucessivos escândalos de corrupção podem, no entender de Fishlow, gerar uma crise que torne as mudanças políticas imperativas e inadiáveis. E a importância da reforma política pode ir além do combate à corrupção. "O Brasil conseguiu avanços na economia, mas não anda mais porque não consegue aprovar outras reformas", disse Fishlow a ÉPOCA. "Só a reforma política trará a agilidade para o Congresso tomar as medidas necessárias."

O problema é que, se há consenso sobre a urgência e a importância da reforma, há pouca concordância sobre o conteúdo dela. Segundo Fishlow, o Plano Real da Política incluiria a adoção de diversas medidas legais, com nomes pomposos como voto distrital, respeito à cláusula de barreira e um projeto de valorização dos partidos. E não faltam outras sugestões sobre temas que vão do financiamento de campanha ao possível cancelamento de mandatos, ou recall. Ao todo, tramitam na Câmara dos Depu-

tados 171 projetos que propõem mudanças nas regras políticas. Quais são essas propostas? O que seria mais razoável? O que é mais urgente?

"Na origem de todos os escândalos de corrupção, do caso Waldomiro Diniz ao mensalão, passando por vampiros e san-

guessugas, está o financiamento da campanha", afirma o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), autor do projeto de reforma política em estágio mais avançado no Congresso. "No momento em que você proíbe a arrecadação e assegura a verba, o problema está resolvido." O projeto de Caiado propõe

a criação de um fundo público, com R\$ 7 por eleitor, que seria dividido entre os partidos. No total, a cifra chegaria a R\$ 875 milhões. Aos candidatos, seria proibido captar qualquer recurso além desse para uso na campanha. Dessa forma, segundo Caiado, haveria menor risco de caixa dois e financiamento ilegal. Na teoria, parece fácil. Mas a prática pode não ser bem assim. Ninguém pode ▶



## O PAI DA IDÉIA

O economista americano Fishlow em palestra: "Só a reforma política trará agilidade ao Congresso"

**Nos Estados Unidos, nos últimos cem anos, apenas 30 eleitos trocaram de partido**

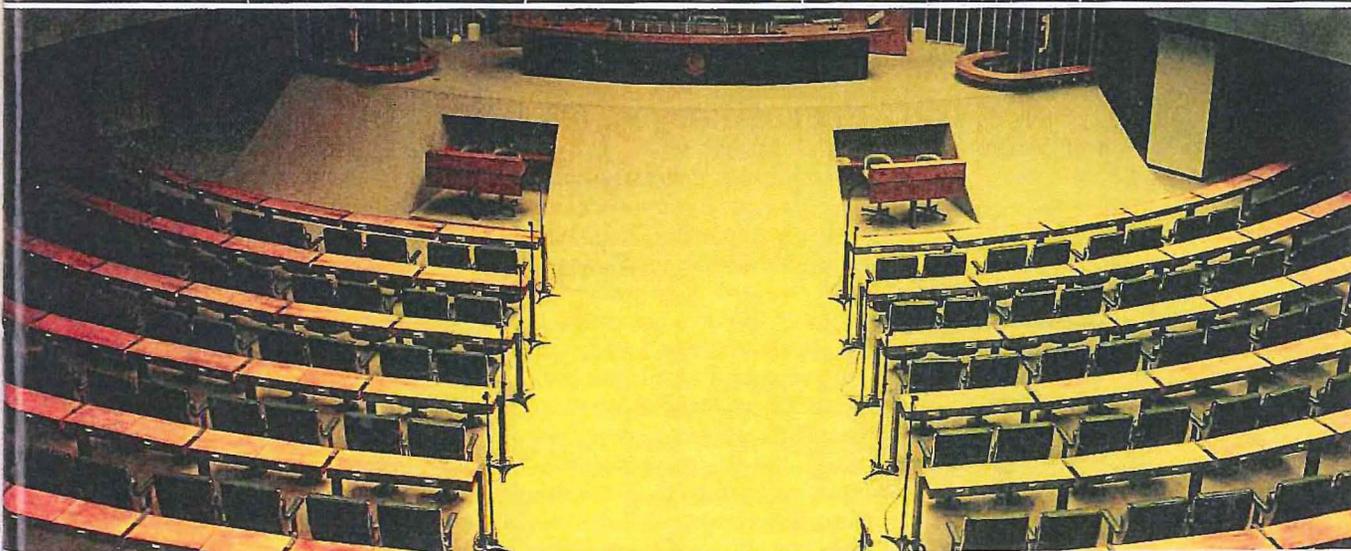
# Quais são as principais propostas

O Brasil discute mudar o sistema de eleição para deputado. Segundo os estudiosos, nenhum país chegou a um sistema ideal. Todos têm vantagens e desvantagens

MODELO	PROPORCIONAL, COM VOTO EM LISTA ABERTA	PROPORCIONAL, COM VOTO EM LISTA FECHADA	VOTO DISTRITAL PURO	VOTO DISTRITAL MISTO
Como funciona	<b>O ELEITOR VOTA NOS CANDIDATOS.</b> As cadeiras do Parlamento são divididas na proporção da votação por partido. Os eleitos são os mais votados de cada sigla	<b>O PARTIDO APRESENTA UMA LISTA ORDENADA DE NOMES.</b> O eleitor vota no partido. A apuração indica a quantos nomes cada partido tem direito no Parlamento	<b>O PAÍS É DIVIDIDO EM DISTRITOS CONFORME A DENSIDADE POPULACIONAL.</b> O eleitor só vota em candidatos de seu distrito	<b>O ELEITOR VOTA DUAS VEZES: NUM NOME DO DISTRITO E NUMA LEGENDA.</b> Metade das vagas é preenchida pelo sistema distrital. A outra metade, pelo proporcional
Vantagens	<b>PROPORCIONA UMA DIVERSIDADE MAIOR NO PARLAMENTO.</b> Todos os grupos organizados ganham representação	<b>FORTALECE OS PARTIDOS.</b> Para ser eleito, o político precisa estar bem posicionado na lista de seu partido	<b>APROXIMA O ELEITOR DO DEPUTADO ELEITO.</b> Facilita o acompanhamento do mandato e a cobrança dos representantes	<b>APROXIMA O ELEITOR DO ELEITO,</b> mas sem desprezar a diversidade de idéias presente na sociedade
Desvantagens	<b>A ELEIÇÃO É PERSONALISTA,</b> em cima de nomes, e não de idéias	<b>O PODER DOS CACIQUES AUMENTARÁ,</b> pois eles montarão as listas	<b>FORMA FEUDOS.</b> Restringe a diversidade e tende ao bipartidarismo	<b>COMO O SISTEMA É MAIS COMPLEXO,</b> o eleitor tem mais dificuldade
Onde é usado	<b>BRASIL</b> e Finlândia	Argentina, Bélgica, Itália e Suécia	Austrália, EUA, França e Inglaterra	Alemanha e Japão

## Outras idéias em discussão no Brasil

PROPOSTA	CLÁUSULA DE BARREIRA	FINANCIAMENTO PÚBLICO	FEDERAÇÃO DE PARTIDOS	FIDELIDADE PARTIDÁRIA
O que significa	Partido com menos de 5% dos votos nacionais e 2% em cinco Estados perde direitos, como TV e verba partidária	As campanhas seriam bancadas só com dinheiro público. O financiamento privado ficaria proibido.	Partidos poderiam se aglutinar por três anos e atuar como uma nova agremiação	Caso decida mudar de partido, o deputado ou senador perderia o mandato

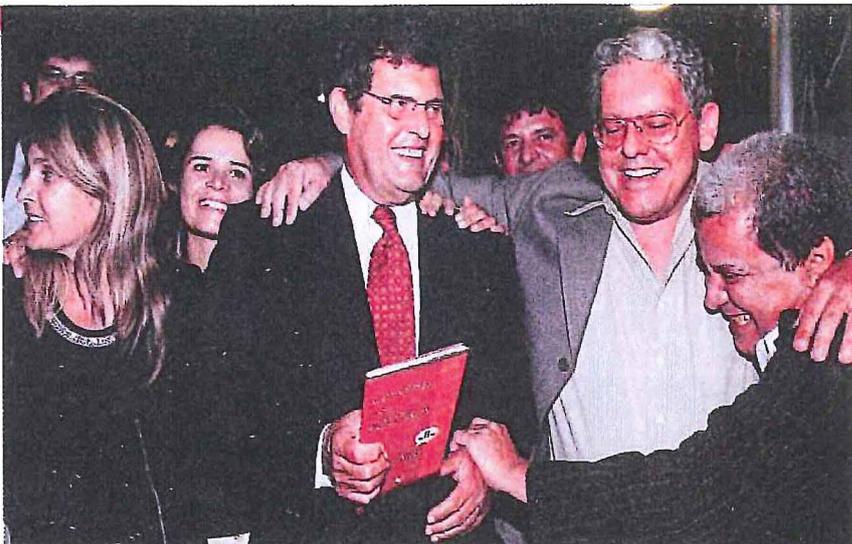


garantir que, mesmo recebendo o fundo, um partido não arrecade dinheiro ilegalmente. O caixa dois existe em quase todas as democracias. Nomes como o ex-chanceler alemão Helmut Kohl e o ex-premiê espanhol Felipe Gonzáles já foram envolvidos em acusações de uso do caixa dois. A diferença foi a punição: depois das denúncias, Kohl e Gonzáles se viram obrigados a encerrar a carreira política. O projeto de Caiado não menciona a punição a parlamentares.

Uma das principais limitações do sistema político brasileiro é a fragilidade dos partidos. Desde a democratização do Brasil, nenhuma legenda governista conseguiu mais de 18% das cadeiras na Câmara. Entre fevereiro de 2003 e a última terça-feira, 197 deputados haviam trocado de partido 337 vezes. Só o deputado paraense Zequinha Marinho, hoje no PSC, trocou seis vezes de partido em menos de três anos. Nos Estados Unidos, nos últimos cem anos, houve apenas 30 trocas de partido.

Com isso, fica mais difícil para o Executivo aprovar no Legislativo seus projetos. Para garantir a governabilidade, é necessário fazer alianças. Como os partidos são fracos, os deputados não são eleitos com base em plataformas sólidas, a fiscalização é frouxa. E o governo, em última instância, acaba recorrendo a expedientes como os mensalões. "O PT foi vítima desse sistema político", diz Fishlow. Também fica difícil para o eleitor atribuir coerência ideológica a seus representantes, envolvidos no eterno toma-lá-dá-cá das alianças.

Para valorizar os partidos, os projetos de reforma política embutem três princípios. Um deles será aplicado pela primeira vez nesta eleição: é a cláusula de barreira. Ela garante uma bancada na Câmara apenas para aqueles partidos que obtenham 5% dos votos nacionais e 2% em cinco Estados. Dessa forma, ficam prejudicadas as pequenas legendas de aluguel, redutos sempre abertos para propostas escusas em troca de apoio. O segundo princípio, que visa coibir as trocas de partido, é a instituição da fidelidade partidária. Trata-se de uma regra que obriga os políticos a permanecer nos partidos pelos quais foram eleitos. Em algumas formulações, a fidelidade exige que os políticos votem de acordo com a orientação partidária. O terceiro princípio normalmente aventado para fortalecer os partidos é o voto em lista. Nessa modalidade, o partido prepararia uma lista com os candidatos que pretendem eleger, e caberia ao eleitor votar ape-



**FIM DA FESTA?** O deputado Roberto Brant comemora a absolvição no processo do mensalão, em março. Com a reforma política, poderíamos saber quem votou a favor dele

nas na legenda, não nos nomes. Quanto maior a votação, mais parlamentares dessa lista seriam eleitos.

O projeto de Caiado propõe a cláusula de barreira, o voto em lista e o financiamento público das campanhas. Mas não inclui o fim do voto secreto em sessões especiais – como as de cassação de mandatos. Nem a restrição da imunidade parlamentar – que garante foro privilegiado a acusados de corrupção. Nem a adoção de um prazo menor para campanhas, de modo a reduzir seu custo. Também não resolve uma antiga distorção eleitoral. Em Roraima, um deputado é eleito com 29 mil votos. Em São Paulo, cada vaga de deputado requer 400 mil votos. No Congresso, um voto de Roraima vale, portanto, quase 14 votos paulistas.

Também não existe no projeto de Caiado nenhum plano que permita ao eleitor trocar de governante caso esteja insatisfeito com o que elegeu. Hoje, se você comprar uma torradeira e encontrar o mesmo modelo mais barato em outro lugar, pode se arrepender da compra e devolver o produto. É mais fácil devolver uma torradeira que um deputado. Uma vez eleitos, os governantes recebem um cheque em branco até o final do mandato. Nos Estados Unidos, desde 1911 existe um mecanismo chamado recall. Por meio dele, o povo pode ir às urnas em plebiscito para decidir se o mandato de um governante ou parlamentar continua ou não. Foi o que aconteceu com o ex-governador da Califórnia Gray Davis, rejeitado por 55% dos eleitores em 2003. Em seu lugar, foi eleito o ator

Arnold Schwarzenegger. Na Venezuela, Hugo Chávez permaneceu no poder mesmo depois de um recall em 2004. Um dos que defendem o recall no Brasil é o professor Dalmo Dallari, da USP. No auge do mensalão, o P-SOL chegou a propor um recall de Lula, mas a medida não tinha amparo Constitucional e soou como bravata eleitoral.

O projeto de Caiado tramitava em regime de urgência, mas perdeu esse status por manobras do governo. Para o senador Marco Maciel (PFL-PE), um dos mais experientes parlamentares em atividade, a reforma política não sai porque

contraria interesses. "Os parlamentares não querem aprovar as reformas porque tentam assegurar sua sobrevivência", diz. Ele lembra que, quando foi presidente da Câmara, em 1977, tentou fazer uma reforma política. Não deu certo. O atual presidente, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), é mais otimista. "Ainda dá para votar o projeto neste ano. Por quê? Porque hoje

existe um consenso na sociedade. Quem sabe as prioridades do ano que vem? A hora é agora", afirma Rebelo. Quaisquer que sejam as medidas aprovadas, é uma utopia julgar que uma reforma legal pode acabar com a corrupção definitivamente. Como afirma a cientista política Lúcia Hippolito: "Sistema eleitoral não transforma cafajeste em cavaleiro. Sistema eleitoral é uma coisa, caráter é outra". ■

**É mais fácil trocar uma torradeira que um deputado. Com o recall, o eleitor poderia cancelar mandatos**

*A série de reportagens Agenda Positiva discute os principais temas da campanha eleitoral e os desafios do próximo presidente*

# Dá para melhorar?

Por critérios técnicos, este é o pior Congresso dos últimos tempos. Como você pode mudar esse quadro



RONALD FREITAS

O corregedor da Câmara, deputado Ciro Nogueira (PP-PI), é o responsável na instituição por fiscalizar se os colegas respeitam a lei e a ética. Nos casos mais extremos, cabe a Ciro pedir a expulsão dos deputados que saem da linha. Sua função, portanto, é uma daquelas para a qual vale a frase sobre a mulher de César: "Não basta a ela ser honesta, mas precisa também parecer honesta".

Na semana passada, Ciro Nogueira entrou no rol dos suspeitos do escândalo das sanguessugas – o esquema de desvio de verbas do Orçamento da União para compra superfaturada de ambulâncias. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o corregedor da Câmara empregava em seu gabinete o assessor parlamentar Ricardo Augusto França da Silva, preso pela Polícia Federal como integrante da quadrilha das sanguessugas.

Ciro juntou-se, assim, a mais 45 parlamentares contra os quais a Procuradoria-Geral da República já instaurou inquéritos ou está prestes a fazê-lo. No mês passado, pela primeira vez na História, a polícia entrou no Congresso Nacional para prender gente. Foram presos assessores de dez deputados e de um senador, todos envolvidos com as sanguessugas. A praga se espalhou de tal maneira que contaminou até os lugares mais nobres do Parlamento. Na mesa da Câmara, sede do comando da

**Dos sete deputados da mesa da Câmara, sede do comando da Casa, quatro são investigados**

Casa, quatro dos sete deputados são investigados por envolvimento com a máfia das ambulâncias. No outro grande escândalo do Congresso, o mensalão, há mais 13 deputados denunciados pelo Ministério Público. Sem falar nas denúncias de achques a empresários e compra de votos (*leia o quadro*).

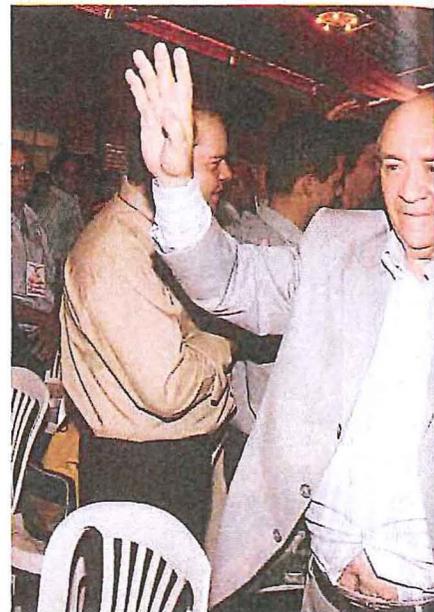
Criticar o baixo nível dos parlamentares no Brasil é uma atividade tão antiga quanto a existência entre nós do sistema de três poderes proposto por Montesquieu. Já em 1864, uma das especialidades do escritor Machado de Assis, como colunista político do *Diário do Rio de Janeiro*, era ironizar os maus modos dos senadores do Império ao lidar com dinheiro público. O Congresso de agora, com prazo de validade até fevereiro, dá a impressão de ter ultrapassado todos os limites. Seria um delírio imaginar que seja este o pior Congresso de todos os tempos?

Dentro do próprio Congresso, muita gente acha que não é delírio nenhum. "Esta legislatura não existiu porque não conseguiu corresponder ao mínimo que se espera de um Parlamento", diz a deputada Luiza Erundina (PSB-SP). "A banda podre contaminou tudo a ponto de criar mal-estar na convivência", afirma o deputado Chico Alencar (P-SOL-RJ). "A máfia das sanguessugas é um escárnio. Deputado que frauda compra de ambulância aceita o papel de assassino", diz o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), o ex-guerrilheiro político que chocou o país com sua sunga de crochê ao voltar do exílio no fim dos anos 70 e, ironi-



## DANÇA DA PIZZA

Março de 2006.  
A deputada **Angela Guadagnin (PT-SP)** comemora a absolvição do mensaleiro João Magno (PT-MG) dançando no plenário



camente, virou hoje o principal portavoza da restauração da moralidade na instituição.

De acordo com o presidente do Conselho de Ética da Câmara, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), este é o "pior Congresso da História". "Falta a ele ética, moralidade, comportamento e satisfação à sociedade", disse Izar ao anunciar a um grupo de empresários que não pretende mais concorrer a um novo mandato por estar decepcionado com a absolvição dos 13 deputados envolvidos no valerioduto.

Não é de hoje que a opinião da sociedade sobre os parlamentares é pouco lisonjeira. De acordo com uma pesquisa do Instituto Datafolha, de maio, 42% dos eleitores também consideram o Congresso ruim ou péssimo. É a terceira pior avaliação da História desde 1990, quando a pesquisa começou a ser feita. O auge da rejeição deu-se em novembro de 1993, quando 56% consideraram o Congresso ruim ou péssimo. Na ocasião, o país assistiu à revelação do esquema dos anões do Orçamento, outro escândalo em ▶



### BENGALADAS

Novembro de 2005. Dias antes da cassação de seu mandato de deputado, **o ex-ministro José Dirceu** leva bengaladas do escritor Yves Roublet no salão verde da Câmara dos Deputados



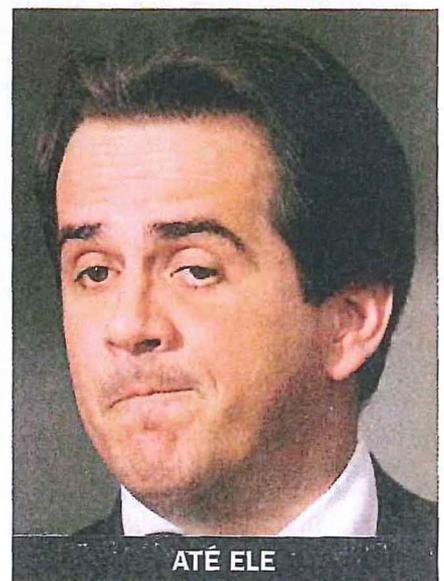
### MENSALINHO

Setembro de 2005. **O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE)**, renuncia, acusado de ter cobrado R\$ 40 mil de um concessionário de restaurantes da Câmara



### MENSALÃO

Junho de 2005. **O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ)** denuncia o pagamento de mesada a parlamentares. A CPI dos Correios denunciou 19 deputados, mas só três foram cassados até agora



### ATÉ ELE

Junho de 2006. **O deputado Ciro Nogueira (PP-PI)** é corregedor da Câmara. Um de seus assessores foi preso pela Polícia Federal suspeito de envolvimento com a máfia das sanguessugas





### SANGUESSUGAS

Maio de 2006. A PF desmantela uma quadrilha suspeita de fraudar licitações para compra de ambulâncias. Foram presas 48 pessoas, entre elas o **ex-deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ)** (de camisa azul)



### COMPRA DE VOTOS

Junho de 2004. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre cassou o **deputado Ronivon Santiago (PP-AC)**. O parlamentar, suspeito de envolvimento em escândalos desde 1996, foi condenado por comprar votos para se eleger em 2002

fiscalização dos parlamentares. Eles estão na última página desta reportagem. Nos próximos dias, você também encontrará uma página especial no site de ÉPOCA, sob a chamada ÉPOCA Transparência, com informações sobre como cada deputado votou na legislatura anterior e sobre sua posição em relação às grandes questões da agenda nacional. Nosso objetivo é tentar ajudá-lo a escolher seu candidato de acordo com seus interesses e opiniões. Ainda no capítulo das sugestões, ÉPOCA destaca idéias importantes para uma reforma política, projeto que está na agenda de quase todos os candidatos à Presidência da República e é fundamental para que as próximas legislaturas sejam menos lamentáveis que a atual. Eis as idéias:

## 1. Fidelidade partidária

A falta de compromisso com os eleitores reduziu os partidos a ajuntamen-

tos de políticos, que costumam trocar de legenda de acordo com a conveniência pessoal. O auge do descompromisso foi protagonizado pelo deputado Lino Rossi (PP-MT). No ano passado, ele esteve filiado ao PMDB por cinco horas e 41 minutos. Rossi queria a regularização de um canal de TV e achou que, ao ir para o partido que comandava o Ministério das Comunicações, poderia ter mais sucesso. Não foi atendido e, horas depois, voltou para o PP. Com a fidelidade partidária, os partidos seriam fortalecidos e as negociações políticas se dariam em torno de programas partidários e de governo, não mais de interesses pessoais.

## 2. Fim do voto secreto no Congresso

São poucas as situações nas quais o voto dos deputados e senadores é secreto. Mas são episódios decisivos, como a eleição das mesas diretoras da Câmara

ra e do Senado e as cassações de parlamentares. A maior parte dos analistas políticos acredita que os 13 mensaleiros absolvidos na Câmara teriam sido cassados se o voto fosse público. Com o voto secreto, ninguém sabe quem votou contra a cassação. O argumento de que o voto secreto protege o Parlamento foi útil durante o regime militar, quando o parlamentar que contrariasse o Palácio do Planalto poderia sofrer retaliação. Nos dias de hoje, não tem mais sentido.

## 3. Adoção do voto de desconfiança

Os políticos batizaram essa iniciativa de recall (ou segunda chamada, na tradução do inglês). Ela prevê a possibilidade de destituir um deputado ou senador a partir do segundo ano de mandato. Para ser levado adiante, o pedido de cassação precisaria da assinatura do equivalente a 2% do eleitorado de pelo menos sete Estados. Em caso de concordância do Tribunal Superior Eleitoral, o pedido poderia ir a plenário e ser aprovado por maioria simples dos votos dos parlamentares. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) recebeu da Ordem dos Advogados do Brasil uma proposta de ►



### MALANDRAGEM

Maio de 2006. O **advogado Sérgio Wesley Cunha** é acusado de ter comprado, por R\$ 200, um depoimento sigiloso feito na CPI do Tráfico de Armas. Foi preso ao dizer que o Congresso é uma escola de malandragem

emenda constitucional que cria o recall. Caso venha a ser instituído, não se trataria de novidade. Esse tipo de punição surgiu há 135 anos na Comuna de Paris. No Brasil, chegou a ser previsto nas constituições de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Santa Catarina no início do período republicano. Também existe em Estados americanos, como Oregon e Califórnia, além de em alguns cantões suíços. Adotar o voto de desconfiança seria uma forma de o eleitorado manter pressão sobre os eleitos, mesmo depois das eleições.

#### 4. Criação do Código de Defesa do Eleitor

O projeto existe e tem como relatora a deputada Luiza Erundina. Prevê punição para os partidos que abrigarem políticos processados criminalmente e também para o eleitor que vender o voto. Estabelece um teto para as contribuições aos candidatos e impõe que o doador explique a razão da contribuição. A aprovação do código facilitaria a identificação e punição da venda de votos e de abuso do poder econômico.

#### 5. Moralização do Orçamento federal

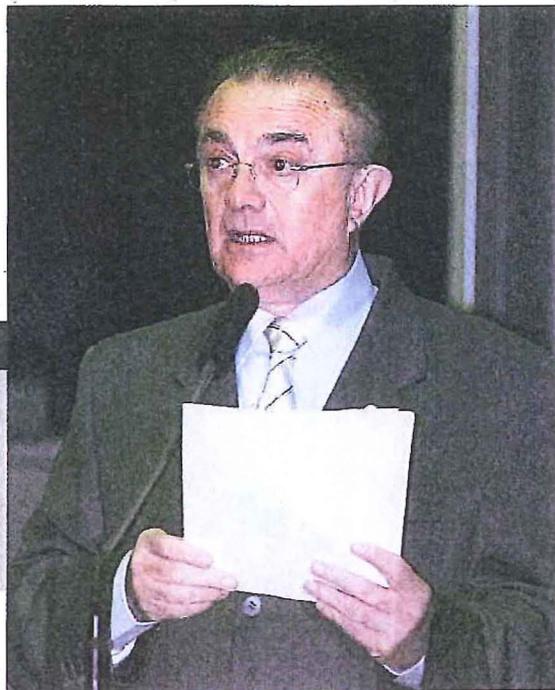
O Orçamento da União é elaborado pelo Executivo e enviado ao Congresso para ser discutido por deputados e senadores. Há margem para que os parlamentares proponham alterações. Isso faz parte do processo democrático. O problema aparece quando a destinação dos recursos públicos segue interesses pessoais. Criou-se no Orçamento brasileiro uma figura chamada emenda individual. Trata-se de uma verba de até R\$ 5 milhões a que um parlamentar tem direito para fazer o que bem entender. Em geral, essa verba vai parar no reduto eleitoral dele, para financiar pequenas obras locais, como

a construção de quadras esportivas ou pontes. Podem ser obras necessárias, mas deveriam ser preocupação de vereadores, não de deputados federais.

As emendas individuais também são usadas como moeda de troca. Quem vota com o governo costuma receber o dinheiro mais rápido. Há pelo menos uma tentativa para corrigir essa distorção. Trata-se de uma proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Pedro Simon com base na experiência do Orçamento Participativo adotada durante a primeira gestão de Tarso Genro como prefeito de Porto Alegre (1993-1996). Prevê a definição de grandes projetos aos quais os parlamentares poderiam destinar os recursos das emendas individuais. Por exemplo, os deputados e senadores que defendem a transposição do Rio São Francisco destinariam suas verbas para a obra. Mas os parlamentares não parecem ter nenhuma pressa na votação desse projeto. Ele tramita há 12 anos no Congresso, sem avanço.

A crise de imagem que atinge o Parlamento brasileiro pode ser uma boa oportunidade para que os parlamentares ponham em ação essas sugestões. Num mundo em que a informação circula mais rápido e a transparência é cada vez maior, a tendência é que cresça a cobrança sobre a ação dos congressistas. Sobretudo, na hora do voto. ■

@ Confira os votos dos deputados em [www.epoca.com.br](http://www.epoca.com.br)



#### DO LADO ERRADO

Fevereiro de 2003. O deputado **Pinheiro Landim (PMDB-CE)** renunciou 25 dias depois da posse para evitar a cassação. Landim foi flagrado pela PF intermediando a venda de *habeas corpus* para traficantes

#### EM POUCOS CLIQUES

Saiba como a Internet pode ajudar você na fiscalização do Congresso

##### ■ Câmara dos Deputados

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

É possível checar a presença dos deputados em plenário e saber como votaram. Podem-se pedir informações pelo e-mail [cidadao@camara.gov.br](mailto:cidadao@camara.gov.br)

##### ■ Senado Federal

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

Oferece um canal para fazer denúncias contra os senadores. É possível pedir informações pelo [alosenado@senado.gov.br](mailto:alosenado@senado.gov.br)

##### ■ Tribunal Superior Eleitoral

[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

Mostra as votações de cada candidato, despesas de campanha e permite acompanhar o andamento de processos sobre crimes eleitorais

##### ■ Diap

[www.diap.org.br](http://www.diap.org.br)

O site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar traz uma linguagem mais acessível que a dos sites oficiais do Congresso

##### ■ Às Claras

[www.asclaras.org.br](http://www.asclaras.org.br)

Vinculado à ONG Transparência Brasil, possibilita consultar dados sobre o financiamento das duas últimas campanhas eleitorais

##### ■ Transparência Brasil

[www.transparencia.org.br](http://www.transparencia.org.br)

Dá acesso a mais de 150 bancos de dados do país. Lança neste mês o serviço Excelência, que informa sobre candidatos nas eleições deste ano

##### ■ AMB

[www.amb.com.br](http://www.amb.com.br)

Nesta página é possível consultar o guia Operações Eleições Limpas, com as regras eleitorais em linguagem acessível

##### ■ PNBE

[www.pnbe.org.br](http://www.pnbe.org.br)

O projeto do Código de Defesa do Eleitor, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, está disponível neste site

##### ■ Sites de busca

A consulta em sites de busca como Google, Yahoo e MSN Search é uma poderosa ferramenta de fiscalização e de busca de informações para balizar o voto nas próximas eleições

##### ■ Telefone e TV

A Câmara (0800-619619) e o Senado (0800-612211) têm serviços para o eleitor enviar mensagens a parlamentares. Ambos possuem canais de TV que transmitem suas sessões

## Falta o voto distrital misto

**O caso do chamado “mensalinho”,** protagonizado pelo presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, contribui para atrasar, ainda mais, a reforma eleitoral. Uma reforma que precisa, à luz da Constituição da República, estar concluída no fim do mês de setembro, para poder valer nas eleições de outubro de 2006.

Um dos projetos em tramitação no Congresso Nacional diz respeito à alteração do sistema eleitoral. A novidade consiste na possibilidade de adoção do chamado voto distrital, combinado com a representação proporcional, para vereadores e deputados.

Assim, teríamos, ao lado do sistema majoritário para o presidente e vice-presidente da República e o de maioria simples para senadores, o sistema distrital, simples ou misto, por meio de representação proporcional, para a escolha dos representantes do Legislativo, nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

É bom lembrar que o voto distrital sempre entra em cogitação quando o Brasil mergulha em crises políticas graves ou no caso da divulgação de pesquisas apontar para a falta de confiança nos políticos.

Nos últimos cem dias, vivemos essas duas situações, ou seja, crises políticas agudas, com mensalão e mensalinho, com algumas rodadas de bingo de permeio, e a preocupante constatação do Ibope, numa enquête intitulada “Confiança nas Instituições”. Essa sondagem de opinião, publicada com exclusividade por *CartaCapital*, mostrou que 90% da população votante não confia nos seus representantes políticos. Apenas 8% acreditam nos políticos e 2% não souberam responder à pesquisa.

**Embora nunca tenha sido adotado** no País, o voto distrital já figurou na nossa Constituição. Isso pela natimorta Emenda Constitucional nº 22, de 1982. A revogação dessa emenda conduz a Lampedusa e ao célebre *Il Gattopardo*: “É necessário mudar para tudo permanecer como está”.

O nosso sistema de representação proporcional por gigantescas circunscrições está esgotado. Ele favorece a fraude, o abuso do poder econômico, o distanciamento entre o eleitor e o eleito e impossibilita as fiscalizações pelo cidadão, que é o único titular do poder político.

As distorções e os desvios desse sistema serviram para produzir “anões do orçamento”, vendedores de votos a favor de emenda de reeleição presidencial e violadores de painel



**O nosso sistema de representação favorece a fraude, o abuso do poder econômico e o distanciamento entre o eleitor e o eleito**

de votação. Mais recentemente produziu Jefferson, Janene, Costa Neto, João Paulo Cunha, Professor Luizinho e até o clérigo Rodrigues, para ficar em alguns dos que receberam, ilegal e criminosamente, ajutórios pecuniários do publicitário Marcos Valério.

A vigente representação proporcional assegura, em megacircunscrições (por exemplo, estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e São Paulo) e a cada partido, um número de cadeiras na proporção dos votos recebidos. Para tanto, aplica-se o cálculo aritmético conhecido como quociente eleitoral: quantidade de votos que dá ao partido o número de deputados e vereadores.

**No novo sistema cogitado**, a circunscrição é substituída pelo distrito, ou melhor, haverá redução de espaço territorial. Reduzido o âmbito, o candidato passa a se preocupar com os problemas existentes no distrito e com o eleitor. A luta ideológica cede lugar à batalha pelos melhores projetos, sempre centrados em necessidades reais.

Como regra, no distrito elege-se um só deputado, que, como mostra a experiência de outros países, não consegue se esconder dos grupos populares de pressão.

Por outro lado, o poder corruptor fica reduzido, pois é praticamente impossível corromper toda a maioria de um distrito.

Cada distrito tem candidatos próprios e o eleitor não pode votar em candidato de outro local. Isso implica o barateamento das campanhas e a igualdade de oportunidades, pela redução da influência do poder econômico. O candidato, por exemplo, não tem gastos com viagens, uma vez que não fará campanha fora do distrito.

Para os críticos, o sistema distrital produz líderes locais e o regime federativo necessita de lideranças nacionais. Em tese e no caso de mudança para o distrital simples, um atual líder nacional poderia ter dificuldade de se eleger num distrito.

A solução, para isso, passa pela adoção do sistema distrital misto, utilizado na Alemanha há mais de 40 anos. Ele substitui o distrital simples.

No sistema misto, o eleitor distrital tem direito a dois votos. O primeiro, dado ao candidato que concorre pelo distrito; o segundo, destina-se ao partido, que contará com cadeiras e candidatos relacionados em listas. Pelo número de votos dados ao partido, calcula-se o número de cadeiras que vai ocupar.

Em síntese, a primavera poderá chegar com a boa surpresa da adoção do sistema distrital misto. ■

# Mudar resolve?

As denúncias de corrupção que envolvem parlamentares e governo serviram para tirar da gaveta propostas de aperfeiçoamento do sistema político. A sociedade civil cobra redução do custo das campanhas e limites às mudanças de partidos

**H**á males que podem vir para bem. Se a sabedoria popular estiver certa, a atual crise política brasileira, desencadeada pelas denúncias de corrupção que envolvem o Congresso Nacional, poderá servir para o aperfeiçoamento do sistema partidário e eleitoral do país. Há dois meses as manchetes dos jornais põem em evidência as constantes trocas de partidos de deputados federais, talvez motivadas por ajuda financeira, ou então o alto custo das campanhas eleitorais. O loteamento de cargos públicos e o tráfico de influência também ocuparam o centro das atenções, e a população, embora não tenha saído às ruas, já deixou claro que quer mudanças. Pesquisa do Ibope realizada entre 14 e 18 de julho revelou que 72% dos entrevistados tomaram conhecimento de alguma denúncia de corrupção nas semanas anteriores e 62% cravaram uma alternativa radical, sintoma do descrédito do Legislativo, ao declarar-se favoráveis à perda de mandato dos deputados que trocaram de

partido. Uma pesquisa realizada no primeiro semestre pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), da Presidência da República, com 50 mil formadores de opinião sobre diversos temas ligados ao desenvolvimento social e econômico do país, aponta que 94,3% dos entrevistados concordaram que empreender a reforma político-eleitoral pode ser uma atitude “boa” ou “muito boa” para o futuro do Brasil. O desafio é encontrar caminhos adequados para fazer com que os eleitores se sintam representados, de forma legítima e integral, no Parlamento, em todos os seus níveis.

A Câmara dos Deputados captou os sinais de descontentamento. No final de junho, enquanto fervia a investigação em torno de supostos pagamentos a parlamentares, no esquema do “mensalão”, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) tirou da geladeira várias propostas que alteram o sistema político-eleitoral e deu um empurrão num processo que pode fazer da crise uma oportunidade



para melhorar o sistema partidário brasileiro. Aprovou um conjunto de medidas, entre elas, a chamada "lista fechada" na qual o eleitor vota no partido e não nos candidatos individualmente. Também inclui o financiamento público de campanhas e a fidelidade partidária (leia quadro na pág. 19). Mas ainda falta muito para que o texto se transforme num conjunto robusto de medidas que reflitam os anseios da população por mais transparência, representatividade e ética política. Por enquanto, ele ainda é um agrupamento de itens um tanto quanto desencontrados, que dividem as opiniões de políticos, acadêmicos e repre-

sentantes da sociedade civil.

Um dos principais focos de divergência de avaliações sobre o projeto de reforma política diz respeito ao tempo. Há quem defenda a urgência na aprovação de medidas que revitalizem o atual sistema eleitoral e legislativo e que, por isso, teriam de ser votadas até 30 de setembro, para passarem a vigorar já nas próximas eleições. Mas também existe o coro dos que acreditam que o turbilhão da crise é perigoso para o processo de construção de um instrumento tão fundamental para o aprimoramento dos mecanismos democráticos do país.

Uma das vozes que defendem cuidado

com o tema é a do senador Marco Maciel (Partido da Frente Liberal/PFL-PE), vice-presidente da República no governo Fernando Henrique Cardoso. Para ele, é um erro decidir uma questão tão complexa e estrutural do país no calor dos acontecimentos, pois pode resultar em casuísmos. Já o deputado federal João Almeida dos Santos (Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB-BA) defende que o Congresso deve aproveitar o momento, dar início ao processo de melhoria do sistema eleitoral e tentar reconstruir sua imagem. Reconhece, porém, que a empreitada é difícil, pois os pequenos partidos resistem, e mesmo o

## Na eleição para deputado federal em 2002, os votos em legendas de partidos representaram

Lula Marques/Folha Imagem



Severino Cavalcanti (no centro) comemora vitória na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, derrotando o candidato do Palácio do Planalto

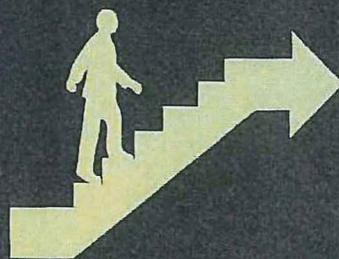
Partido da Frente Liberal (PFL), antes alinhado com as propostas vitoriosas na CCJC, já dá sinais de hesitação.

Entre os cientistas políticos brasileiros, Bolívar Lamounier, da consultoria Augurium, de São Paulo, defende que é melhor deixar passar a turbulência, pois as atenções estão concentradas nos casos de corrupção e não existe clima para pensar em questões institucionais. Ele considera modestas as propostas aprovadas na CCJC e propõe debates bem mais polêmicos, como o próprio sistema de governo, pois o “presidencialismo, com essa multiplicidade de partidos, cria uma situação de ingovernabilidade”. Para ele, o país deveria voltar a discutir a alternativa do parlamentarismo, que garante maior estabilidade política num ambiente com tantos partidos políticos.

Outro especialista que recomenda ir mais devagar com o andor é Maria Hermínia Tavares de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). “É necessário ir até o fim dessa crise gerada pelas denúncias de corrupção para depois decidir com serenidade, até porque não existe consenso nem no Con-

### Cresce o eleitorado brasileiro (em milhões)

Out/1988	75,8
Out/1990	83,8
Out/1992	90,2
Out/1994	94,8
Out/1996	101,3
Out/1998	106,1
Out/2000	109,8
Out/2002	115,2
Out/2004	121,3
Jun/2005	121,4



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral / Dados de junho de 2005

gresso nem na sociedade sobre as prioridades para melhorar o sistema político-partidário”, diz. Para ela, o tema esteve na agenda nos anos 90, quando cientistas políticos e a elite das ciências sociais apostavam que o presidencialismo estava fadado ao fracasso no Brasil. Na avaliação de Almeida, era a economia, o ambiente de hiperinflação, que tirava a governabilidade. Com a estabilidade econômica posterior a 1994, no governo Fernando Henrique, surgiu um presidencialismo apoiado numa coalizão de partidos que funcionou, ao contrário das expectativas, conforme avalia Almeida, também professora do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Para ela, o governo Lula não soube operar as regras de um presidencialismo com alianças política e a crise ganhou força quando o deputado Severino Cavalcanti (Partido Progressista/PP-PE) assumiu a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro, ao derrotar o candidato ungido pelo Palácio do Planalto. O que acontece, crê a professora, é que o atual governo “não chegou a praticar o presidencialismo de coalizão, pois ao assumir en-

## 10% do total de 8,6 milhões

tregou cargos de ministro a partidos aliados, mas colocou os quadros do Partido dos Trabalhadores (PT) nas principais posições desses mesmos ministérios”, pondera, o que não teria legitimado o poder concedido.

**Punição** Em meio a tantas opiniões acadêmicas, começam a surgir também as vozes da sociedade civil. Em junho, o presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cardeal Geraldo Majella Agnelo, declarou que “a apuração dos fatos recentes e a punição dos culpados não deverão deixar no esquecimento o desafio maior – a reforma do próprio sistema político nacional”. Criticou o fato de o Executivo recorrer, historicamente, ao clientelismo para dobrar resistências do Legislativo, com “a concessão de favores econômicos do Estado em troca de apoio aos projetos do governo”. Defendeu uma “reforma política com a participação da população” com estabelecimento da “lista partidária fechada”, financiamento público das campanhas e fortalecimento dos partidos. Vale lembrar que a Confederação sempre foi um dos principais atores da mobilização popular nas campanhas ligadas aos temas democráticos nas últimas décadas no país, como as manifestações pelas eleições diretas, na década de 80.

Entre os tópicos elencados pelo cardeal e por vários setores da sociedade como prioritários para serem decididos na reforma está o da proporcionalidade, por estados, de assentos na Câmara dos Deputados. O modelo atualmente em vigor no país não atribui o mesmo poder de voto a todos os eleitores, pois a distribuição da quantidade de deputados federais por estado não é proporcional à população, mas sim feita entre um piso de oito deputados para os estados menos populosos e um teto de 70 cadeiras para os com mais indivíduos. Se por um lado o assunto é de extrema importância para a sociedade, por outro ainda não recebeu a dimensão devida dentro do Congresso. Até agora, pouco avançou nos debates realizados e

## Os contornos da reforma política

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJC) aprovou em 22 de junho o projeto de reforma política, que seguirá agora para o plenário e depois terá de tramitar no Senado Federal. Veja as principais mudanças incluídas no projeto.

► **LISTAS PREORDENADAS** Cada partido escolherá, em convenção, a lista de seus candidatos aos cargos de vereador, deputado estadual e federal. Os eleitores passarão a votar nos partidos, e não nos candidatos individuais. Cada partido poderá, como é feito atualmente, colocar na lista tantos candidatos quanto são as vagas em disputa. As listas serão ordenadas e o partido ficará com o número de cadeiras correspondente aos votos que conquistou. Se tiver direito a quatro vagas, entrarão os quatro primeiros nomes da lista.

► **FINANCIAMENTO PÚBLICO** O Tesouro Nacional destinará recursos públicos para financiar as campanhas dos partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral em ano de eleição. Seriam 7 reais por eleitor existente no final do ano anterior, o que representaria 850 milhões de reais atualmente. Fica proibida qualquer doação de pessoa física ou de empresa a campanhas de candidatos. Os partidos e as federações partidárias serão responsáveis pelas despesas eleitorais.

► **CLAUSULA DE BARREIRA** A atual Lei dos Partidos Políticos estabelece que os partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos válidos – excluídos os brancos e nulos – apurados nas eleições para deputado federal têm direito a funcionamento parlamentar em todas as Casas do Legislativo para as quais tenha eleito representante. A votação deve estar distribuída, no mínimo, em um terço dos estados, sendo que o partido deve obter pelo menos 2% do total de votos de cada um deles. A legislação não chegou a ser aplicada por falta de regulamentação. Na proposta aprovada pela CCJC, terá direito a representação parlamentar os partidos que obtiverem 2% dos votos apurados nacionalmente, em nove estados, no mínimo, e com um representante em cinco deles. Cumprida essa exigência, o partido terá direito a indicar um líder, a participar das comissões das Casas Legislativas, aos recursos do Fundo Partidário e a propaganda gratuita.

► **FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS** Será permitida a federação de partidos, mas o vínculo tem de durar pelo menos três anos. Atualmente pode ser feita uma coligação de partidos para disputar uma eleição, que pode ser desfeita assim que o processo eleitoral termina. A federação será uma opção para que partidos com maior afinidade ideológica atuem em conjunto em todo o país.

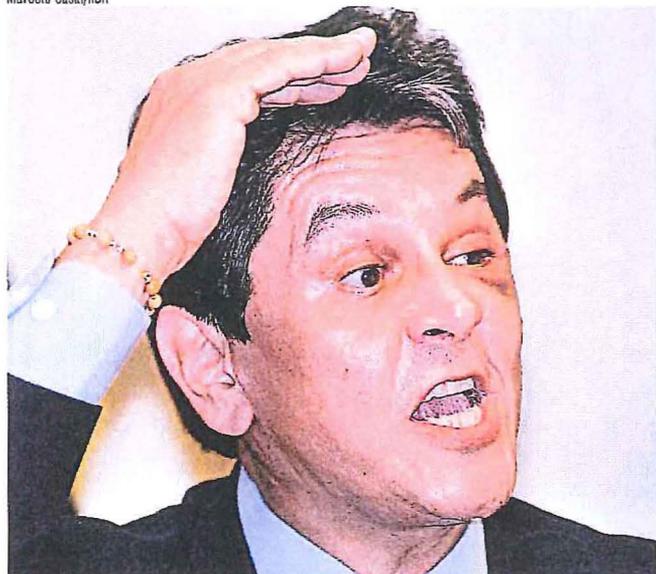
► **FIDELIDADE PARTIDÁRIA** A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, em 23 de junho, o projeto de Resolução 309/05, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para desestimular a mudança de partido. De acordo com a resolução, a composição da Mesa Diretora e das comissões permanentes será apurada pelo número de deputados dos partidos existente na homologação das eleições, e não na data da posse, como é feito atualmente. O projeto terá de ser votado em Plenário e, se aprovado, entrará em vigor, pois não depende da votação no Senado ou de sanção presidencial.

Também está sendo discutido na CCJC o Projeto de Lei n.º 1712/03, que muda o prazo de filiação partidária dos candidatos. Segundo a proposta, que já passou pela Comissão Especial de Reforma Política, a primeira filiação de um candidato deverá ocorrer até um ano antes da eleição. Para quem já é filiado, o prazo para lançar uma candidatura aumenta de um ano, como é atualmente, para dois anos.

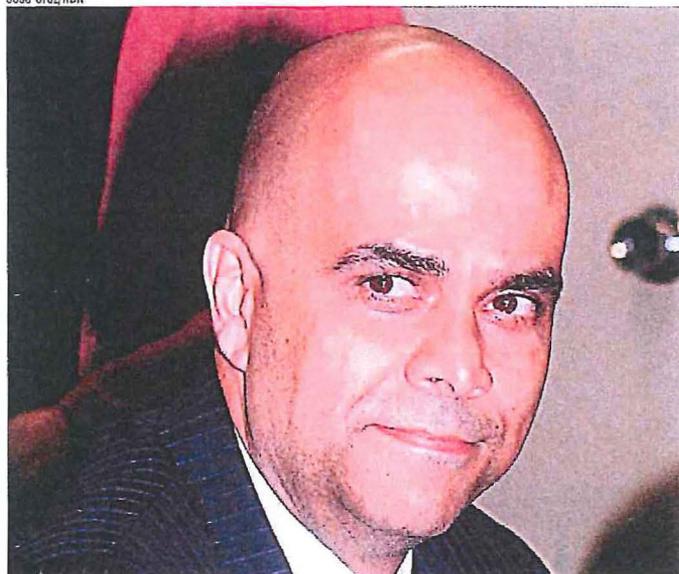
► **FIM DAS COLIGAÇÕES** Está sendo analisada, numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição que acaba com a obrigatoriedade de verticalização das coligações partidárias. Pelas regras aprovadas em 2002, os partidos que fizerem coligações para a eleição presidencial são obrigados a reproduzi-las nas eleições estaduais. A proposta já foi aprovada no Senado e deverá seguir para a CCJC.

## Na atual legislatura, 145 deputados federais eleitos em 2002 mudaram de partido

Marcelo Casa/ABR



José Cruz/ABR



O deputado Roberto Jefferson (à esquerda) abriu a crise política ao denunciar o publicitário Marcos Valério (centro) como operador do mensalão, junto com

nenhuma proposta concreta foi feita para alterar a prática atual.

**Listas** O sistema de lista fechada por partido também ocupa o centro da proposta de reforma política que saiu da CCJC e terá de ser votada no plenário da Câmara dos Deputados e depois no Senado. O eleitor votaria no partido, e não no candidato (leia quadro na pág. 19).

Esse é um dos pontos mais polêmicos da proposta. A tendência do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é apoiar a lista fechada, mas o tema ainda será discutido pelo Diretório Nacional. O PT também apóia a mudança, mas as resistências aumentam à medida que o espectro político caminha para o centro. O deputado federal Coriolano Sales (PFL-BA) critica a proposta de listas fechadas porque diminuiria a representação popular e transformaria a Câmara dos Deputados numa espécie de condomínio. O cientista político Fernando Abrúcio, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), afirma que a adoção da lista fechada só funciona quando existe uma forte participação dos filiados na vida partidária, o que daria legitimidade para as convenções que escolhem os candidatos e limitaria o poder dos caciques que comandam a máquina partidária. “Existe um grupo que controla as decisões parti-

dárias até mesmo no PT. Assim, é melhor ficar com o método atual e as candidaturas individuais”, argumenta Abrúcio.

Quem discorda dessa avaliação é Lamounier, para quem a adoção da lista fechada provocaria o fortalecimento da participação nos partidos. “As convenções para decidir quais serão os candidatos ganharão importância, serão muito disputadas e atrairão a cobertura da imprensa, e isso vai contribuir para melhorar o nível dos partidos”, opina. Outra vantagem colateral, segundo Lamounier, é que os partidos terão de mostrar suas propostas e estratégia, despessoalizando o processo eleitoral. “Se a principal proposta de um partido for promover uma reforma tributária, terá de colocar no topo da lista especialistas no assunto.” Além disso, diz, “na maioria dos partidos existentes, a decisão de escolher os candidatos aos cargos nas eleições proporcionais já é feita por uma oligarquia partidária”.

Fernando Limongi, cientista político, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e professor da USP, é contrário à proposta de fechar as listas, “pois vai diminuir o poder de escolha dos eleitores, que será passado para os dirigentes partidários”. Para ele, a idéia não será aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, se mantido o formato do momento,

“pois os atuais parlamentares ficarão com medo de não serem colocados na lista da próxima eleição”. Além disso, lembra, o atual sistema dá a opção de o eleitor apoiar o partido, e não os indivíduos, ao votar na legenda. Nas eleições para deputado federal em 2002, cerca de 8,6 milhões de eleitores votaram em legendas, o que representou 10% dos votos válidos. Entre os maiores partidos, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) colheu 18,4% de seus votos pela legenda e o PT ficou com 14,6% (veja tabela na pág. 21).

Almeida, da ABCP, avalia que a proposta de listas fechadas dificilmente será aprovada, sem contar que dará mais controle da escolha dos candidatos às lideranças partidárias tradicionais, que “vêm perdendo espaço para novos parlamentares”. Ademais, prejudicaria os candidatos “que defendem correntes de opinião”. Deverão ficar contra a proposta de lista fechada os deputados federais da bancada evangélica e do chamado baixo clero, um grupo informal de pelo menos 120 parlamentares que aparece pouco na mídia, mas foi decisivo para que Cavalcanti assumisse a presidência da Casa. Entre os partidos com grandes bancadas, o PT e o PSDB podem apoiar a mudança, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o PFL tendem a se apresentar divididos na hora da decisão.

pele menos uma vez, o que representa quase 30% das 513 cadeiras existentes

Antônio Cruz/ABR



Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT

**Financiamento** A rejeição do sistema de listas fechadas implicará, quase automaticamente, no sepultamento de outra proposta que emergiu da CCJC em junho: o financiamento público das campanhas (leia quadro na pág. 19). A idéia é que o Tesouro destine uma verba predefinida para financiar os partidos que disputam eleições. “O financiamento público só funciona se emplacar a proposta de listas fechadas, mas o contrário não é verdadeiro”, garante o deputado Santos, do PSDB. De fato, seria muito difícil operacionalizar a distribuição de recursos para a miríade de candidatos individuais. Nas eleições municipais do ano passado, concorreram 300 mil candidatos aos cargos de vereador e 15 mil aos de prefeito. Nas eleições de 2002, foram 4.298 pessoas para 513 vagas de deputado federal. Ficaria ainda mais difícil controlar as prestações de conta do uso dos recursos.

Já no sistema de listas fechadas o dinheiro seria distribuído aos partidos, que assumiriam a responsabilidade de explicar como foram utilizados. Há muita divergência sobre a validade do financiamento público. O deputado federal Rubens Ottoni (PT-GO), que relatou a proposta de reforma política na CCJC, defende o financiamento público com a justificativa de que poderia reduzir até dez vezes o cus-

to das campanhas políticas.

A proposta não desperta muito entusiasmo entre os acadêmicos. “O financiamento público não impedirá que empresas continuem contribuindo para a campanha de candidatos nos quais têm interesse, com a utilização de dinheiro do caixa dois. Se o objetivo for diminuir os gastos em campanhas eleitorais, existem formas muito mais eficazes”, avalia o cientista político Octávio Amorim Neto, professor de Ciência Política no curso de pós-graduação de Economia da FGV do Rio de Janeiro. E coloca uma proposta na mesa: reduzir o número de circunscrições eleitorais em cada estado, destinando a cada uma delas uma parcela das vagas a deputado federal ou estadual proporcional à distribuição demográfica. Em São Paulo, por exemplo, o estado seria dividido em dez circunscrições e cada uma elegeria sete deputados. “Assim, os candidatos não precisariam fazer campanha em todo o estado, mas apenas na sua circunscrição, e gastariam menos. Além disso, ficariam mais perto de seu eleitorado, que também ganharia maior capacidade de

controlá-los”, prossegue Amorim. De quebra, ele defende que essa modificação resolveria o problema da sub-representação das grandes cidades nas eleições proporcionais caso o desenho das circunscrições respeite a distribuição populacional. “Hoje em dia, a cidade do Rio de Janeiro tem metade da população do estado, mas elege menos da metade da bancada fluminense de deputados federais”, argumenta.

Outro que discorda do financiamento público proposto é Limongi, da USP, “até porque ele já existe, graças ao horário eleitoral gratuito e aos recursos do Fundo Partidário, que são repassados pelo TSE aos partidos registrados”, ou seja, os partidos usam e abusam de espaços que custariam uma fortuna se precisassem ser pagos. Abrúcio, por sua vez, acha que a proposta da CCJC está errada ao impedir que indivíduos ou empresas contribuam para as campanhas de seus candidatos, pois fere a liberdade das pessoas em participar do processo político, e isso pode resultar em maior distanciamento entre a sociedade e seus representantes na vida pública. Sem contar

### Votação para deputado federal nos maiores partidos (eleição de 2002, votos válidos)

Partido	Legenda	Nominal	Total	Fatia Total
PT	2.353.023	13.739.396	16.092.419	18,4%
PSDB	1.174.350	11.359.545	12.533.895	14,3%
PFL	667.091	11.034.968	11.702.059	13,4%
PMDB	710.332	10.978.778	11.689.110	13,4%
PPB	556.880	6.282.560	6.839.440	7,8%
PSB	435.981	4.180.368	4.616.349	5,3%
PDT	822.827	3.657.560	4.480.387	5,1%
PTB	299.911	3.751.367	4.051.278	4,6%
PL	214.890	3.563.737	3.778.627	4,3%
PPS	305.642	2.376.494	2.682.136	3,1%
PC do B	69.486	1.897.649	1.967.135	2,2%
PRONA	77.671	1.726.433	1.804.104	2,1%
<b>TOTAL</b>	<b>8.654.013</b>	<b>78.878.521</b>	<b>87.532.534</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

## O fim da verticalização das coligações e as regras para fortalecer a

“que continuaria a existir financiamento privado perverso e ilegal”, diz. Por fim, faz uma sugestão para controlar melhor as despesas em campanhas eleitorais: “No modelo atual, a Justiça Eleitoral faz o controle das contribuições e despesas após as eleições, quando deveria ser feito durante o processo”. Ele propõe uma alteração na legislação, de forma que partidos e candidatos fossem obrigados a prestar contas através da internet, com atualização das informações, por exemplo, a cada quinzena, aberto a todos, ao longo da campanha eleitoral. “Assim, aumentaria a transparência do processo e o controle do eleitorado, além de diminuir as chances de descobrirem muito tarde a prática de ilegalidades”, argumenta. A atual sistemática define prazos para prescrição de violações à legislação eleitoral na prestação de contas dos candidatos. Por isso, se for comprovado que algum deputado federal investigado pela Comissão Parlamentar Mista do mensalão praticou irregularidades na campanha de 2002, não poderá ser punido pela Justiça Eleitoral. “As regras devem mudar para punir também os partidos, o que inibiria a prática de ilegalidades, pois atualmente só os candidatos podem ser punidos”, opina Limongi.

Na linha de reduzir os custos das campanhas eleitorais, o deputado Santos, do PSDB, propõe alterações pontuais: proibir os chamados “showmícios” e que os candidatos distribuam brindes para uso pessoal, como bonés e camisetas. Para ele, o tempo das campanhas eleitorais deveria ser reduzido de 75 para 45 dias. Hoje em dia, o horário eleitoral no rádio e na televisão dura 45 dias, mas é antecedido por um período de 30 dias em que pode ser feita a campanha nas ruas. Santos acredita que seria muito mais fácil aprovar essas modificações no Congresso.

**Migração** Outra deficiência do sistema partidário vigente, evidenciada com a crise do mensalão, é a facilidade com que os parlamentares podem trocar de partido. Nada mais, nada menos do que 145 deputados federais eleitos em 2002 mudaram de partido pelo menos uma vez, o que representa

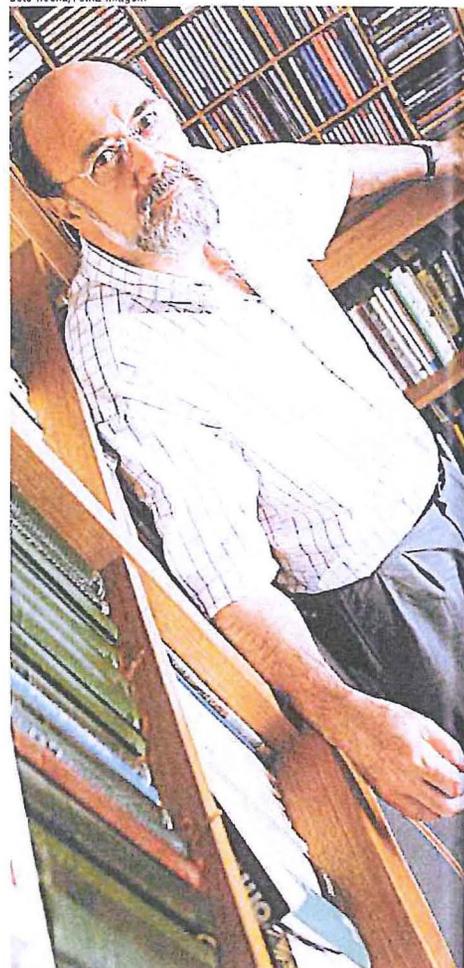
quase 30% das 513 cadeiras. No total, ocorreram 217 migrações, pois 47 deputados mudaram mais de uma vez. A intensidade das trocas de partidos pelos deputados federais significa fraudar o eleitor, afirma Lamounier, “pois o mínimo que ele espera é que seu candidato continue no partido pelo qual foi eleito”. Ele faz uma comparação com as relações de negócio. “Ninguém vai investir numa empresa que trocou o seu presidente dez vezes nos últimos dois anos.”

Para tentar conter as mudanças, a CCJC aprovou em junho uma alteração no regimento interno da Câmara dos Deputados que, se aprovada em plenário, usará a formação da bancada nas eleições como critério para a distribuição dos cargos em comissões. Até a eleição de Cavalcanti, a presidência da Casa ficava com o partido que tinha a maior bancada, mas valia a existente na posse dos deputados federais. O balanço de poder nas bancadas também servia para definir os presidentes das principais comissões, cargos que são cobiçados pelo potencial de influir nas decisões e pela alentada estrutura de suporte, desde os espaçosos gabinetes até a assessoria que fica à disposição.

Na opinião de Abrúcio, essa mudança regimental não será suficiente para conter a migração dos deputados, motivados pela possibilidade de indicarem pessoas para cargos no Executivo Federal ou para que os próprios parlamentares os assumam. Não é por outra razão que houve tantas trocas logo depois das eleições de 2002, na maioria das vezes em direção aos partidos-membros da base de apoio do governo Lula. Ele acha correta a proposta, em fase de discussão na CCJC, que amplia de um para dois anos o prazo de filiação partidária necessário para que alguém concorra a qualquer cargo eleitoral pela agremiação. “A falta de fidelidade partidária prejudica a imagem do Congresso perante os eleitores”, diz.

O cientista político Limongi considera que o tema não é relevante, até porque não existe qualquer limitação à troca de partidos em países como Estados Unidos, França ou Inglaterra, mas é um fenômeno de democracias que promulgarão suas Constitui-

Beto Rocha/Folha Imagem



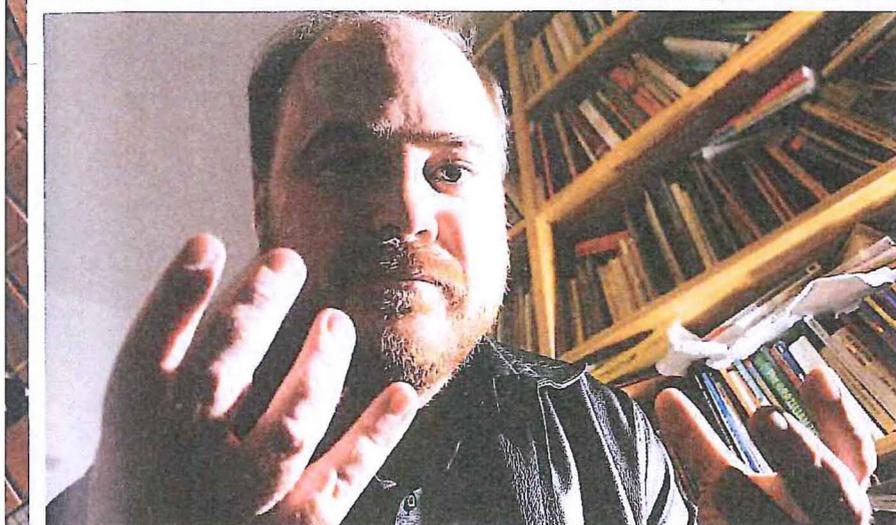
Para Lamounier (à esquerda) e Almeida (acima)

ções no período mais recente, como a Espanha. “Não dá para voltar ao período da ditadura militar, quando a fidelidade partidária era imposta”, afirma.

De acordo com o cientista político Carlos Ranulpho Felix de Melo, em seu artigo “Migração partidária na Câmara dos Deputados”, até 1990 as trocas de partidos foram impulsionadas pela reagrupação partidária, mas dali em diante passaram a obedecer a lógica da competição político-eleitoral, com a concentração no primeiro ano do mandato, quando os deputados buscavam a melhor legenda, já de olho nas eleições municipais do ano seguinte. Melo, que é professor do Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, mostra que na década de 90 o Partido Comunista do Brasil (PcdoB) foi o que registrou a

## fidelidade partidária são as que têm mais chances de aprovação em 2005

Filipe Araújo/AE



Valéria Gonçalves/AE

reforma política só depois de passada a crise. Para Abrúcio, lista fechada não funcionará

menor troca, pois apenas 6% de sua bancada na Câmara de Deputados mudou. Os campeões foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Liberal (PL), com, respectivamente, 44% e 57% de migração em suas bancadas de deputados federais.

**Barreira** Outra mudança prevista no projeto de reforma política aprovado pela CCJC é a tentativa de barrar a representação de pequenos partidos, muitos dos quais não têm nenhuma base ideológica e são acusados de vender vagas a quem deseja disputar cargos de vereador ou de deputado estadual e federal. A chamada cláusula de barreira está prevista na legislação eleitoral desde 1995, quando estabelecia que somente teriam direito a representação parlamentar os partidos que conseguissem 5% dos votos válidos – excluídos os brancos e nulos – nacio-

nalmente (leia quadro na pág. 19).

Agora, a proposta que emergiu da CCJC propõe reduzir a 2% a votação requerida nacionalmente, para assegurar a representação nas diversas Casas do Legislativo. Se estivesse em vigor a exigência de 5% dos votos em escala nacional, apenas os seguintes partidos, entre os 27 registrados no TSE, teriam direito a representação parlamentar, levando-se em conta os resultados de 2002: PT, PMDB, PSDB, PFL, PP, Partido Socialista Brasileiro (PSB) e PDT. Se aprovada a cláusula de barreira de 2%, também entrariam na lista os seguintes partidos: PTB, PL, Partido Popular Socialista (PPS), PCdoB e Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona), sempre de acordo com os resultados de 2002 (veja tabela na pág. 21).

A mudança na legislação eleitoral com mais chance de aprovação no Congresso é

o fim da obrigatoriedade de verticalização das coligações partidárias. Pelas regras definidas em 2002 pelo TSE, os partidos com candidatos à Presidência da República são obrigados a repetir a mesma aliança nos estados e municípios. A proposta já tinha sido aprovada no Senado e foi acatada em junho pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, assegurando aos partidos autonomia para fazer suas coligações eleitorais. Assim, um partido pode participar de uma coligação num estado diferente daquela feita em escala nacional. Na avaliação de Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, o fim da verticalização das coligações e o fortalecimento da fidelidade partidária são as alterações que têm mais chance de ser aprovadas neste ano.

Enfim, os parlamentares, especialmente os deputados federais, estão de olho na percepção pública da imagem do Congresso. Não receberam boas notícias com a divulgação de pesquisa feita pelo instituto Datafolha em julho, pois o índice de reprovação à Câmara e ao Senado atingiu o patamar mais alto dos últimos 12 anos: 46% dos entrevistados classificam como ruim ou péssima a atuação de senadores e deputados; 36% apontam como regular; e 11% como ótima ou boa. A avaliação só foi pior em 1993, quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigou o desvio de verbas públicas por deputados federais no “escândalo do Orçamento”. Naquela ocasião, 56% dos brasileiros consideravam o desempenho dos congressistas ruim ou péssimo. (1)



**ISTO É**  
independente

**IDÉIAS**

Participaram das discussões o senador Demóstenes Torres, o cientista político Otávio Amorim Filho, o presidente do STJ, Edson Vidigal, o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, e o cientista político Fabiano Santos

A TO  
VI  
NA  
DA



**A REFORMA**

**INADIA**

**Mudança na legislação eleitoral deve ser**

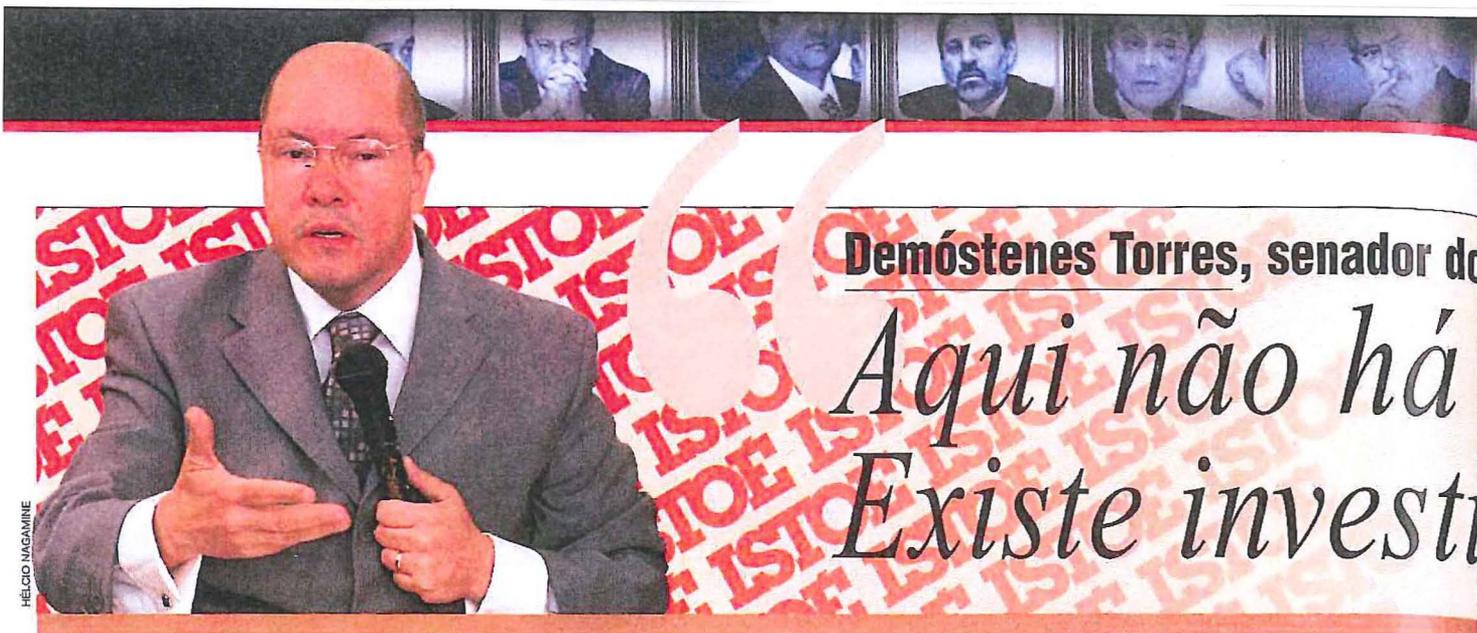
RD  
DA  
DA  
ALÉM  
RD

**ISTO É**  
independente

REMYTO VELASCO

**ÁVEL**

prioridade política do Congresso Nacional



Demóstenes Torres, senador do

*Aqui não há  
Existe investi*

#### AZIZ FILHO

**S**ão imponderáveis os efeitos políticos das denúncias de corrupção expostas pela crise que sacode o governo e o Congresso. Nos corredores de Brasília, as especulações para o curto prazo se concentram no alcance das punições, cassações e renúncias sorrateiras. A sucessão de 2006 foi antecipada e o próprio presidente Lula, em discurso enfático, levou a reeleição para o palanque ao se apresentar como invencível. No PMDB, o ex-governador Anthony Garotinho (RJ) e o governador Germano Rigotto (RS) aceleraram seus movimentos e o PSDB avalia as chances de seus nomes mais vistosos, os governadores Geraldo Alckmin (SP) e Aécio Neves (MG), o prefeito de São Paulo, José Serra, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas a exposição das vísceras da República pode produzir conseqüências muito

mais profundas do que o confronto imediato nas CPIs e nas urnas. Especialistas e observadores do sistema eleitoral tiram lições valiosas da crise para redesenhar o futuro e aperfeiçoar a democracia brasileira – um raro momento que a história oferece ao País para a gestação de uma reforma política.

Um mês é insuficiente para que o projeto de reforma aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) seja votado pelo Congresso em tempo de regular as eleições de 2006. São profundas as divergências sobre temas centrais e, para vigorar nas próximas eleições, qualquer alteração nas regras do jogo deve ocorrer um ano antes. É possível, no entanto, aproveitar alguns pontos consensuais entre as lideranças para fortalecer o sistema partidário e inibir, desde já, o financiamento obscuro do voto. Entre as idéias mais polêmicas estão o financiamento público das campanhas, o voto distrital misto e as listas fechadas de candida-

tos ao Legislativo. O debate *Reforma política e os rumos da República*, promovido na sucursal de ISTOÉ no Rio de Janeiro na quinta-feira 4, evidenciou a expectativa de que o Congresso Nacional providencie ainda este mês alguns curativos para começar a livrar o sistema eleitoral de certos males que têm chocado os eleitores. Não basta demitir os atores, é preciso reformar o teatro.

**Fidelidade** – Poucas medidas seriam capazes de produzir consenso no Congresso em um ambiente de tanta beligerância. Uma delas é a imposição da fidelidade partidária para inibir o troca-troca e fortalecer a vocação programática das legendas. Outra mudança simples seria proibir a contribuição de empresas para as campanhas. Essas foram algumas das idéias discutidas pelos cinco convidados para o debate na ISTOÉ: o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, o presidente da Federação das In-

#### Edson Vidigal, presidente do STJ

*A sociedade tem o direito de  
de intervir no Congresso Na*

PFL de Goiás

# financiamento de campanha. nento em campanha

dústrias do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, o senador e procurador Demóstenes Torres (PFL-GO) e os cientistas políticos Otávio Amorim Filho, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Fabiano Santos, do Instituto de Pesquisa Universitária do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj).

A julgar pelo alto grau de preocupação com o financiamento eleitoral, está aí o calcanhar-de-aquiles da política brasileira. O projeto aprovado na CCI prevê que as campanhas sejam sustentadas exclusivamente por recursos públicos, reduzindo o peso do poder econômico e as desigualdades que ele produz na competição. Não é à toa que o sistema foi adotado nos Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Argentina, México, Portugal e Rússia, entre outros. Pelos cálculos iniciais, sua implementação no Brasil acarretaria uma despesa média de R\$ 7 por eleitor. O tempo parece curto demais para o eleitorado se convencer de que essa despesa seria bem menor do que os recursos

públicos desviados pela corrupção para que os eleitos retribuam, geralmente com contratos superfaturados, a generosidade dos financiadores. O outro desafio seria garantir ao eleitor – com motivos de sobra para desconfiar de tudo e de todos – que a medida eliminaria as doações ilegais em um país sem fiscalização. O projeto prevê a cassação do mandato para quem as recebe e a proibição de as empresas financiadoras firmarem contratos com o poder público.

**Campanhas** – O financiamento eleitoral tem concentrado as atenções nos debates sobre a reforma, mas está longe de ser uma questão original. Em 1981, o então deputado Edson Vidigal apresentou um projeto criando tetos para a doação de pessoas físicas, que acabou arquivado. Os defensores do financiamento público admitem a conveniência da permissão para as doações de pessoas físicas como forma de estreitar os laços entre representante e representado. A doação teria um

limite e não poderia ser feita por pessoas jurídicas. O presidente da Firjan conheceu o sistema na França e se entusiasmou. “É mais democrático e diminui a vergonha das campanhas. Por que precisamos de produções milionárias se os candidatos já têm espaço na tevê?”, questiona. Para Gouvêa Vieira, “deveríamos aproveitar esta crise para redesenhar o País”.

O ministro Edson Vidigal defende que as doações sejam depositadas em contas abertas dos candidatos, às quais qualquer um teria acesso. O doador poderia abater 50% do Imposto de Renda, “um incentivo fiscal para a democracia”. Vidigal encaminhou sua proposta, em junho de 1986, ao Conselho Político da Presidência e também nas eleições para a Constituinte, em vão. Ele prega a redução do número de deputados e senadores e lan-

## stitucional cional



HELICIO NAGAMINE



**Fabiano Santos, cientista político do IUPERJ**

# A convivência entre capitalismo e democracia deve ser reproduzida no sistema

ça uma polêmica: como ninguém legisla contra seus próprios interesses, o projeto da reforma política deveria chegar ao Congresso como uma emenda popular. “A reforma política é para anteontem, mas só acredito em reforma política a partir de propostas da sociedade civil organizada. E isso tem que ser enfiado goela adentro do Congresso Nacional. Se vier amadurecida e respaldada por milhões de assinaturas, a coisa fica diferente. A sociedade tem o direito constitucional de intervir no Congresso”, afirma.

Aparentemente, uma emenda popular deixaria acuada a elite política que se beneficia das regras atuais, mas como esperar que a sociedade construa um consenso nacional que seus representantes não conseguem formular? Outro problema, como ressalta

Otávio Amorim Neto, é que a complexidade da reforma, vinda ou não das ruas, requer muitas negociações entre partidos. “Ela jamais será perfeita porque sempre levará em conta a correlação de forças no Congresso”, contextualiza. Se a reforma não pode vir do povo e o Congresso não aprecia o texto da CCJ, fica difícil livrar o Brasil do que Amorim classifica como “patologias do sistema político”: distorções de representação nas coligações, excessiva fragmentação partidária, debilidade organizacional e programática das legendas, corrupção no financiamento das campanhas e “amesquinamento e desprestígio radical do Congresso”.

Mesmo os especialistas mais afinados com o texto da CCJ, como Amorim e o senador Demóstenes Torres, estão céticos. A combinação da necessidade de aprovar qualquer alteração nas regras um ano antes das eleições com a tradição brasileira de deixar tudo para a última hora, principalmente

os problemas mais cabeludos, pode eternizar os entraves ao bom funcionamento do sistema democrático. Decidir se o financiamento deve ser público ou se as atuais regras – ou a falta delas – continuarão parindo tesoureiros como Delúbio Soares não é o único desafio à montagem de um sistema confiável. O projeto da CCJ apresenta outros pontos cruciais que suas excelências não demonstram disposição para avaliar. A lista fechada nas eleições proporcionais é um deles.

**Candidatos** – “Foi uma grande coragem da CCJ instituir a lista fechada”, elogia Amorim. A lista fechada é considerada fundamental para a adoção do financiamento público, já que a administração dos recursos ficaria a cargo do partido, e não pulverizada pelos candidatos. Nesse sistema, o partido apresenta sua relação de candidatos e o eleitor vota na lista inteira, cabendo ao partido estabelecer a ordem dos que ocuparão as cadeiras



**Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente**

## Por que precisamos mudar as regras se os candidatos já

# no e democracia na eleitoral

conquistadas pela legenda. A dúvida é se a lista fechada, que espanta os aventureiros, enfraquece ou fortalece o elo entre votante e votado, aparentemente valorizado no sistema atual, de lista aberta. O senador Demóstenes defende a mudança com contunância. "Só 5% dos deputados atuais atingiram o quociente eleitoral, o resto foi eleito nas costas do outro. Quem votou no Enéas Carneiro (Prona-SP) elegeu junto quatro deputados, um deles com mil e poucos votos. Sem lista fechada não há financiamento público e sem financiamento público vamos continuar tendo caixa 2, o mal de tudo que está aí, e o próximo presidente certamente terá um novo PC Farias ou Delúbio por trás dele."

Não há dúvida de que os prejuízos da sociedade com a corrupção seriam reduzidos quando as campanhas tivessem realmente doadores e não mais investidores interessados no retorno com juros e correção, como diz o senador. É fundamental moralizar o quadro parti-

## Prós e contras das propostas

➤ **FINANCIAMENTO PÚBLICO** As campanhas só podem ser feitas com dinheiro do Orçamento. É estimado para 2006 o valor de R\$ 800 milhões, R\$ 7 por eleitor. Quem receber doação ilegal pode ser cassado e a empresa que doar é proibida de fazer contrato com o poder público.

**Vantagens:** reduz a influência do poder econômico, torna a competição menos desigual, desestimula a corrupção.

**Desvantagens:** engessa a campanha, não garante o fim das doações ilegais.

➤ **LISTA FECHADA** O eleitor vota em uma lista do partido, que decide a ordem dos que ocuparão as cadeiras a serem conquistadas.

**Vantagens:** fortalece os partidos, desestimula aventureiros e a troca de legenda, politiza o eleitorado.

**Desvantagens:** frustra o eleitor, fortalece a burocracia e impede a renovação.

➤ **FIDELIDADE PARTIDÁRIA**

Proíbe a troca de partido durante a legislatura.

**Vantagem:** reduz o número e fortalece os partidos.

**Desvantagem:** tolhe a liberdade e a diversidade da representação

➤ **VOTO DISTRITAL** Cada

distrito elege um candidato.

**Vantagem:** aumenta a proximidade entre eleitor e candidato.

**Desvantagem:** prejudica os candidatos temáticos ou ideológicos.

As mudanças  
são polêmicas  
e não houve  
consenso entre  
os debatedores

## la Firjan

# de produções milionárias têm espaço na tevê?



HÉLICO NAGAMINE

Otávio Amorim Filho, cientista político da

## A reforma jamais levará em conta

dário, o que, para Demóstenes, pressupõe a eliminação de uma “prostituição radical”: a proliferação de legendas criadas só para negociar cargos e aumentar o tempo na tevê dos grandes partidos nas coligações. Com o conhecimento de procurador eleitoral, o senador considera impossível a fiscalização dos gastos de campanha se a prestação de contas continuar sendo feita pelos candidatos e não pelos partidos. Ele também discorda da iniciativa popular para encaminhar um projeto de reforma política. “Não é o Congresso que está apodrecido, são alguns de seus membros.”

**Legendas** – Refratário às principais inovações em pauta, Fabiano Santos pondera que “a reforma não é condição para resolver os problemas postos pela crise atual nem tem capacidade para aumentar o civismo ou o republicanismo dos atores políticos”. No bom português, o que falta não é lei, mas vergonha na cara. Fabiano não concorda com a generalização de que os pequenos partidos são legendas de aluguel. “Não faz justiça a uma série de pequenos partidos que contribuem para o processo democrático, tanto que a proposta do CCJ prevê a federação de partidos”. A idéia de convocação de uma assembleia constituinte para enxugar a Carta brasileira, apoiada pelo ministro Edson Vidigal, também é criticada por Fabiano. “Num contexto em que tudo parece uma grande lama, é fácil falar em fazer uma nova Constituinte, para que daqui a cinco anos surja um novo escândalo e precisemos de outra.”

A adoção de mecanismos para exigir a fidelidade partidária e a proibição de coligações nas eleições proporcionais, segundo Fabiano, já seriam suficientes, por ora, para limpar as imperfeições do sistema representativo. Não seria necessário nem mesmo a adoção da cláusula de barreira para reduzir o número de partidos, já que existe a exigência do quociente eleitoral. Ao justificar sua ojeriza pelo financiamento público, o cientista político do IUPERJ toca no coração ideológico da proposta: o Brasil optou pelo sistema capitalista e “a convivência entre capitalismo e democracia deve ser reproduzida no sistema eleitoral”. A grande questão é que a sociedade capitalista pressupõe a existência de trabalhadores, que têm dificuldades em eleger seus representantes em uma

competição na qual o dinheiro ganhou peso determinante. “Aqui, as relações de capitalismo e democracia são complicadas porque há uma influência excessiva do poder econômico, uma plutocracia corrompendo o sistema. São pouquíssimos indivíduos com influência desproporcional sobre o processo decisório”, ressalta Otávio Amorim. Ele concorda que o financiamento público exclusivo, que praticamente não existe no Ocidente, seria um excesso e que deve ser liberada a doação de pessoas físicas, mas não de empresas. Com conhecimento de causa, o presidente da Firjan reforça: “O cidadão é patriota, mas as empresas não, elas têm o objetivo de ganhar dinheiro. Se as doações forem só de pessoas físicas, não haverá essa exacerbação de gastos.”

### “O sistema político é cruel e contraditório”

**D**os 92 prefeitos fluminenses consagrados na última eleição, 11 foram cassados pela Justiça. Com tal handicap, o Rio de Janeiro é o atual recordista nacional neste item. Presidente do TRE no Estado, o desembargador Marlan Marinho tem todos os motivos para discutir reforma eleitoral e política. Financiamento de campanha, segundo ele, é apenas um dos problemas. A questão principal seria repensar o sistema que permite a eleição de um candida-

to majoritário sem maioria parlamentar. Normalmente, esse obstáculo é contornado por meios indevidos.

**ISTOÉ** – O financiamento público é o principal ponto de uma possível reforma eleitoral e política?

**Marlan Marinho** – Não sei. Isso evitaria o financiamento privado? Se não evitar, vamos continuar a ter “recursos não contabilizados”. Não adianta continuarmos numa ficção. Isso modificaria os hábitos políticos? Não creio. Essa é uma boa questão, mas não é decisiva.

# V erá perfeita porque sempre a correlação de forças



**“Damos um mandato  
ao presidente e  
tiramos dele a base”**

*Marlan Marinho, presidente do  
TRE do Rio de Janeiro*

É certo que a fragilidade da Justiça Eleitoral, sem condições de fiscalizar o cumprimento das leis atuais, dificulta fechar os ralos que drenam o dinheiro público para o bolso de corruptos e corruptores. Sem eliminar este gargalo, não é razoável acreditar que novas leis possam solucionar os problemas do sistema representativo no Brasil. Mas esperar que a Justiça funcione bem em um sistema tão permissivo como o atual parece ainda mais ingênuo do que tentar fechar as brechas pelas quais entram e saem personagens que o País pensou ter deletado há 13 anos, na esteira do impeachment de Fernando Collor. ■

Colaborou Celina Côrtes

**ISTOÉ** – Qual é a questão principal?

**Marinho** – Falo como cidadão: precisamos de mudanças em razão de conseqüências desagradáveis que vemos há mais de 50 anos. Acompanhei todas as eleições, de Dutra a Lula. Nenhum deles chegou com maioria à Presidência. Este país tem

um sistema político cruel e contraditório. Como se espera que um país seja governado por um presidente que não tem maioria? Damos um mandato ao presidente e tiramos dele a base. Para resolver isso, deveríamos ter adotado o parlamentarismo. No presidencialismo, o apoio é comprado

com dinheiro, cargos, ministérios. É um flanco aberto à corrupção.

**ISTOÉ** – Esse aspecto está sendo bem discutido?

**Marinho** – Essa discussão nem sequer começou, mas precisa ser feita. Precisamos entregar essa questão aos pensadores políticos para que eles imaginem uma nova fórmula. Se queremos manter o presidencialismo, é necessário que o presidente tenha garantia de governabilidade – palavra muito usada, mas pouco praticada. A crise não nasce na questão do financiamento.

**FRANCISCO ALVES FILHO**

## DINHEIRO E VOTO, RELAÇÃO PROMÍSCUA

**ELEIÇÃO** É uma regra no Brasil: quem tem mais recursos, obtém melhores resultados nas urnas

POR MAURICIO DIAS\*



**Embora** encharcado de mágoas velhas e novas e tendo as contradições como base de apoio, o depoimento prestado na Comissão de Ética da Câmara pelo deputado Roberto Jefferson – ex-integrante da tropa de choque de Collor quando, então, era um pouco mais moço e muito mais gordo – merece atenção, principalmente naqueles pontos em que são expostas as chagas das relações dos partidos com a administração pública.

O que ele falou vale, sem exceção, para todos os partidos e para todas as administrações seja no plano federal, seja no estadual ou municipal. A situação é tão disseminada que, para explicá-la, é melhor lançar mão da sugestiva gíria marginal: “Tá tudo dominado”.

“O partido não nomeia para as estatais sem uma contrapartida”, disse Jefferson, de olho no olho da câmera, indiferente ao olhar assustado de seus pares da Comissão de Ética, para os quais, aliás, ele não dizia nenhuma novidade.

**Com o nariz empinado** e olhando por sobre a cabeça dos deputados e da platéia, ele falou como se procurasse encontrar alguém com coragem para rechaçar uma afirmação que faria: “É uma hipocrisia”. Ele completou mais ou menos com essas palavras: “Alguém aqui não sabe como isso funciona?”

Inicialmente um silêncio constrangedor tomou conta do ambiente, até que dois ou três deputados recobrassem o fôlego para dizer que eram limpos e que não recebiam dinheiro e que foram eleitos com recursos próprios.

\*Mauricio Dias é autor de *A Mentira das Urnas – Crônicas sobre Dinheiro & Fraudes nas Eleições* (Record)

Dando crédito a essas exceções – que somente confirmam a regra – ninguém deve acreditar que o objetivo dos políticos ao nomear um apaniguado para os Correios, por exemplo, seja o de melhorar o sistema de distribuição de cartas no Brasil. Ou, no caso da Previdência, para tentar acabar com a odiosa fila que humilha os aposentados mais modestos que vão em busca do benefício que conquistaram após uma vida de trabalho. O mesmo argumento vale para aquela diretoria da Petrobrás que “fura poço” (Diretoria de Exploração) pedida a Lula pelo deputado Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados e terceira autoridade no topo da linha sucessória da República.

Tendo como medida de avaliação a capacidade de alavancar recursos, certos cargos são considerados melhores que os outros. Se for consistente a denúncia contra Jefferson, o PTB queria do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) um supermensalão de R\$ 400 mil. Independentemente da comprovação da verdade, no caso Jefferson, não é de hoje que o IRB tem sido usado como posto de arrecadação de dinheiro para as campanhas eleitorais. E não se sabe a parte dessa grana que engorda certas contas particulares nos paraísos fiscais.

Nada, portanto, é feito em nome da Pátria, do partido ou da honra pessoal. Salvo para aqueles que acreditam que os vilões podem se transformar em heróis tangidos pelo fascínio provocado pelos olhos mecânicos das câmeras de televisão.

Indicar aliados para gerir parte dos 20 mil postos à disposição na máquina federal faz parte da tradição brasileira. Em princípio, não seria nada demais.



Embora o número pareça exagerado, haverá sempre uma parcela de cargos de confiança ocupados e desocupados a cada gestão. Mas, quando falou sobre isso, Roberto Jefferson jogou um facho de luz no mundo escuro dos acordos que transformam a máquina pública em moeda de troca política.

**Entre uma resposta** e outra, Jefferson, presidente de um PTB que de Getúlio Vargas, patrono da legenda, não guarda nem mesmo uma vaga lembrança, desencapou um dos fios que levam à formação do “caixa 2” das campanhas eleitorais. O “caixa 2”, formado pelo dinheiro clandestino, abala a legitimidade das eleições, elimina a igualdade das disputas e torna a prestação oficial de contas dos partidos, à Justiça Eleitoral, um ritual que o ex-senador Paulo Brossard, ministro aposentado do STF, batizou de “beatificação do ilícito”. Isso tudo porque a Justiça Eleitoral faz um controle formal da prestação de

contas e julga, ritualisticamente, apenas a legalidade dos atos.

O voto foi reduzido à dimensão de uma mercadoria. Assim, à semelhança do que ocorre no mundo dos negócios onde o maior engole o menor, o mais forte derrota o mais fraco para suprimir a concorrência, no mercado do voto o dinheiro também restringe e, às vezes, elimina o princípio da competição.



**ALENCAR.** “Extorsão da soberania popular”

**SILÊNCIO.** "Alguém aqui não sabe como isso funciona?"; perguntou Jefferson



JORGE ARAUJO/FOLHA IMAGEM

Em 2004, segundo Jefferson, a aliança com o PT teria rendido ao PTB pelo menos R\$ 4 milhões (de R\$ 20 milhões que teriam sido prometidos) para financiar campanhas de petebistas nos municípios. "A menor pedida na eleição foi do PTB", ponderou o acusado, perante os integrantes do Conselho de Ética. O PT desmentiu. Segundo o presidente do partido, José Genoino, a colaboração se restringiu a doações de camisetas e *buttons*. Em 2004, no entanto, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Genoino expôs o dilema dos governos diante da inexistência de um sistema partidário estruturado.

"A prevalência de interesses individuais sobre as coletividades partidárias obriga o governo a cooptar suas bases parlamentares a partir da distribuição de cargos e favores", explicou com um rigoroso didatismo.

**Jefferson**, por sinal, tinha vários nichos da administração sob o seu comando. Segundo cálculos do jornal *O Globo*, ele manipulava verbas de, pelo menos, R\$ 4 bilhões. Uma das maiores era a Diretoria de Operações Logísticas da BR Distribuidora. A estatal – um braço forte da Petrobrás – tem sido leiloada entre os aliados dos governos. Em 2002, após deixar a empresa que dirigiu durante o governo FHC, o engenheiro Julio Bueno mostrou que a BR



**DISTORÇÕES DA LEI.** Caiado vê "compra de mandato" e Brossard chama de "beatificação do ilícito"

JOEDSON ALVES/AE



ED FERREIRA/AE

era cobiçada pelos políticos desde que foi formada, durante a ditadura militar.

"Essa empresa gasta todos os anos R\$ 1,5 bilhão. Desde que o presidente da República era Ernesto Geisel, esse dinheiro, livre de licitação, é usado para bancar campanhas políticas, fazendo com que a BR tenha perdas", disse.

No modelo existente e com as regras em vigor, é impossível fazer campanha eleitoral no mercado de 115 milhões de votos sem dinheiro. O problema é que o dinheiro não respeita limites. Ele passou a modelar as campanhas eleitorais e dispensou os partidos de compromissos programáticos. Por consequência, afastou ainda mais os eleitos dos eleitores. Passada a eleição, o eleito esquece o eleitor até o pleito seguinte. Se preciso, para garantir recursos, troca de partido uma, duas ou mais vezes. Na eleição seguinte, garantido o recurso, terá garantido a própria reeleição.

Em 2004, o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), relator de um projeto de reforma eleitoral e partidária, confessou com certo fatalismo que o processo eleitoral estava se tornando, "cada vez mais a compra de mandato".

A preeminência do dinheiro nas campanhas criou uma regra: quem tem mais dinheiro tem mais votos. Com a inexistência de partidos com programas claros é definidos e com inserção na sociedade que só o tempo

consolida, a política vai se tornando uma atividade cada vez mais cativa de quem tem dinheiro. Portanto, dos ricos. Mas esse não é um problema exclusivo do Brasil. Embora, no Brasil, como quase sempre, os problemas pioram graças às agravantes.

"Eu detesto dizer isso, mas as pessoas pobres não podem ser eleitas hoje em dia", concluiu Raymond Strother, um consultor de política conhecido nos Estados Unidos.

**A contaminação produzida** pelo dinheiro tornou a eleição um fato essencialmente econômico. Alcançou o pata-

## O "caixa 2" abala a legitimidade das eleições e elimina a igualdade das disputas

mar que o romancista José de Alencar chamou de "extorsão da soberania popular". O que fazer para conter a força do dinheiro? Há, no Congresso, uma proposta de financiamento público de campanha. Esse caminho exige reformas políticas para ser viabilizado.

Nas eleições proporcionais, por exemplo, torna necessária a adoção de voto com lista fechada de candidatos. A lista, elaborada pela direção dos partidos, confere um grande poder às cúpulas dirigentes. Por outro lado, no entanto, tende a fortalecer os partidos porque tira dos candidatos a titularidade do mandato.

A proposta tem um ponto delicado num país, como o Brasil, onde o sistema de fiscalização não funciona. Ela acaba

com o financiamento privado das campanhas. Uma parte desse dinheiro hoje é declarada. Sem canal legal para ser acolhido, muito provavelmente, o dinheiro privado será empurrado para a clandestinidade. O problema, portanto, faz apenas uma viagem circular. A medida, para ser eficaz, exigiria outra decisão: a extinção do capitalismo. Situação que, certamente, não pode ser resolvida com uma Proposta de Emenda Constitucional e, muito menos, por meio de uma Medida Provisória. ■

# A reforma embaçada

Os partidos voltaram a discutir mudanças na Lei Eleitoral. A idéia agora é fatiar o projeto, mas as novas regras podem valer somente em 2008

RICARDO MENDONÇA

Os deputados federais adoram repetir que a Câmara é a instituição política que mais tem "a cara do povo". Os 513 parlamentares seriam os fiéis depositários dos interesses da sociedade brasileira. Por lei, são. Mas seu jeito de agir no dia-a-dia mostra outra coisa. Conforme seus interesses pessoais, os parlamentares não têm nenhum problema em mudar totalmente o que os eleitores decidiram pelo voto. Alguns exemplos:

■ Desde a última eleição, os deputados federais Alceste Almeida, do Estado de Roraima, e Zequinha Marinho, do Pará, já tiveram seis filiações partidárias cada um. Eles são os campeões do vira-casaca no Congresso, mas preferem não dar entrevistas sobre o assunto.

■ De outubro de 2002 para cá, 186 deputados já trocaram de partido. Como muitos fizeram isso mais de uma vez, a Câmara já registrou 273 mudanças de filiação. Em outras palavras, a cada três dias um deputado federal troca de partido no Brasil.

■ O PL, Partido Liberal, elegeu 26 parlamentares, mas já tem uma bancada com 51 deputados, um inchaço de 96%. No mesmo período, o PTB engordou 85%. Já o PDT e o PSDB murcharam. Cada um emba-

greceu cerca de 30%. Tudo na contra-mão das urnas.

■ Num mesmo dia em janeiro de 2003, 30 deputados federais trocaram de partido de uma só vez. Era a véspera da data oficial da posse. As alterações foram feitas para influenciar na divisão de poder dentro do Parlamento, já que a distribuição de cargos nas comissões internas é feita conforme o tamanho das bancadas no dia da posse.

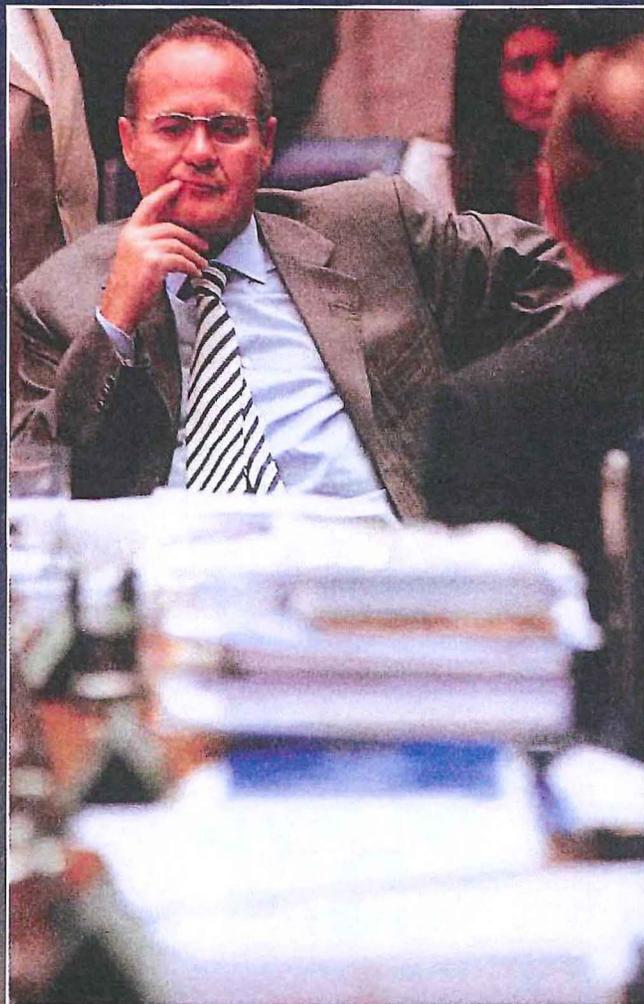
É por comportamentos como esses que deputados e senadores já têm

duas certezas sobre a proposta de fazer uma ampla reforma política para vigorar já em 2006. A primeira é que ela é indispensável, inadiável e fundamental para a melhoria dos costumes políticos no país. A segunda é que uma reforma tão completa e importante assim não acontecerá. Como o leque de interesses é enorme e o casuismo impera, são raríssimos os temas em que há acordo entre os partidos. Para contornar a situação, o que se busca agora é a "reforma possível", a aprovação de mudanças pontuais que passam

longe da idéia original de aprimoramentos profundos, mas que, embora modestas, teriam conseqüências relevantes nas eleições do próximo ano. "Não há clima para votar tudo, então vamos tentar fazer a reforma fatiada", diz o presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB.

**A iniciativa de tentar mexer nas regras da eleição pode ser o primeiro fato concreto da disputa pela Presidência da República. No limite, é isso que poderá definir coligações e armistícios, viabilizar ou inviabilizar candidaturas. Nas últimas duas semanas, cresceu o debate na Câmara sobre a verticalização, regra que deveria ser mais ou menos óbvia na política: partidos com candidato à Presidência não podem se coligar nos Estados. Na eleição passada, em 2002, foi assim pela primeira vez. O PSDB, que lançou a candidatura de José Serra, fez uma aliança nacional com o PMDB e, com isso, impediu coligações PT-PMDB nos Estados.**

Hoje, discute-se mudar a regra para tudo voltar a ser como era antes, ou seja, todo mundo pode fazer aliança com todo ▶



Claudio Dettmar/Época

## NOVELO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, quer fatiar a reforma

## AS REGRAS EM JOGO

As principais propostas de mudança no processo político-eleitoral

Proposta	Como é hoje	Como pode ficar	Para que serviria a mudança	A quem interessa	Chance de mudar
<b>Verticalização</b>	Partidos com candidatos à Presidência não podem se coligar nos Estados	As coligações estaduais não precisam guardar coerência com as coligações feitas na eleição presidencial	Para facilitar as coligações, mas a mudança tornaria o processo político mais confuso	Apenas <b>PT</b> e <b>PSDB</b> são a favor da verticalização	<b>Grande.</b> A proposta já foi aprovada no Senado e agora tramita na Câmara 
<b>Cláusula de barreira</b>	Todos os partidos têm acesso à TV, todos podem ter líderes e participar de comissões	Para ter acesso a tudo isso, o partido terá de ter 5% dos votos válidos na eleição para deputado federal em pelo menos nove Estados	Tirar força dos partidos de aluguel, aqueles que lançam candidatos-laranja apenas para usar a TV para atacar terceiros	<b>PFL</b> e <b>PMDB</b> são os principais defensores. <b>PSDB</b> e <b>PT</b> apóiam	<b>Grande,</b> pois essa lei já foi aprovada para entrar em vigor em 2006. Mas é possível que a barreira caia de 5% para 2% 
<b>Divisão de poder pela bancada eleita</b>	A divisão do poder no Congresso é feita conforme o tamanho atual da bancada ou pelo seu tamanho no dia oficial da posse, 1º de fevereiro	A bancada que contará na hora de dividir o poder no Parlamento será sempre a bancada eleita	Para conter o troca-troca de partidos. Inchar a sigla de deputados depois da eleição deixaria de ser tão vantajoso	É o tema menos polêmico da reforma. Todos apóiam	<b>Grande.</b> Já há acordo entre os partidos sobre o assunto. A regra depende apenas de mudança regimental 
<b>Fidelidade partidária</b>	Para ser candidato, o político precisa apenas ter um ano de filiação partidária	O tempo mínimo de filiação sobe para três anos. Além disso, deputado que trocar de partido perde o mandato	Para conter o troca-troca e fortalecer as siglas. Hoje, o dono do mandato é o político. A idéia é fazer com que o dono do mandato passe a ser o partido	No discurso, todos são a favor. Mas, na prática, muitos boicotam a proposta	<b>Média.</b> O tema está em banho-maria na Câmara à espera de acordo para que possa tramitar rápido 
<b>Federação de partidos</b>	Não existe a possibilidade de federação de partidos	Dois ou mais partidos poderiam se reunir numa federação para atuar como se fosse uma única agremiação	Amenizar os efeitos da cláusula de barreira sobre os partidos pequenos sérios e dar possibilidade real para um candidato nanico ser eleito	O <b>PT</b> tem sido o maior defensor. Os outros partidos grandes apóiam	<b>Média.</b> Os partidos pequenos não gostam da idéia, mas poderão ficar sem alternativa 
<b>Voto em lista</b>	Nas eleições proporcionais (deputado e vereador), as pessoas podem votar no candidato ou no partido. Os eleitos são os nomes mais votados de cada legenda	Os partidos teriam de apresentar uma lista ordenada de candidatos antes do pleito. Só haveria como votar no partido. Os eleitos seriam os primeiros nomes da lista. Coligação em eleição proporcional deixa de existir	Dar mais poder aos partidos. A regra forçaria os políticos a militar mais nos seus partidos e faria com que os eleitores prestassem mais atenção nas siglas que nas personalidades. Acabaria com a personalização do voto	O tema é mal resolvido mesmo dentro dos partidos. Os principais defensores estão no <b>PT</b> , <b>PSDB</b> e <b>PMDB</b>	<b>Pequena.</b> O tema é muito polêmico entre os políticos e a possibilidade de acordo é quase nula 
<b>Financiamento público</b>	Os partidos recebem recursos públicos apenas para sua manutenção institucional, o <b>Fundo Partidário</b>	Além do <b>Fundo Partidário</b> , os partidos passariam a receber dinheiro público para tocar as campanhas eleitorais	Para alguns, haveria mais equilíbrio na disputa, pois o financiamento privado ficaria proibido. A nova regra, porém, não teria força para acabar com o "caixa dois"	Os principais defensores são os partidos de esquerda e os nancicos	<b>Pequena.</b> A norma só entraria em vigor depois da aprovação do voto em lista 

mundo em qualquer lugar, mesmo que isso não guarde a menor coerência com as ligações nacionais.

O PT e o PSDB são os únicos partidos que se manifestaram a favor da manutenção da verticalização. Por acaso, são também os únicos que, pelo menos por enquanto, tendem a ter candidatos fortes à Presidência da República. A tendência atual, porém, é que a regra caia, pois os demais partidos são contra. Na prática, a situação poderia ser resumida da seguinte forma: quem não tem candidato nacional forte quer ter opção de apoiar a reeleição de Lula ou a candidatura tucana, mas não quer ficar amarrado ao PT ou ao PSDB nos 26 Estados e no Distrito Federal. Para ganhar tempo, petistas pediram vistas do processo e estão conseguindo adiar o andamento da matéria.

Outro assunto polêmico que deve ter definição nos próximos meses é o da cláusula de barreira. Há alguns anos, foi aprovada uma lei que manda limitar os poderes e o acesso à TV dos partidos que não atingirem 5% dos votos em todo o país na eleição para deputado federal – é preciso que esses votos tenham sido obtidos em pelo menos nove Estados. A regra, prevista para vigorar a partir do ano que vem, deve asfixiar os partidos de aluguel, especialistas em lançar candidatos fantoches para falar mal de adversários. Mas vai prejudicar também os partidos históricos, como o PCdoB

## PARLAMENTO DISTORCIDO

Depois da eleição, 186 deputados federais já trocaram de partido. Como alguns fizeram isso mais de uma vez, a Câmara já registrou 273 mudanças. A situação das principais siglas

Partido	Deputados eleitos	Atual bancada	Evolução (em %)
PL	26	51	96
PTB	26	48	85
PMDB	75	86	15
PPS	15	17	13
PP	49	52	6
PT	91	91	0
PFL	84	62	-26
PSB	22	16	-27
PSDB	70	50	-29
PDT	21	14	-33

e o PPS. Com isso, a cláusula de barreira virou assunto de vida ou morte para diversos parlamentares.

**As declarações a favor ou contra** a revisão da cláusula são uma amostra de como o consenso está distante e de como o debate anda tenso: “Não tem negócio, não há a menor possibilidade de o PFL recuar nesse assunto”, diz o senador Jorge Bornhausen, presidente do partido. “Isso que está sendo costurado (*manutenção da cláusula e votação fatiada da reforma*) é jogo dos partidos grandes, uma atitude oportunista e inaceitável”, retruca o presidente do PCdoB, Renato Rabelo.

Para valer em 2006, qualquer alteração na legislação eleitoral precisa ser aprovada até o fim de setembro deste ano, pois nenhuma regra pode ser alterada a menos de 12 meses do pleito. Assim, para evitar que os assuntos mais polêmicos travem o resto da reforma, é possível que alguns pontos passem a ter validade só a partir das eleições municipais de 2008. É o caso do voto em lista e do financiamento público de campanha, por exemplo, temas que não encontram consenso nem dentro dos próprios partidos (*leia o quadro à página 45*). Já existe até uma justificativa retórica para essa estratégia: “Jogar a validade desses itens para 2008 serviria para dar tempo para os partidos se prepararem para as mudanças mais profundas”, diz o deputado Michel Temer, presidente do PMDB.

A reforma política sempre foi considerada pelos analistas como uma das mais complicadas do país. Muitos acreditam que a explicação disso decorre de um dado curioso: trata-se do único tema nacional amplamente dominado pelos 513 deputados e 81 senadores. Como todos são especialistas no assunto, ninguém cede 1 milímetro. Além disso, a mudança de regras depende da iniciativa exclusiva daqueles que já se deram bem com elas, ou seja, os eleitos. É aí que muitas vezes fala mais alto o chavão “em time que está ganhando não se mexe”.

Um cenário curioso seria chegar a 2006 apenas com as revisões da verticalização e da cláusula de barreira. Além de não aprovar nada de novo, os políticos recuariam nas duas únicas novidades relevantes que foram introduzidas nas regras das eleições nos últimos anos. “O sistema político atual está falido”, afirma o presidente do PT, José Genoíno. “É o pior dos mundos, hoje, seria derrubar a verticalização e derrubar a cláusula de barreira”, completa. Para muitos, é exatamente isso aí que pode acontecer.

Um cenário curioso seria chegar a 2006 apenas com as revisões da verticalização e da cláusula de barreira. Além de não aprovar nada de novo, os políticos recuariam nas duas únicas novidades relevantes que foram introduzidas nas regras das eleições nos últimos anos. “O sistema político atual está falido”, afirma o presidente do PT, José Genoíno. “É o pior dos mundos, hoje, seria derrubar a verticalização e derrubar a cláusula de barreira”, completa. Para muitos, é exatamente isso aí que pode acontecer.

COM FLAVIO MACHADO

## OS VIRA-CASACAS

No mandato atual, iniciado em 2003, os deputados Zequinha Marinho (PA) e Alceste Almeida (RR) já assinaram seis fichas de filiação



**SEM CONVERSA**  
Marinho, ex-PDT, PTB, PSC, PMDB e agora de volta ao PSC, não tem pudores de mudar de partido, mas não quer saber de falar sobre o assunto



**TRÊS VEZES PMDB**  
Filiado ao PMDB pela terceira vez, Almeida já esteve no PL, PPS e PTB. Procurado para explicar tamanha inconstância, também preferiu ficar calado